

EDMUNDO DE PAULA GOMES JÚNIOR

**PEDAGOGIA DA IDADE –
O DISCURSO SOBRE O VELHO E O
ENVELHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR.**

TERMO DE APROVAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDMUNDO DE PAULA GOMES JÚNIOR

PEDAGOGIA DA IDADE – O DISCURSO SOBRE O VELHO E
O ENVELHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

JUIZ DE FORA
2007

EDMUNDO DE PAULA GOMES JÚNIOR

PEDAGOGIA DA IDADE – O DISCURSO SOBRE O VELHO E
O ENVELHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Déa Lúcia C. Pernambuco.

JUIZ DE FORA
2007

SUMÁRIO

1 O INÍCIO DA CAMINHADA.....	13
2 CAMINHOS E CAMINHANTES.....	27
2.1 Procedimentos de Pesquisa.....	29
2.2 Das Entrevistas e dos Sujeitos.....	32
3 COMPANHEIROS DO PERCURSO.....	35
3.1 Os Marxistas.....	36
3.2 A Abordagem da Sócio-História.....	41
3.3 Teorias do Desenvolvimento e Gerontologia.....	49
3.4 Uma Articulação Necessária.....	60
4 A CHEGADA.....	78
4.1 Ideologia.....	79
4.2 Atividade e Consciência.....	84
4.3 Ampliando Caminhos.....	86
O RE-COMEÇAR.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
ANEXOS.....	115

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, razão do que sou, da minha existência e para quem continuo sendo o Júnior ou Juninho, um “meninão inseguro”.

À minha orientadora, Déa Lúcia Campos Pernambuco, que soube ser dura como um pai e carinhosa como mãe, mas sem perder jamais a ternura.

Aos Demais membros da banca examinadora: o Professor-Doutor Edgar Pereira Coelho, companheiro de todas as horas, um sábio; a Professora Maria Teresa de Assunção Freitas, figura especial cujos olhos e sabedoria resgataram em mim forças e esperanças.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À Alessandra, companheira, amiga e crítica de todas as horas. Desculpo-me pelas faltas e agradeço sua necessária presença.

À Luciana Senra, figura especial, sem a qual este trabalho não seria possível, pela competência, dedicação, toques e críticas. Uma amiga de quem necessito.

Ao irmão mais velho, Wander, que, despertou-me junto com meu pai, o gosto pela leitura, a reflexão e a paciência. Aos demais irmãos, que me ensinaram o significado da família.

Sob pena de cometer graves pecados não poderia deixar de agradecer e reconhecer a relevância dos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Aqueles de quem fui aluno e mesmos aqueles que não tive o prazer de ser:

Adlai Detoni, companheiro de longa data, de duas décadas de trabalho e esportes.

Paulo Curvelo, professor essencial, humilde e gigantesco em competência. Exemplo a ser seguido.

Marlos Bessa, professor de História da Educação e crítico necessário.

Diva Sarmento, marca da educação, da calma, da competência e da sensibilidade, que deu-me os primeiros toques necessários.

Soninha Clareto, professora e pesquisadora competente, necessária em todos os campos, em todos os momentos. Ficam as lembranças de afetuosos e respeitosos abraços que me proporcionaram a força para continuar.

Déa Pernambuco, já citada, mas também já famosa pelo excelente trabalho que vem desenvolvendo junto a Direção da Faculdade de Educação. Meus sinceros e grandes agradecimentos pela competência, pela paciência em atender-me até durante as férias e descanso merecidos. Obrigado.

Maria Teresa, uma co-orientadora, sempre disponível com críticas pontuais e uma competência inquestionável. Fez-me ficar ainda mais apaixonado pela Rússia.

Por fim, o Edgar, companheiro de trabalho e co-orientador, que abriu-me as portas da sua casa, partilhou conhecimentos e ensinou-me que a “gente pode apanhar, mas não morre”. Estimulou-me a retomar as leituras de Paulo Freire. Enfim, um professor necessário. Obrigado.

Agradeço aos companheiros de turma, de quem já tenho saudades, as duas Aninhas, Fernanda, Valéria, Rogério, a Adriana meu “anjo da guarda”, Marina, Flávio, Josie, as Marcinhas, a Fabíola, Bianca e outros. Meus sinceros e eternos agradecimentos aos funcionários da secretária, ao grande Getúlio e a Cidinha.

RESUMO

PEDAGOGIA DA IDADE – O DISCURSO SOBRE O VELHO E O ENVELHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR

Este estudo teve como objetivo compreender: (a) o discurso e as idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento; e (b) como a Escola, enquanto organismo dinâmico, concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira. Utilizando como metodologia a pesquisa qualitativa com o recurso da entrevista fechada e estruturada aliada à utilização de fotografias como pranchas indutoras, foram entrevistados quatro sujeitos que atuam na coordenação pedagógica do Ensino Médio em algumas Escolas da cidade. A análise de dados foi feita com base nas referências teóricas do marxismo e da perspectiva sócio-histórica, a partir das quais pôde-se identificar, nas falas dos sujeitos, indicadores relativos a três das categorias fundamentais da dialética: (a) ideologia; (b) atividade e (c) consciência, que, por sua vez, viabilizaram não apenas constatações referentes aos objetivos da pesquisa, como, também, aquelas decorrentes da comunicação informal que permeou o contexto das entrevistas, possibilitando uma reflexão e ampliação dos conhecimentos apreendidos pela atividade de pesquisar. As conclusões alcançadas denotaram o desconhecimento do Estatuto do Idoso, a inexistência de pesquisas que contemplem o tema envelhecimento e que as idéias, valores e discursos reproduzidos no ambiente escolar evidenciam a mercantilização da velhice, dando ao envelhecimento um caráter a-histórico e naturalizante.

Palavras-chave: Velho, Envelhecimento, Educação, Escola e Ideologia.

ABSTRACT

PEDAGOGY OF AGE – THE SPEECH ABOUT THE ELDER AND AGING AT SCHOOL ENVIRONMENT

This work aimed to realize: (a) the speech and ideas produced and reproduced at the school environment about aging and old-age people, and (b) how Schools, while dynamic organisms, conceive The Elderly Statute, its practice and the aging process in the Brazilian population. Using as methodology the qualitative research, with the help of close and structured interview connected to the use of photographs as inducement boards, it has been interviewed four persons who work at the Pedagogical Coordination in some high-school level institutes in the city. The data analysis was conducted based on theoretical references from Marxism and a social and historical perspective. Through this perspective, it could be identified, in the speech of the interviewed persons, three of several dialectics fundamental categories: a) ideology, b) activity and c) consciousness. These categories, in their turn, make it possible not only ascertainings concerning the purposes of the research, but also those arising out of the informal communication which permeated the interview context, making it possible some reflexion about and enlargement of the knowledge apprehended through the activity of researching. The conclusions indicated the ignorance of The Elderly Statute, an inexistence of research concerning aged people and that ideas, values and speeches reproduced at the school environment, make evident the commercialization of old people class, giving it a non-historical and naturalized character.

KEYWORDS: The elder, aging, education, school, ideology.

EDMUNDO DE PAULA GOMES JÚNIOR

**PEDAGOGIA DA IDADE –
O DISCURSO SOBRE O VELHO E O
ENVELHECIMENTO NO AMBIENTE ESCOLAR.**

Retrato

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra

Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
_ Em que espelho ficou perdida
a minha face?

Cecília Meireles

1 O INÍCIO DA CAMINHADA

“Os velhos acreditam em tudo, as pessoas de meia-idade suspeitam de tudo e os jovens sabem de tudo”. Oscar Wilde

Para redefinir minha vida, papel e práticas acadêmicas, pensei e resolvi voltar a estudar formalmente, fazendo um mestrado em Educação ou História. Optando pelo primeiro, retomei a perspectiva de formação e transformação da Educação enquanto prática.

Foi ainda no início da década de 90 que perdi meu pai, no momento em que nos tornávamos grandes amigos. Ele já passando dos 60 anos, vivendo a maturidade e a capacidade de reavaliar “erros e acertos” da vida, fazendo um “balanço geral”. Eu, chegando à casa dos 30 anos, estava disposto a falar “tudo de bom e de ruim”, “verdades” acumuladas a partir da adolescência e violentamente reprimidas pela formação militar do Senhor Edmundo pai. O fim do seu ciclo biológico interrompeu este processo.

Dei-me conta do pouco que conhecia meus pais. Decidi que a história não iria se repetir com a minha mãe. Dei a ela um caderno e uma caneta, pedindo que escrevesse tudo que lembrasse sobre sua vida, sua infância, suas cantigas e suas brincadeiras; a adolescência e os namoros, o primeiro beijo e o aparecimento de meu pai na sua vida; o casamento. Queria conhecer a minha mãe enquanto criança, menina e mulher, na fase anterior à vida de esposa e do período materno, antes dos filhos.

A sua história impressionou-me. As lembranças mais remotas de uma infância e de uma adolescência duras, marcadas pelo trabalho “na roça”, o “catar lenha”, “arear panelas” de ferro com areia dos riachos de Santos Dumont. O tempo reduzido para brincadeiras, as “paqueras”, o namoro e o primeiro beijo, acompanhado pelo medo de ter perdido a “pureza e a virgindade”, a “teimosia” de um certo rapaz em desposá-la e sua consciência de que não estava “preparada”, que não tinha “maturidade” suficiente para uma vida em comum.

Incomodaram-me suas observações a respeito da vida, do cotidiano, das pessoas e das relações na maturidade dos seus 64 anos, das denúncias e reclamações feitas sem qualquer rancor, acompanhadas de uma compreensão e de uma indulgência típicas do universo materno e da dignidade - talvez única - da

mulher, talvez vinculada à sacralidade do ser mãe. Falava e reclamava da necessidade de “ficar repetindo”, de “ser repetitiva” por saber que as pessoas não lhe davam a atenção necessária; da implicância dos filhos com o seu “cuidado de guardar em plásticos” seus documentos, retratos, cartas e outras “quinquilharias” ligadas ao seu passado e à sua história, ao seu “espaço de memória”; da “pressa e da correria do dia-a-dia”, da “falta de tempo” para sentar e conversar, observar e refletir; da pretensão dos filhos de “querer jogar fora tudo que é velho” e dar “significado a coisas sem importância”.

Comecei a querer entender, enquanto professor, educador, lendo, estudando e pesquisando o fenômeno do envelhecimento, do ser idoso e ter o medo de que aquilo poderia ser o meu futuro, ter a noção clara de que o envelhecer permeava a minha vida, que a ilusão da “infinitude” havia ficado na adolescência. Temores relacionados à marginalidade, ao declínio fisiológico, problemas de saúde, à crise da previdência social e à desqualificação enquanto ser humano.

Ao longo de 19 para 20 anos de magistério, de sala de aula, de colégios de Ensino Médio e Fundamental, e mesmo do Ensino Superior, tenho observado as relações dos segmentos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, a escola, professores, coordenadores, alunos e familiares, a falta de disciplina e organização dos próprios segmentos responsáveis pelo processo.

[...]Notam-se nas relações inter-geracionais dificuldades de estabelecimento de um convívio baseado no carinho, diálogo, respeito, tolerância e autoridade, problemas estes, talvez, relacionados à linguagem de diferentes gerações, à crise da família nuclearizada e ao enfraquecimento dos vínculos associativos (STEPANSKY, 1999, p. 134).

Percebi que muitas das reclamações da Dona Lola, minha mãe, continuam atuais, e que ela poderia muito bem estar no meu lugar de professor-educador, que a pertinência da sua fala encontrava-se com a realidade da sala de aula, do espaço escolar. Mais uma vez o incômodo fez-me querer entender. Sentia-me angustiado, pois, se a educação enquanto prática não me permite compreender,

intervir e transformar, a minha existência como professor-educador estaria comprometida. Não teria mais sentido continuar.

Geralmente, as pessoas esquecem seu passado, abandonam suas memórias, não cantam mais suas músicas e não brincam mais com suas cantigas de roda. Ignoram suas lendas, seus mitos e sua história. Abandonam o passado como se abandonassem, com ele, o atraso. Talvez, segundo Milton Santos (1987, p. 98), “reflexos das tentativas de homogeneização de comportamentos, culturas e hábitos, apesar das resistências localizadas, regionalizadas, com a valorização de culturas locais e o reforço de ideais e valores nacionais”.

O mundo contemporâneo que alguns autores, como, por exemplo, DEJOURS (1999), LIPOVETSKY (1989) e CHOMSKY (1996), dentre outros, chamam de “pós-modernidade” é o espaço do avanço das tecnologias, da fugacidade dos (des)encontros, da espetacularização da vida, de um vazio. Assistimos a uma corrida desenfreada por novidades, no mesmo movimento em que essas novidades tornam-se obsoletas. Do cinema mudo à realidade virtual, do telégrafo ao e-mail, do zepelim ao ônibus espacial, as mudanças ocorridas no século XX alcançaram um patamar até então desconhecido em milhares de anos da história da humanidade. As invenções ocorridas na área dos transportes, da informação/comunicação e da tecnociência garantiram ao homem novas relações espaço-temporais, bem como aumentaram sua expectativa de vida, interferindo em seu cotidiano, de modo que o homem deste início de século tem o seu dia atravessado pela tecnologia. No entanto, o progresso não garantiu a felicidade para todos como prometera.

Neste contexto, nota-se ainda uma grande resistência ao envelhecimento, cercada de mitos e preconceitos. A reação aos idosos é, talvez, motivada pela única certeza do futuro, a velhice e a morte, sendo o velho o símbolo dessa realidade-tabu. Na lista de mitos e preconceitos, poderíamos citar a diminuição da inteligência com a idade, a senilidade e a incapacidade de aprender, a impotência sexual e a falta de desejo. A velhice como doença e a sua proximidade com a morte, envolvendo a idéia de que o velho não tem futuro e de que o idoso só deveria conviver com os idosos, o velho como dispêndio da sociedade e do poder público. Enfim, é com tristeza que estamos constatando uma realidade: a morte social do velho antecipando a sua morte biológica.

Em vários países pobres ditos em desenvolvimento, inclusive no Brasil, entre os anos 30 e 60 do século XX, houve sensível declínio da mortalidade, com a fecundidade mantendo-se em níveis altos, fenômeno conhecido, na época, como explosão demográfica. Ao se começar o declínio sustentado da fecundidade é que se dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Em vários países, inclusive o Brasil, que, até então, tinham uma população extremamente jovem, quase estável, com o declínio da fecundidade, o ritmo de crescimento anual do número de nascimento passou, imediatamente, a cair, o que fez com que se iniciasse um processo contínuo de estreitamento da base da Pirâmide Etária, conseqüentemente, de envelhecimento da população. De acordo com Carvalho e Garcia (2003), no final da década de 60, inicia-se rápido e generalizado declínio da fecundidade no Brasil. Os dados da Organização das Nações Unidas – ONU – referentes ao ano de 2001, apontam números impressionantes no aumento no número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Segundo Freitas (2004)¹, a população idosa no Brasil passará dos atuais 14,1 milhões para 33,4 milhões, subindo do sétimo lugar para o sexto no mundo em número de idosos. Este fato tem despertado interesses da mídia em geral, com cadernos especiais, documentários e programas que tratam do tema. A Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 2003 teve como tema “Fraternidade e pessoas idosas”, explicitando a preocupação da Igreja Católica. O Governo, através do Poder Executivo, promulgou, recentemente, o Estatuto do Idoso, avançando na lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, sobre a Política Nacional do Idoso, definindo diretrizes e princípios para as políticas sociais, que abordaremos mais adiante.

Nas próximas décadas, o número de idosos no planeta vai triplicar, enquanto o resto da população aumentará apenas 50%. Na América Latina, o número de pessoas com mais de 80 anos será quatro vezes maior que agora e, pela primeira vez na história, o número de velhos será maior que o de crianças e jovens. Não estamos preparados para isso, pois, em 99,9% da história da humanidade, as pessoas nunca viveram mais que 30 ou 35 anos. A experiência de ficar velho, de

¹ Elizabete Viana de Freitas é especialista em Geriatria e Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; mestre em cardiologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, médica do Hospital Pedro Ernesto da UERJ e autora do cap. Demografia e epidemiologia do envelhecimento publicado em PY, Lígia. et all. *Tempo de Envelhecer-percursos e dimensões psicossociais*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

viver 60 anos ou mais, é muito nova. Nossa sociedade foi construída com base na expectativa de vida do século XIX. Nossas instituições, a escola, o casamento, o Estado, as empresas e o sistema de previdência como conhecemos hoje vêm de uma época em que apenas 3% das pessoas ultrapassavam a barreira dos 65 anos.²

Para Schirrmacher (2004), teremos de revolucionar o modo como os idosos são vistos e tratados. Nossas sociedades não vão sobreviver se o seu maior grupo populacional for colocado à margem como ocorre hoje. De acordo com esse autor (p. 11-13), “tiramos dos velhos sua dignidade, seu posto de trabalho e sua biografia. São tratados como estorvo, como seres improdutivos, sem memória, maçantes e fracos”.

Essa visão é compartilhada pela professora Ecléa Bosi (1994, p. 78), segundo a qual,

[...]a sociedade rejeita o velho, não oferecendo nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a sua força de trabalho, ele já não é produtor, nem reprodutor. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais idéias da classe dominante, agem como loucas, porque delineiam assim o seu próprio futuro.

Simone de Beauvoir, em *A Velhice*, já denunciava a “condição escandalosa” das pessoas idosas, a acomodação fácil da sociedade que fechava os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas a que estavam submetidos os velhos. “É a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população se faz cúmplice dela.” (BEAUVOIR, 1970, p. 265).

Segundo Giatti (2003), o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. Nos países desenvolvidos, esse processo se deu lentamente, em uma situação de evolução econômica, de crescimento do nível de bem-estar e redução das desigualdades sociais. Nos anos mais recentes, esse processo ganha maior importância nos países em desenvolvimento, com o aumento acelerado da população de sessenta anos e mais, em relação à população geral. Aumentos de até 300% da população idosa são esperados nesses países, especialmente na América Latina.

² SCHIRRMACHER, Frank. A ditadura dos jovens. *Veja*, s/nº, p. 11-13, 18 ago. 2004. Estes dados confirmam-se na obra do mesmo autor *A revolução dos Idosos*. Campus, 2005.

Para Frutuoso (1999), o conceito de população idosa é polissêmico. A idade cronológica - 60 anos, para os países em desenvolvimento, e 65, para os países desenvolvidos - é o critério adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mas, devido a fatores de natureza psicológica e cultural e aos avanços médicos e tecnológicos, muitos indivíduos nessa etapa afirmam não se considerarem idosos. No entanto, outros, com menos idade, agem como velhos. Desta forma, é difícil delimitar o que seja “ser idoso”. O critério de idade cronológica, como vem sendo utilizada pela OMS e nos estudos populacionais, foi a opção adotada aqui.

Por seu curso, partindo para considerações referentes ao envelhecimento, Kalache (2006)³ aponta a morte como única alternativa a esse processo. Diante disso, a velhice é uma conquista e um fato sem precedentes na história da humanidade.

Há a perspectiva de que preconceitos relativos à negação da velhice e da morte e a exagerada valorização da juventude sejam superados pelo ativismo dos movimentos político-sociais da geração “baby-boom” do pós-guerra, geração esta que agora está chegando à terceira idade, fazendo pressão, gritando, reivindicando, pois, no país, de acordo com as informações de Kalache (2006), existem mais de 10.000 associações da terceira idade, algumas com mais de 200.000 associados. São instituições organizadas, com capacidade reivindicatória, de mobilização, de voto e de iniciativa própria.

No Brasil, o processo é mais complexo na medida em que crianças pobres e doentes do passado, adultos desempregados no presente, serão os idosos do futuro. Como garantir que essa massa de pessoas pobres chegue bem na terceira idade sendo excluídas, com rendimentos precários e acesso limitado ao serviço de saúde?

Os países desenvolvidos primeiro cresceram, enriqueceram-se, e depois envelheceram. No Brasil, estamos envelhecendo sem crescimento econômico e com um problema a mais: o processo de envelhecimento é mais rápido do que na França, no Japão e nos Estados Unidos. Destes, a França demorou 115 anos para

³ Todas as menções a Kalache (2006) decorrem de informações oral e visual extraídas do Dvd Roda Viva – Jornalismo / Entrevistas, da Cultura Marcas. Uma reprodução da entrevista realizada com Alexandre Kalache no ano de 2006. Duração aproximada de 80 minutos, gravação em NTSC, full screen.

dobrar de 7% para 14% a proporção de idosos. Nós estamos vivendo este fato no prazo de uma geração de 20 anos.

Com o acelerado processo de urbanização das últimas décadas e a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho houve a diminuição da disponibilidade de mulheres cuidadoras, num contexto social diferente e complicador em relação a outros países, pois, conforme Kalache (2006), o processo de envelhecimento é um fenômeno tipicamente feminino, e os cuidados ficam, predominantemente, restritos aos membros femininos da família.

O debate e a reflexão do processo de envelhecimento podem contribuir para a superação destes grandes desafios. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu ato I, determina que todas as disciplinas sejam colocadas para a discussão, melhoria e manutenção da saúde. No seu ato II, prega a melhoria dos mecanismos de atendimento e acesso à saúde pública. A instituição ressalva que esses objetivos somente serão alcançados com formação e acesso à informação e à educação integradas.

Articulando esses dados a uma perspectiva sócio-histórica da educação e da saúde de acordo com Bock (1997) e Aguiar e Bock (2003), mudanças serão alcançadas a partir da ruptura da concepção liberal e naturalizante do homem, na qual ele é o único responsável por seu desenvolvimento, desde que aproveite e se aproprie das condições que o meio ofereça. Estas autoras sustentam que para a transformação dos serviços de saúde e de educação deve-se, primeiramente, adotar uma visão sócio-histórica do homem. Em outros termos, é essencial concebê-lo como um indivíduo que se constitui nas e pelas relações sociais, no manejo da cultura e da linguagem. Logo, um ser dinâmico, ativo, social, histórico e dialético.

Nesse sentido, é necessário compreender o homem com e em seu processo de desenvolvimento de modo que sejam superadas dicotomias como: indivíduo x sociedade, subjetividade x objetividade..., conforme Vygotsky, citado por Bock (2002), nos apontou, no contexto da Rússia revolucionária do início do século XX, com a perspectiva sócio-histórica da psicologia, fundamentada no marxismo e, portanto, no materialismo histórico e dialético.

Ainda no que tange à educação e à saúde, Aguiar e Bock (2003) salientam que, concernente à educação, um trabalho deve ser desenvolvido objetivando a construção do homem, baseado em referenciais que sejam culturais e produzidos pelo próprio homem, no curso de seu processo de humanização, pois,

para elas, a educação está colocada à sociedade, às suas formas de vida e à sua cultura, e, além disso, deve manter o vínculo com esta realidade social, a fim de que educadores imprimam mudanças na realidade em questão e educandos explicitem suas histórias e suas condições sociais.

Em relação à saúde, em concordância com Edna Maria P. Kahhale (2002), num texto intitulado *Psicologia na saúde: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada*, Aguiar e Bock (2003) afirmam a necessidade de suprimir a dualidade saúde x doença. Apontam que numa instituição, seja educacional, seja de atendimento à saúde, deve-se trabalhar com a promoção da saúde, tendo em vista que essa proposta “vincula o profissional e sua atuação à saúde, no sentido amplo, de melhores condições de vida e relações saudáveis, e volta seu olhar para o indivíduo inserido em um contexto sócio-cultural” (AGUIAR; BOCK, 2003, p. 151). Ademais, mencionam ser por essa via que o foco de intervenção sairá da patologia para a saúde, possibilitando um trabalho com o indivíduo a partir de suas relações sociais, o que consiste em ampliar e/ou transformar a consciência que ele possui acerca do contexto que o envolve, capacitando-o para a ação, visando modificar e solucionar dificuldades apresentadas por este contexto.

Por seu curso, Kalache (2006) afirma que as políticas públicas de intervenção só podem ser elaboradas e efetivadas a partir de dados de pesquisas do meio acadêmico, fato que confirma a relevância do tema.

Em seu primeiro governo, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva determinou, através de seu Ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que o envelhecimento fosse tratado como prioridade do Ministério da Saúde, articulado com outros setores do governo para: (a) desenvolver programas de formação de cuidadores de idosos; (b) estimular campanhas para reconhecimento do mérito e de compensação financeira às mulheres cuidadoras, pois elas, muitas vezes, precisam de cuidados; (c) manter o idoso dentro de casa impedindo sua institucionalização, que custa muito para o Estado; (d) criar linhas de financiamento de pesquisa pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), assumindo uma responsabilidade social em relação ao processo; (e) promover a capacitação de profissionais para fazer frente aos desafios do envelhecimento em todas as linhas e, não

necessariamente na área médica, pois, independentemente da medicina, estaremos tratando de velhos. (KALACHE, 2006).

Segundo Kalache (2006), a única forma de prevenção ao envelhecer é o envelhecimento saudável e ativo, que começa na infância com hábitos saudáveis sendo adquiridos, prevenindo riscos, o que é bem denotado também pela perspectiva sócio-histórica conforme já mencionado.

Em outras palavras, compreendendo o desenvolvimento humano como processo em que o indivíduo se constitui subjetivamente nas e pelas relações sociais de modo ativo, dinâmico, histórico e dialético, observa-se que o envelhecimento compõe um evento desse processo, assim como a infância e a adolescência. Deve ser entendido a partir da contínua atuação e interação do indivíduo na realidade que o circunda, subjetivando-a e objetivando-a numa unidade mediada pela linguagem e pelas relações inter e intrasubjetivas que estabelece, construindo e ressignificando a própria história e promovendo sua saúde e sua atividade. No entanto, é considerando o homem em relação e em constituição no/pelo contexto no qual está inserido que a educação poderá intervir efetivamente de maneira transformadora numa determinada realidade. (AGUIAR; BOCK, 2003).

Para Kalache (2006), envelhecimento ativo e saudável é um processo de otimizar as oportunidades de saúde, participação e segurança na medida em que as pessoas envelhecem, para evitar a exclusão. Família, amigos e relações constituem, assim, um capital social que facilita a integração e evita a solidão.

Diante disso, as relações entre sujeitos (homens ou mulheres, jovens ou idosos), que são definidas na e pela cultura com suas diversas características, são imprescindíveis, pois incutem as diferenças e transformações inerentes ao processo de envelhecimento, a marca da sociedade por meio da transmissão e troca de valores e significados dos mais velhos com os mais novos (e vice-versa), na constante subjetivação e objetivação da realidade social. (BARROS, 2004).

Martins (2004), ao discorrer a respeito da *Natureza histórico-social da personalidade*, conduz à confirmação da marginalidade imposta ao idoso, por evidenciar as condições sociais contemporâneas constituídas por fragilidade e liquidez das relações, bem como de um reforço do desaprender a pensar. De acordo com essa autora, isso culmina na inviabilização do processo supramencionado em razão de ocasionar uma cisão entre sentir, pensar e agir, proporcionando, por sua vez, uma ruptura entre significados e sentidos determinantes de mudança na

estrutura interna da consciência e na estrutura motivacional da subjetividade. Em outras palavras, propiciará uma ressignificação na forma de alienação ou não-consciência da realidade social e até de si mesmo; do processo de envelhecimento.

Na tentativa de romper com esta realidade, existem dois grandes documentos relativos ao tema: (a) o Plano Internacional de Ação pelo Envelhecimento, resultado da Assembléia do Envelhecimento, realizada em Madri, na Espanha, em 2002, definindo diretrizes globais; e (b) o Estatuto do Idoso, resultado de grandes debates, mas que ainda não foi colocado em prática, apesar de ter sido sancionado pelo governo em 2004. É interessante mencionar que este Estatuto no Capítulo V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no Artigo 22, estabelece que “nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.”

O momento político é oportuno para o debate em função da extraordinária revolução demográfica no país, a determinação do governo em tratar o tema como prioridade e o fato do idoso ser um importante recurso para a família, a comunidade e a sociedade.

Desta forma, no empenho de revisar os estudos sobre o envelhecimento, observei que a literatura das últimas décadas apresenta certa mudança no enfoque da temática. Simone de Beauvoir sustentava não ter a literatura interesse pela vida interna dos velhos, considerados acabados, prontos, sem qualquer esperança, sem nada mais a alcançar. Não faltaram propostas, receituário de programação de vida para uma velhice “sadia” (BERMAN, 1989), estudos sobre a “A Atividade Sexual na Terceira Idade” (RISMAN, 1995) e trabalhos realizados no início da década de 90 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Universidade da Terceira Idade (GUIMARÃES, 1993), dentre tantos outros.

Na França, além de Simone de Beauvoir já citada, foi criada em Toulouse em 1973, uma rede de universidades da terceira idade, pelo professor de Direito Internacional Pierre Vellas. Em Portugal, o trabalho de Geoges Minois, *História da Velhice no Ocidente* (1987); na Alemanha, mais recentemente, *A Revolução dos Idosos* (2004), de Frank Schirrmacher, já colocado; na Suíça, os trabalhos de Fabre e Simeone (1990), da Universidade da Terceira Idade de Genebra, efetuados no GUGRISPA - Grupo Universitário Genebrês de Pesquisa Sobre Pessoas Idosas – o

qual, procurou compreender o significado da solidão do ponto de vista de quem a vive (LOUREIRO, 2000). A obra de Simone de Beauvoir, dentre as quais, vale destacar, *A Velhice* e *O Segundo Sexo*, influenciou não só as reflexões sobre as condições materiais de vida da mulher e dos idosos, mas, também, os movimentos sociais dos anos 60 e 70, do século passado, como a Revolução Sexual e os movimentos feministas do mundo ocidental.

No Brasil, os estudos sobre envelhecimento e o velho têm sido concentrados em teses, principalmente nas áreas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Serviço Social. Entretanto, a área educativo-pedagógica, bem como objetivos e motivações da clientela que busca as instituições educacionais, parecem não ter recebido a devida atenção dos pesquisadores (FRUTUOSO, 1999).

Ecléa Bosi (1995) entrevistou indivíduos com mais de 70 anos de idade, cujas vidas transcorreram predominantemente na cidade de São Paulo, destacando as memórias dos entrevistados, constituindo-se como um dos pilares da identidade presente e passada, acentuando o valor do “lembrar”, atividade do idoso, que, operando no tempo e sobre o tempo, torna presentes os que já não estão mais aqui, bem como reintroduz no hoje ou na atualidade social os produtos da cultura humana. A mesma autora denuncia a destruição dos espaços sociais de memória, destacando a degradação do valor do trabalho do idoso na sociedade capitalista.

Considero oportuno salientar outras obras que marcaram a minha visão de velhice e contribuíram para a decisão de optar pela temática abordada e estudada, a tentar compreender a imagem, os discursos difundidos na escola enquanto instituição e como os segmentos que nela trabalham tratam a questão.

A primeira obra é *A ideologia da velhice*, de Eneida Gonçalves de Macedo Haddad, dissertação de Mestrado defendida na USP em 1985. Graduada em Ciências Sociais, é atualmente professora de Política Social na Universidade Estadual Paulista - UNESP - em Franca. A obra estuda a ideologia da velhice nos discursos competentes da Ciência e do Estado, buscando entender o papel e a proposta assistencial do SESC – Serviço Social do Comércio – articulados aos discursos da Ciência e do Estado e, em última instância, da classe dominante. É uma pesquisa qualitativa baseada na análise do discurso e das políticas públicas do Estado brasileiro, do discurso científico da geriatria e da gerontologia e da ideologia que fundamenta a ação social do SESC, tendo como referencial teórico o pensamento marxista.

A segunda obra é da autora Guita Grin Debert, *O discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento*, de 1993, e a terceira, da mesma autora, *A reinvenção da velhice*, de 1999. A primeira investigou o discurso gerontológico e as novas imagens do envelhecimento, na qual cita quatro elementos recorrentes neste discurso: (a) os dados demográficos e as mudanças da pirâmide populacional brasileira com o aumento da população idosa e os novos desafios, demandas e necessidades dessa população, para o Estado e a sociedade no Brasil, ainda caracterizado como país de jovens; (b) análise dos problemas da população idosa no capitalismo, que exclui e desvaloriza os grupos não produtivos economicamente; (c) estudos da cultura brasileira, que tende a supervalorizar o jovem e o que é novo, em detrimento das reais tradições e valores; (d) a análise e a crítica à omissão do Estado em relação à formulação e à execução de políticas sociais e de assistência aos idosos. A segunda obra de Guita Grin Debert, *A reinvenção da velhice*, parece-me que é uma revisão da primeira, pois a autora cita muitos dos elementos que constituem a outra obra, com uma nova visão. Cita a contradição da realidade brasileira, pois, para ela, no momento em que o idoso se constitui em ator político, forma-se um “novo mercado” de consumo, em que o tratamento dado à velhice ganha atualidade, ocorrendo mudanças substanciais nas imagens da velhice a partir dos anos 80 para integrar os idosos no “novo mercado” em formação. As revistas, livros e discursos criam um novo ator, definindo um novo mercado de consumo com a promessa de eterna juventude: um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com os amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens de doenças, da decadência física e da dependência. Trata-se de impor um novo estilo de vida, com novas regras de comportamento e de consumo para aqueles que não se sentem velhos. A autora coloca as mudanças estruturais das sociedades modernas que alteraram a situação dos velhos: a urbanização, a crise da família nuclear e a entrada da mulher no mercado de trabalho.

Anita Liberalesso Néri, em *Envelhecer num país de jovens* (1991), salienta que a representação dos idosos sobre seu processo de envelhecimento não é tão trágica como a apresentada pelo discurso gerontológico. Néri também investigou atitudes dos não-idosos diante do velho e do envelhecimento e concluiu que as atitudes dos mais jovens em relação à velhice não eram tão negativas como se poderia supor. Salienta, por isso, que é preciso destruir preconceitos, estereótipos e mitos que a própria gerontologia tem importado, avalizado e fortalecido.

Em Juiz de Fora, encontrei o livro *Psicologia: Interfaces com a Educação e a Saúde* (2005), organizado por Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota, com um artigo de Neide Cordeiro de Magalhães, *As máscaras do poder na representação social do idoso de Juiz de Fora*, em que a autora cita dados sobre a população idosa da cidade, conceitos e metodologia da Teoria das Representações Sociais, elaborando uma análise de algumas instituições que cuidam da população idosa e questionando os programas para a “terceira idade”.

Também existem alguns trabalhos específicos nas Faculdades de Educação Física e de Serviço Social e outras faculdades articuladas no Pólo Interdisciplinar de Estudos de Envelhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora. A prefeitura de Juiz de Fora, através da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), realizou, junto com o Conselho Municipal do Idoso o I Seminário Municipal - O Idoso em Juiz de Fora - em setembro de 2005, do qual participei representando o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGE - UFJF. Nessa oportunidade, discutimos dados, a situação social do idoso na cidade, perspectivas, estratégias e políticas públicas para atender as crescentes demandas deste segmento.

Não encontrei nada a respeito do tema idoso e o envelhecer na biblioteca do curso de Pedagogia da UFJF e no PPGE. Este fato perturbou-me, pois, como a Educação compreende tal fenômeno? Como a Educação enquanto prática pode contribuir para enfrentarmos novos desafios? Como educadores, alunos, coordenadores da Escola trabalham ou não a questão? A Escola percebe as recentes transformações demográficas no Brasil? A partir da compreensão destas questões, seria interessante refletir, debater e criar possibilidades de intervenção já definidas na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso, pois penso que o ato político-pedagógico de ensinar e aprender só faz sentido construindo-se a perspectiva de transformação e de interferência na realidade concreta e subjetiva dos sujeitos envolvidos.

O presente trabalho de pesquisa na linha Linguagem, Conhecimento e Formação de Professores tem por objetivos compreender: (a) o discurso e idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento; e (b) como a Escola enquanto organismo dinâmico concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira.

Entendo que as conclusões a que chegarei ao final dessa pesquisa poderão contribuir para a compreensão da historicidade do processo de envelhecimento, o entendimento do processo de constituição do idoso enquanto categoria sócio-cultural, para o posicionamento e capacitação da Escola no sentido de compreender, segundo Carvalho e Garcia (2003, p. 731), “a rapidíssima mudança na estrutura etária brasileira, que cria, para o país, oportunidades para o enfretamento de alguns problemas básicos, principalmente relacionados às crianças e jovens.”

2 CAMINHOS E CAMINHANTES

“A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classe que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da Humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por eles.”
Ecléa Bosi, em *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, 1979.

A reminiscência é, segundo Bobbio (2005), uma atividade mental de que muitos descuidam, pois é um exercício cansativo e perturbador. É um reencontro contigo e com tua identidade, apesar dos muitos anos passados, dos milhares de acontecimentos vividos. “Tu és aquilo que te lembrás”, nas palavras de Bobbio (2005, p. 94). A matéria-prima do professor de História e do historiador é o passado, para entender e explicar o presente, criando a possibilidade de prognosticar. E a História e a Educação, como qualquer ciência e prática, precisam dialogar com outros campos do conhecimento para construir possibilidades metodológicas.

A compreensão de um fenômeno complexo e multidimensional como o envelhecimento, seus fatores determinantes e implicações não podem ser descritos somente a partir de minha formação escolar e acadêmica, da experiência do magistério e de todo arcabouço cultural construído ao longo do tempo. Saber como a escola compreende o idoso, o processo de envelhecimento e também como concebe o Estatuto do Idoso e se o aplica ou não requer uma opção metodológica, a definição e justificativa de procedimentos de pesquisa, a escolha dos sujeitos e técnicas de coleta de dados, sem nenhuma pretensão de esgotar um fenômeno tão heterogêneo, mas com o desejo crescente de compreendê-lo e de estimular estudos, pesquisas e reflexões sobre o tema.

De acordo com Ozella (2003), a pesquisa é, sem dúvida alguma, uma fonte de produção de conhecimento que reflete sobre a formação do pesquisador. Porém, ele alerta que esta não se dá apenas através da epistemologia e/ou da metodologia conforme demonstrou a Filosofia da Ciência, originada do Positivismo, que renunciou ao inquérito a respeito do sujeito conhecedor, perdeu a visão sobre a experiência direta do sujeito conhecedor no momento em que a epistemologia foi reduzida à metodologia. Nesta perspectiva, ela contribui para o escamoteamento tanto do sujeito do pesquisador, quanto daquele contribuinte da pesquisa, quando

ambos, numa abordagem qualitativa, enquanto participantes, são ativos na produção do conhecimento.

A produção de conhecimento é possibilitada pela pesquisa qualitativa que tem por objetivo compreender aquilo que se estuda, os fenômenos e sua descrição, a explicação de fatos. Nesse sentido, Gonzalez Rey (2002) aponta que o processo de construção do conhecimento na/da pesquisa qualitativa é uma produção construtiva/interpretativa e possui um caráter singular e interativo. Ele menciona que esse processo apresenta este caráter interpretativo “[...]pela necessidade de dar sentido a expressões do sujeito estudado, cuja significação para o problema objeto estudado é só indireta e implícita” (p.31). Ademais, afirma que com a interpretação, o pesquisador integra, reconstrói e apresenta em construções interpretativas, indicadores obtidos durante a pesquisa e definidos em categorias a serem utilizadas na fase de apresentação e análise dos dados.

Por seu curso, Vygotsky (2007), que tem como fonte fundamental o materialismo histórico dialético, também fornece subsídios para o caráter qualitativo da pesquisa. Ao discorrer acerca do método a ser utilizado no estudo das funções psicológicas superiores, diz que

[...]precisamos concentrar-nos não no produto do desenvolvimento, mas no processo de estabelecimento das formas superiores [...]de maneira dinâmica e dialética. [...]Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: este é o requisito básico do método dialético. (p. 67-68).

Dentre as diversas características da pesquisa qualitativa, resalto ainda a natureza interativa do processo de produção do conhecimento. Essa natureza implica na compreensão de um processo que absorve todos os imprevistos do sistema de comunicação humana e, sobretudo, utiliza-os como situações significativas para o conhecimento, como ocorre quando se aceita momentos informais durante a comunicação, que culminam, por sua vez, em informações relevantes para a produção teórica. (GONZALEZ REY, 2002).

Além das peculiaridades já mencionadas com relação à pesquisa qualitativa, vale destacar que ela se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo, cujos elementos estão implicados simultaneamente em distintos processos constituintes do todo, os quais se modificam diante do contexto em que o

indivíduo se expressa e está inserido, o que resulta, pode-se dizer, no processo de subjetivação e objetivação da realidade. “[...]A história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão de riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo”. (GONZALEZ REY, 2002, p. 51).

Aguiar (2002), ao discorrer a respeito da pesquisa em psicologia sócio-histórica e sobre pesquisa qualitativa, diz que o indivíduo contém a totalidade social e a expressa nas suas ações, pensamentos e sentimentos. Além disso, segundo ela, o processo apreendido na pesquisa qualitativa a partir de um sujeito pode revelar algo constitutivo de outros em condições semelhantes. Para que isso seja alcançado, diz que é preciso compreender o instrumento da pesquisa como um meio que serve para a produção de indicadores e não de resultados finais. Numa abordagem sócio-histórica, o instrumento é compreendido como mais uma etapa de comunicação entre o pesquisador e o sujeito, a qual pode envolver desde instrumento escrito, até outras maneiras de apreensão do indivíduo como a observação e a gravação.

Foi com referência nos pressupostos teóricos do marxismo (Marx, Engels e Gramsci) e estudiosos como I. Mészáros, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho em diálogo com a perspectiva sócio-histórica de L.S. Vygotsky, M. Bakhtin, Leontiev e estudiosos dessa linha no Brasil como Ana Bock, Marta Khol de Oliveira, Maria Teresa de Assunção Freitas, articulados com aquelas teorias pertinentes ao tema em questão (do desenvolvimento humano e da gerontologia, de autores como D. E. Papalia e S.W. Olds, M. Rosa, L. Py, A. Liberalesso, G.G. Debert), que organizei e orientei minha pesquisa.

2.1 Procedimentos de pesquisa

Nesta seção serão apresentados os locais e os sujeitos da pesquisa, assim como os instrumentos utilizados para o levantamento de dados.

A coleta de dados foi feita a partir de entrevistas fechadas e estruturadas, (Roteiro de Entrevista, ANEXO 1) com a utilização de fotografias como pranchas indutoras (ANEXO 2) e gravadas em áudio e vídeo com autorização e consentimento dos entrevistados, não apenas em relação ao que disseram, como também em relação à exposição de suas identidades e locais de trabalho.

Os sujeitos participantes foram quatro coordenadores do Ensino Médio de escolas da rede privada da cidade: a Academia de Comércio, o Instituto Granbery da Igreja Metodista, o Colégio dos Jesuítas e o Colégio Santos Anjos.

A escolha pelo setor privado de ensino se deu por dois motivos: (a)devido aos já existentes espaços para estudos e debates sobre a população idosa na Associação Municipal de Apoio Comunitário – AMAC – órgão executor da Política de Assistência Social do município de Juiz de Fora, subordinada à Secretaria de Política Social, e que articula programas - congressos, distribuição e discussão de exemplares do Estatuto do Idoso e outros - junto aos professores e alunos das escolas municipais, o que, naturalmente, exclui algumas questões colocadas pela pesquisa; (b)devido ao fato de eu ter lecionado em algumas das escolas já referidas, o que me levou à lembrança do grande número destes estabelecimentos na cidade e seu papel na História do Brasil para a formação intelectual e constituição das elites dirigentes do país, para a organização dos quadros político-burocráticos das municipalidades, da região e do país, conforme é o caso do ex-presidente Itamar Franco, ex-aluno do Instituto Granbery da Igreja Metodista, do ex-governador Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ex-professor da Academia de Comércio, e outros.

Apontados os motivos supracitados, é essencial mencionar, também, que a definição dos coordenadores como sujeitos da pesquisa deu-se a partir da constatação de que no exercício de suas funções cotidianas estes profissionais conhecem os programas e desenvolvimento das disciplinas lecionadas nas três séries do Ensino Médio, coordenam reuniões bimestrais, nas quais os conteúdos das diversas disciplinas lecionadas e os seus cumprimentos são discutidos e cobrados.

A primeira entrevista foi realizada na Academia de Comércio, com a professora, pedagoga e coordenadora Rinaldi.

A segunda, no Colégio dos Jesuítas, com o professor e coordenador João Luís.

A terceira com a pedagoga e coordenadora do Instituto Granbery da Igreja Metodista, Silvia.

A quarta e última, no Colégio Santos Anjos, com a pedagoga e coordenadora Cida.

As entrevistas aconteceram nos colégios, nas salas de trabalho, sempre no horário da manhã.

É importante destacar, em concordância com Ozella (2003), que o número de sujeitos não foi determinado nem definido de acordo com critérios previamente estabelecidos para a realização da pesquisa. Além disso, como também para o referido autor, a utilização de entrevistas como um instrumento adequado à pesquisa qualitativa reflete, aqui, a preocupação pela garantia de um caráter interativo, construtivo, histórico e analítico do processo de construção/produção de conhecimento referente ao envelhecimento e ao idoso e as implicações no âmbito da educação e da escola, já que as falas são construções histórico-culturais.

A análise de dados que será apresentada no capítulo 4 foi ancorada em autores da filosofia marxista (Marx e Engels, Mészáros, Gramsci e Leandro Konder) e da sócio-história: (L.S. Vygotsky, M. Bakhtin, Leontiev; Ana Bock, Marta Khol de Oliveira), não privilegiando apenas a descrição do discurso, mas, também, sua produção a partir da gênese histórica da atividade social do indivíduo, que se apropriou dos significados sociais, atribuindo-lhes sentidos pessoais, sobretudo por se considerar que a linguagem contém tanto os registros sociais produzidos historicamente quanto os registros pessoais com dimensões subjetivas correspondentes: ações, cognições, afetos e sentidos. Trata-se de considerar, portanto, o processo por meio do qual a subjetividade é constituída a partir da atividade, que tem como mediações a linguagem e as relações sociais.

Para analisar o conteúdo das respostas dadas nas entrevistas, foram eleitas, conforme sugere Gonzalez Rey (2002), três das categorias da dialética numa perspectiva materialista e histórica, através de indicadores identificados no relato dos sujeitos entrevistados: (a) atividade; (b) consciência e (c) ideologia. Isso permitiu a descrição e compreensão do processo de relação indivíduo-sociedade como um processo objetivo-subjetivo, na tentativa de superar a dicotomia objetividade-subjetividade, abordando indivíduo e sociedade enquanto unidade de contrários, em movimento constante, portanto, em sua historicidade. Para o autor citado, a produção de indicadores e a produção de categorias são processos interrelacionados, pois, do contrário, não seria possível a produção de conhecimento decorrente da pesquisa referente a um fenômeno. No entanto, considera esse momento da pesquisa essencial em razão de, por meio destes processos, ser

possível acessar novas zonas do objeto de estudo, que poderão conduzir a categorias que se integrarão às anteriores ou que podem ser negadas, dando origem a novas categorias.

Com esses pressupostos metodológicos e com as categorias utilizadas para análise das entrevistas, os discursos foram analisados objetivando compreender: (a) o discurso e idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento e (b) como a Escola enquanto organismo dinâmico concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira. Compreendê-los em sua totalidade, na qual as partes estão em interação, em que o pesquisador e o pesquisado atuaram; acompanhar o movimento e a transformação contínua do fenômeno estudado. Desta forma, realizar considerações teóricas também na abordagem sócio-histórica a respeito do processo de envelhecimento do homem e do indivíduo idoso exigiu que se partisse sempre de uma concepção de homem e de desenvolvimento em que ele é ativo, dinâmico, histórico, social e dialético, que se constitui nas e pelas relações sociais que estabelece no contexto que o circunda e no qual está inserido, diferentemente do é constatado em outros referenciais.

2.2 Das entrevistas e dos sujeitos

Com esta seção, apresento o contexto das entrevistas, isto é, as características da experiência do entrevistar.

O primeiro contato para a realização das entrevistas foi feito por telefone, explicitando-se o tema e o objetivo da pesquisa no convite aos sujeitos, os quais se dispuseram prontamente a participar agendando dia e horários. Vale ressaltar, que parti para a realização das entrevistas com leituras referentes a este instrumento na pesquisa qualitativa, sobre procedimentos como a elaboração de questões abertas, que possibilitassem a emissão de respostas amplas e a orientação do pensamento daquele que seria entrevistado, e com a consciência de que se tratava de um encontro social, o qual exigia de um entrevistador, empatia e criatividade.

Nos dias e horários marcados, as entrevistas ocorreram num clima de tranqüilidade, cooperação e gentileza. Pude perceber, muito mais do que somente

pelas leituras, por exemplo, de Freitas (2003), que uma entrevista não pode ser realizada sem que o entrevistador deixe o entrevistado à vontade e relaxado, porque o contexto da entrevista é o de uma relação em que são compartilhados dados, opiniões e, até medos, não devendo, pois, ser tratada como método, mas sim como recurso metodológico e de caráter dialógico. Além disso, partindo de conhecimentos anteriores sobre a realidade em que estava trabalhando, esforcei-me para deixar os entrevistados relaxados para a revelação de dados, idéias, discursos e opiniões, já que a situação da entrevista entre entrevistador e entrevistado é uma e envolve o entrevistado. Desta forma, no entanto, é que foi possível a apresentação aos entrevistados dos objetivos da pesquisa e de sua utilidade social.

A primeira entrevistada, a professora, pedagoga e coordenadora, Rinaldi, recebeu-me em sua sala na Academia, ao som de música sacra, e toda entrevista teve como pano de fundo, cantos gregorianos, talvez para amenizar a aparente ameaça de uma situação nova, pude inferir.

Durante todo momento, entrevistador e entrevistado mantiveram um clima harmonioso e confiante, fundamental para uma entrevista em que se pretendeu obter informações amplas e dados pertinentes para compreensão do objeto estudado. Assim, como coloca Vasconcelos (2002, p. 221), “[...]toda entrevista constitui um processo de interação intersubjetiva e social por excelência”, na qual o sujeito traz consigo o tom de outras vozes, refletindo sua realidade social, econômica, histórica e cultural.

A segunda entrevista, feita com o professor e coordenador João Luís, no Colégio Jesuítas, constatei que teve um caráter mais formal, ainda que eu tivesse procurado criar e manter um ambiente que o estimulasse e o fizesse ficar à vontade, conforme apontam Lakatos e Marconi (2001) ao discorrerem sobre as diretrizes da entrevista. Esse caráter formal foi denotado e identificado quando ele perguntou-me se poderia responder as questões propostas a partir de sua formação profissional, enquanto biólogo.

A terceira entrevistada, a pedagoga e coordenadora Sílvia, do Instituto Granbery, recebeu-me em sua sala e, também, mostrou-se disposta e empática para a realização da entrevista. Entretanto, mesmo que não tenha prejudicado o conteúdo do discurso referente ao tema da entrevista, as constantes chamadas telefônicas incomodaram-me. Isso exigiu de mim, enquanto entrevistador, o que Lakatos e Marconi (2001) bem mencionam que é o bom senso diante das limitações que

podem ocorrer com a utilização da entrevista como um instrumento de coletas de dados.

Na quarta entrevista, realizada com a pedagoga e coordenadora Cida, no Santos Anjos, foi impossível não ficar comovido com uma tristeza doce, quando ela relatou a perda precoce dos pais e o alívio por tê-los perdido cedo, quando disse ter reduzido o impacto da ausência por ter constituído rapidamente uma família, e pela menção do medo que sente da solidão, o qual foi aliviado, segundo Cida, pela herança genética da vida já reproduzida.

Descrições aparentemente ingênuas dos discursos desvelam o mundo e a experiência de vida dos entrevistados, suas concepções referentes ao idoso e ao envelhecimento, facilitando a compreensão e a coleta de dados, “[...]acentuando toda a riqueza, desafio e complexidade do processo investigativo”, (Vasconcelos, 2002, p. 221), conforme será demonstrado posteriormente no capítulo 4 (p. 74), reservado para a apresentação das análises.

3 COMPANHEIROS DO PERCURSO

“Não gosto de estar envelhecendo a cada dia, pois sinto que o preconceito das pessoas é cada vez maior. É como se fosse um pecado. Não tenho culpa por envelhecer, mas as pessoas não entendem que a cada dia estão chegando cada vez mais próximas da realidade que estou passando agora. Envelhecer é inevitável, mas terrível. Não tenho mais a agilidade que tinha, não consigo nenhum meio para aumentar minha renda e isso me deixa desmotivada. Ser velho no Brasil virou xingamento. Ando na rua com medo de ser derrubada. As pessoas andam correndo, sem tempo para analisar que um dia serão obrigadas a diminuir o ritmo para continuar vivas. Não consigo meios para ganhar um pouco mais e poder ajudar meus filhos, que enfrentam problemas financeiros. Dizem que o meu tempo já passou. Isso não é verdade. O meu tempo é hoje mesmo com problemas de saúde e velha”.
Maria Dolores Silva, 65 anos, aposentada, com renda de dois salários mínimos mensais, entrevistada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 7/11/93

A base desta pesquisa está assentada no duplo eixo que tem como objetivo compreender: (a) o discurso e idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento e (b) como a Escola enquanto organismo dinâmico concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira.

Com esse propósito e a partir do levantamento bibliográfico, pude constatar que a educação carece de um corpo teórico próprio e consistente, um problema talvez diretamente vinculado às dificuldades de definição da natureza e especificidade da própria educação. A pesquisa educacional frequentemente recorre a conhecimentos gerados em outras áreas do conhecimento, como a Psicologia, a Sociologia, a Filosofia, a História e a Antropologia. Segundo autores como Bianchet e Machado (2002), quando se recorre não apenas a uma dessas ciências, mas a várias, em uma abordagem inter ou transdisciplinar, o resultado tende a ser altamente enriquecedor. Diante disso, penso que, a partir do reconhecimento das carências da educação e da necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento, faz-se necessário recorrer à História para compreender o processo de envelhecimento.

É preciso relembrar o fenômeno conhecido como *“baby-boom”*, uma explosão nas taxas de natalidade, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, no pós-guerra, entre 1945 e 1960. Porque, em 2025, segundo Zimerman (2000, p. 14), ocorrerá o *“velho-boom”*, as pessoas que nasceram no pós-guerra estarão na faixa que vai dos 65 aos 80 anos, o que, sem dúvida, terá várias conseqüências políticas, econômicas, médicas e sociais.

Este capítulo apresenta o percurso teórico que deu suporte para justificar o objeto-problema, a análise de dados e a elaboração das conclusões a partir das constatações alcançadas com a pesquisa. Esse percurso é demonstrado em seções.

A primeira seção constitui de uma explanação relacionada aos teóricos e à filosofia marxista, a inspiração primordial. Na seqüência, elucido a respeito da perspectiva sócio-histórica, que, por influência do marxismo, adota como método o materialismo histórico dialético na tentativa de romper com visões dicotômicas referentes ao homem, à sociedade, etc. A terceira seção, que foi intitulada *Teorias do Desenvolvimento e Gerontologia*, é composta por um levantamento dessas teorias articulada à abordagem sócio-histórica, a fim de que os conhecimentos referentes ao envelhecimento sejam ampliados e/ou colocados em reflexão. A quarta e última seção do capítulo, denominada *Uma articulação necessária*, traz uma articulação dos referenciais apresentados na primeira, segunda e terceira seções, necessária para a compreensão de como a Escola concebe o processo de envelhecimento, conforme delineado pelos objetivos acima mencionados.

3.1 Os Marxistas

É importante iniciar dizendo que o marxismo não se contenta em ler o real, não se limita a imediatez aparente. O marxismo conversa com os demais campos teórico-políticos, com diferentes perspectivas classistas, mas se constrói a partir de sua identidade, reafirma sua natureza e se recusa a dissolver-se no campo das demais teorias. A permanente atualidade do marxismo se prende à sua ação teórico-prática porque ele nega e supera as abstrações vazias colocadas no momento de luta, que é sempre no presente construindo-se o futuro (DIAS citado por ABRANTES et al, 2005).

Para que essa atualidade do marxismo seja compreendida, é necessário evidenciar alguns de seus pressupostos básicos.

Karl Marx (1818-1881), inspirado na Filosofia Idealista Alemã, no Socialismo Utópico Francês e no Liberalismo Econômico Inglês, apresenta os conceitos: (a)valor; (b)preço; (c)salário; (d)mais-valia; (e)fetichismo da mercadoria; (f)trabalho alienado e outros. Investigou a gênese da sociedade e do Estado, realizou estudos da origem, evolução e consolidação do capitalismo, que

culminaram na elaboração da teoria socialista como forma de criticar e superar a sociedade liberal burguesa. (GOMES, 2004).

Em parceria com Friedrich Engels, Marx evidencia que os homens não se diferem dos animais apenas por serem dotados de consciência nem porque sejam naturalmente sociáveis e políticos, mas por serem capazes de produzir suas condições de existência material e intelectual, que estão dadas objetivamente. Essa concepção deu origem ao que denominou por materialismo histórico. Histórico, por afirmar que a sociedade e os homens se constituem a partir das condições materiais, fazem a própria história por suas ações concretas no tempo e promovem mudanças históricas diante dessas condições; da divisão social do trabalho e pela razão da consciência humana ser determinada a pensar o que pensa pelas condições materiais instituídas pela sociedade. Materialismo, porque as relações sociais de produção (condições sociais) determinam o que ser e o que se pensa. Diante disso, afirma que a história não é um processo linear, mas, sim, um processo de transformações sociais ocasionadas pelas contradições existentes entre meios de produção e forças produtivas. Foi com essa afirmação que chegou à constatação de que o materialismo histórico é dialético, desenvolvendo, assim, seu método de investigação das relações sociais e dos meios de produção. (CHAUÍ, 1997).

A hipótese fundamental da dialética é a de que não existe nada eterno, fixo e absoluto. Tudo o que existe na vida humana e social está em constante transformação. Para Marx, todas as leis da economia e da sociedade são produto da ação humana e, portanto, podem ser transformados por essa ação. Não são leis eternas absolutas ou naturais. São leis que resultam da ação e interação da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos. Vale lembrar a idéia de ação e interação que vai inspirar Vygotsky, Lúria, Leontiev, Bakhtin, dentre outros que serão mencionados em seção posterior.

Acerca do Estado, este é designado por Marx como superestrutura jurídica e política, que corresponde à estrutura econômica da sociedade, e deve ser concebido como uma dedução da lógica da valorização do capital, que tem como funções: (a)criar condições materiais genéricas da produção; (b)determinar e salvaguardar o sistema geral de leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista; (c)regulamentar os conflitos entre capital e trabalho; e (d)dar segurança e expansão do capital nacional no mercado capitalista

mundial. Além disso, o Estado detém as idéias dominantes, representantes da realidade social. (BOBBIO citado por GOMES, 2004).

Por sua vez, Chauí (1989) diz que o Estado aparece como a realização do interesse geral, mas, na realidade, ele é a forma pela qual os interesses da parte mais forte e poderosa da sociedade (classe dominante) são representados, aparentando corresponder aos interesses de toda a sociedade.

Interessa ressaltar o conceito de ideologia também desenvolvido por Marx, em oposição ao idealismo hegeliano, com seu caráter contemplativo. Para ele, a ideologia é a expressão da incapacidade de confrontar as idéias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade. Sua origem, está na divisão social do trabalho e na propriedade privada. Numa sociedade de classes, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes, pois, a classe que possui o poder material na sociedade possui, ao mesmo tempo, o poder espiritual. (KONDER, 2002).

Nas palavras de Chauí (1989), a ideologia nasce da prática social, da atividade social dos homens, no momento em que estes representam para si mesmos essa atividade, embora ela seja necessariamente invertida. Isto é, na representação da realidade, há uma inversão de causa e efeito, princípio e consequência, levando à produção de imagens e idéias que apenas pretendem fazer essa representação. Nesse sentido, ela cristaliza em “verdades” essa visão invertida do real, sendo sua função fazer com que no lugar de dominantes pareçam idéias “verdadeiras”, levando os indivíduos a crer que elas representem efetivamente a realidade e sejam realmente autônomas. Ela é, pois, “[...]um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos”. (p. 78). A autora destaca o materialismo histórico dialético, através do qual não há possibilidade de compreender a gênese e a função da ideologia sem a compreensão da luta de classes, porque, conforme já mencionado, a ideologia é um dos instrumentos da dominação e luta de classes. É o meio que os dominantes usam para o exercício da dominação e para que não seja assim percebido pelos dominados.

No capitalismo, segundo Marx, citado por Chauí (1989), as relações sociais caracterizam-se pela identificação entre o aparecer e o ser em razão da inversão na qual o social torna-se coisa e a coisa, social. No entanto, é a

manutenção dessa realidade constituída pelos antagonismos sociais que conduzem à origem e manutenção do fenômeno da ideologia.

Essas poucas e sucintas, porém essenciais, considerações referentes aos construtos marxistas, implicam em outras questões relativas ao modo de produção capitalista que também aqui se faz importante mencionar por se somarem àquelas já apresentadas e por constituírem referências para a análise de dados dessa pesquisa. Entretanto, como o referencial marxista transita pelo quadro teórico apresentado aqui, as inspirações deste referencial serão abordadas também na última seção deste capítulo.

A produção da vida humana sempre foi produção social. O trabalho é a mediação e o fator da sociabilidade e de transformação humana. E a categoria central dessa perspectiva é a categoria de totalidade, entendida como unidade de contrários, síntese de múltiplas determinações. Porém, na história do modo de produção capitalista, há registros de uma realidade de trabalho divergente desta, que evidenciou (e ainda evidencia) apenas a idéia e não as condições reais de trabalho. No pós-guerra, por exemplo, a acumulação fordista estruturou-se em três mecanismos de formas institucionais: (a) o trabalho assalariado como forma predominante de inserção social e de acesso à renda; (b) a existência de Estados com instituições fortes para impor ao capital privado mecanismos e disciplina em seu funcionamento; e (c) um ambiente internacional estável. Entretanto, essas formas institucionais construídas ao longo daquele período foram destruídas.

No curso de sua dinâmica de reprodução e acumulação, o capitalismo contemporâneo construiu-se em profunda crise estrutural. Essa crise do capital tem como referência a década de 1970 em diante, rompendo com o período de acumulação anterior, compreendendo, basicamente, a crise estrutural como impossibilidade de acumulação com desenvolvimento. Verificado em perspectiva histórica, o capitalismo estaria fadado a perecer “naturalmente”, em decorrência de suas diversas crises. Contudo, não foi isso o que verificamos. Isto porque existe uma contra-tendência à queda da taxa de lucro por parte do capital a essa crise, que tem como base: (a) intensificação da exploração do trabalho; (b) redução de salário; (c) diminuição dos preços do capital constante (custos de produção); (d) superpopulação relativa; e (e) comércio exterior (SILVA, 2005).

Essa contra-tendência se expressa diretamente pela luta de classes, uma vez que incide no que poderíamos chamar de precarização das condições de

trabalho, através da redução salarial, da intensificação do trabalho e do alto índice de desemprego. A principal tendência do capital não era criar novos mercados, pois, neste contexto, o que importa é a racionalização dos mercados existentes. Potencializar sua capacidade de realização, sem necessariamente implicar o crescimento do número de consumidores (SILVA, 2005).

Segundo Debert (1999), isso não foi o que aconteceu, pois, neste momento, a população idosa começava a crescer, e o indivíduo idoso se constituía como ator político, o que possibilitou o surgimento de um novo mercado de consumo. Para ela, os meios de comunicação de massa e a indústria cultural trataram de criar esse novo ator, definindo um novo mercado de consumo em que a promessa de eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com os amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens de doença, de decadência física e de dependência como destino dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras de comportamento e de consumo de bens específicos, que indicam como aqueles que não se sentem velhos devem proceder.

No entanto, neste contexto em que o processo de envelhecimento se acelera, inicia-se a constituição de um novo mercado: o mercado da velhice. As tendências principais do capitalismo, neste momento das décadas de 1980 e 1990, poderiam ser apontadas da seguinte maneira: índices muito baixos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), desinflação acelerada, desemprego elevado, agravamento das desigualdades na distribuição de renda com o reaparecimento dos investimentos rentáveis obtidos através de aplicações financeiras, marginalização de regiões inteiras do planeta em relação ao sistema de comércio internacional e, entre as grandes potências, uma maior concorrência internacional. (DEBERT, 1999).

Para Mészáros (2002), no livro *Para Além do Capital*, o capitalismo é um sistema constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado. O capital não trata de valor de uso e valor de troca como separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último, gerando a tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir sua vida útil e, desse modo, agilizar o seu ciclo reprodutivo. Quanto mais crescem a competitividade e a concorrência na reprodução do capital, mais nefastas são suas conseqüências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização sem paralelos em toda era

moderna, da força humana que trabalha e a degradação acelerada do meio ambiente. De acordo com o autor, o Estado é a estrutura política compreensiva de mando do capital, e só um vasto movimento de massa radical e extraparlamentar pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital.

A racionalidade capitalista, em seu materialismo, busca suprimir qualquer subjetividade histórica antagonista ou qualquer identidade classista diferente da sua. Tendo isso em vista, pensar o marxismo no capitalismo contemporâneo não é repensar as suas bases inspiradoras originais, mas, sim, utilizá-las para compreender e intervir no modo de produção atual, no sentido de negá-lo e transformá-lo. No entanto, a proposta marxista de tomar o método dialético numa perspectiva materialista representa a tentativa de superação da dicotomia subjetividade-objetividade, indivíduo-sociedade, numa afirmação contraditória, mas de contrários em unidade, do sujeito e do objeto, fornecendo o instrumento para desvendar a essência do capitalismo. Além disso, pode evidenciar as características das atuais relações sociais do indivíduo, do contexto que o circunda e no qual está inserido, todas fundamentais para uma perspectiva sócio-histórica do homem, do desenvolvimento humano e da educação.

3.2 A Abordagem da Sócio-História

A Psicologia Sócio-Histórica teve origem com Lev Semyonovitch Vygotsky, na Rússia do início do século XX, a partir da Revolução de 1917, um contexto caracterizado pelas influências do comunismo, cuja principal corrente de pensamento era a marxista. Vygotsky percebia a necessidade e importância de construir uma psicologia isenta do pensamento burguês e, conseqüentemente, distinta daquelas escolas de psicologia predominantes, ou melhor, distinta da Psicologia Experimental de Wundt, do funcionalismo pragmático de James, o Behaviorismo de Pavlov e Watson e do movimento Gestalt. (VYGOTSKY, 1998).

Diante desta constatação, pode-se indagar o que teria, então, influenciado e/ou norteado o pensamento de Vygotsky, assim como toda sua construção teórica.

A Psicologia nasceu num contexto de ascensão da burguesia, que, fundamentada em princípios Liberais, enfatiza a razão humana e a liberdade do

homem, num momento em que o estudo da natureza humana era atribuído à filosofia, pois somente esta poderia responder pelo estudo da alma. (BOCK, 2002).

A partir do século XIX, sob influência de filósofos empiristas, da publicação de Darwin (*A Origem das Espécies*), e, sobretudo, do dualismo cartesiano que insere a discussão mente-corpo, nascem as grandes escolas da psicologia com suas respectivas problemáticas epistemológicas acerca do homem e de sua atividade, da mente humana, da consciência, isto é, o que são, como se desenvolvem e quais suas relações com o meio. Estas problemáticas eram (são) circunscritas pela exigência do caráter científico da época, o qual determinava como objeto de estudo e análise apenas o que fosse mensurável e experimentável. No entanto, segundo Cole e Scribner (1998) e Bock (2002), não é difícil constatar que aspectos concernentes à subjetividade humana, quando não apenas mal vistos ou recebidos (conforme ocorreu com a psicanálise de Freud), estariam fora da ciência, do rigor científico.

No contexto da I Guerra Mundial, os estudos introspectivos e dos processos conscientes são desacreditados tanto nos Estados Unidos quanto na Rússia de Ivan Pavlov, representantes principais da escola Behaviorista, principalmente por encontrarem respaldo nas teorias de Sechenov e de Darwin. Contudo, mantinham uma relação com seus opositores ao utilizarem uma estratégia que permitisse identificar cada parte da atividade humana – a substituição de sensações por estímulo-resposta, desconsiderando aspectos pelos quais os elementos da referida atividade se combinam para a produção de fenômenos mais complexos. Com este raciocínio desprezaram, ainda, processos psicológicos como o pensamento, a linguagem, a volição, etc; enfatizando o papel das forças ambientais na produção do comportamento. (COLE e SCRIBNER, 1998).

De acordo com Gazzaniga e Heatherton (2005), é importante destacar, ainda em relação ao referido contexto, uma outra escola da psicologia dissidente do Estruturalismo e crítica do Behaviorismo: a psicologia da Gestalt, fundada por Max Wertheimer. Esta escola rejeita a possibilidade de processos psicológicos simples explicarem os mais complexos, evidenciando seu pressuposto básico de que o todo é muito maior que a soma das partes. Isto é, o todo de uma experiência pessoal é superior à soma de seus elementos constituintes. Para os Gestaltistas que se fundamentaram em observações de pessoas comuns, isso significava um relato não-estruturado da experiência, tendo em vista que a percepção dos objetos é subjetiva

e depende de um contexto; logo, tratava-se de uma abordagem fenomenológica. Ainda que apontasse para a subjetividade, a Gestalt não se diferenciava das demais correntes em razão de preocupar-se apenas com o que fosse observável, racionalista e mensurável.

O nascimento e o desenvolvimento da Psicologia Européia, no entanto, ocorre num período conturbado, o qual se refletia também na Psicologia Russa. É neste contexto que Vygotsky se insere nesta nova ciência. Até aquele momento, Vygotsky não havia se manifestado em relação à polêmica entre objetivistas e subjetivistas. No II Congresso Pan-Russo de Psiconeurologia, em 1924, Vygotsky se apresentou com a comunicação *O Método de investigação Reflexológica e Psicológica*, causando um forte impacto entre os presentes quando assumiu uma posição divergente no debate psicológico. Seu objetivo era o de construir uma Psicologia dialética coerente com os conceitos marxistas como queria Kornilov, mas discordando dos postulados da reflexologia, do condutivismo e da reactologia, que considerava reducionistas. (FREITAS, 2002).

Vygotsky investigou, com seus estudos, uma abordagem que viabilizasse a descrição e explicação das funções psicológicas superiores de acordo com as ciências naturais. Entretanto, cabia, antes de tudo, a identificação de estruturas cerebrais submetidas a uma dada função, bem como uma minuciosa explicação da história no decorrer do desenvolvimento, visando promover relações entre formas simples e complexas daquilo aparentemente denominado como comportamento, e, por fim, acrescentar a importância e especificidade do contexto social no qual aconteceu o desenvolvimento do comportamento. Mesmo que nem todas as metas tenham sido atingidas, Vygotsky funda a Psicologia Sócio-Cultural/ Histórica, ao destacar as origens sociais da linguagem e do pensamento, sugerindo, pois, mecanismos pelos quais a cultura torna-se parte da natureza de cada indivíduo. (COLE e SCRIBNER, 1998).

Conforme salienta Bock (2002), a abordagem da Psicologia Sócio-Cultural/ Histórica caracteriza-se por ser bastante crítica ao tomar como referência o marxismo e utilizar como teoria e método o materialismo histórico e dialético, objetivando, primordialmente, suprimir as dicotomias apresentadas pelas demais escolas da psicologia – sujeito x objeto, subjetividade x objetividade, indivíduo x sociedade. Para isso, atribui à condição humana o caráter ativo, histórico, social e dialético. Vale destacar, embora não tenha tido um desenvolvimento contínuo devido

a condições históricas, que ela teve inserções na Educação e na Psicologia da Educação e, somente no final da década de 1970, começa a aparecer no Brasil. (BOCK, 2002).

A concepção ativa e histórica de ser humano da perspectiva sócio-histórica da psicologia de Vygotsky é explicitada em duas de suas importantes obras – *Pensamento e Linguagem (2003)* e *A Formação Social da Mente (1998)*. Nestas, o autor não somente descreve o método de investigação, como também seus objetos de análise e estudo, as funções psicológicas superiores.

Pensamento e Linguagem (2003) revela, já no prefácio, a grande preocupação que Vygotsky possuía acerca da interrelação entre pensamento e linguagem. Segundo ele, este é o problema mais complexo da Psicologia porque a “questão não foi investigada experimentalmente de forma sistemática” (p. XIX) e, sobretudo, por se tratar do cerne da psicologia humana. No entanto, ressalta que o objetivo central da obra é a “análise genética da relação entre o pensamento e a palavra falada”.(p.XX). Baseado nisso, aponta que uma palavra sem significado é um som vazio, sendo o significado da palavra um critério indispensável. Mas que do ponto de vista da psicologia, o significado de cada palavra é uma generalização ou um conceito. E como as generalizações e os conceitos são inegavelmente atos de pensamento, podemos considerar o significado como fenômeno do pensamento.

A partir desta constatação de que o significado das palavras é um fenômeno do pensamento apenas na medida em que o pensamento ganha corpo por meio da fala, diz, entretanto, que só será um fenômeno da fala na medida que é ligada ao pensamento, sendo iluminada por ele. Com isso, afirma que significado da palavra evolui, e a lingüística não percebeu que, na evolução histórica da linguagem, a própria estrutura do significado e a sua natureza psicológica se transformam. Além disso, não é simplesmente o conteúdo de uma palavra que se altera, mas o modo pelo qual a realidade é generalizada e refletida em uma palavra.

A Formação Social da Mente (1998) é a obra em que Vygotsky explicita mais claramente a utilização do método do materialismo histórico e dialético além de mencionar que sua abordagem privilegia o desenvolvimento embora não seja uma teoria do desenvolvimento infantil. Ademais, explora e amplia suas concepções referentes às funções psicológicas superiores e, ainda, o conceito de instrumento para demonstrar que o homem, na interação com o ambiente, utiliza-o como mediador junto dos signos (linguagem, escrita, sistema numérico), sendo, assim,

capaz de transformar a si mesmo e aquilo que o circunda ao longo do desenvolvimento da história e da cultura. Foi nesta obra que introduziu a distinção entre sentido e significado a partir da análise do processo de constituição da consciência, que envolve a integração entre afetivo e cognitivo, a característica social, histórica e única do sujeito. (VYGOTSKY, 1998).

As obras mencionadas servem-nos de referência para a compreensão da concepção sócio-histórica de homem e de desenvolvimento humano adotadas por Vygotsky. Mais que isso, permitem-nos identificar que o objeto desta abordagem não é mais a mente ou o comportamento ou o inconsciente, mas, sim, a subjetividade/objetividade como uma unidade contraditória, que rompe com a dicotomia sujeito-objeto, indivíduo-sociedade; o modo como o indivíduo se constitui sujeito, fatores imprescindíveis a considerar para o entendimento de um evento essencial, biológico, histórico e social deste sujeito, que é o envelhecimento. (VYGOTSKY, 1998).

Outros autores se destacaram no desenvolvimento da perspectiva sócio-histórica. Dentre eles, temos M. Bakhtim, A. Lúria, A. N. Leontiev e os nossos contemporâneos A. M. B. Bock, M. Khol de Oliveira, e W. Aguiar, em meio a tantos outros.

Dentre esses autores que se destacaram, inicialmente é interessante salientar A. R. Lúria. Esse autor, citado por Bock (2002), diz que a compreensão do homem deve sair dos limites do organismo e buscar as origens da vida consciente e do comportamento nas condições de vida social, partindo da interação que ele estabelece com a realidade pelas formas histórico-sociais de sua existência. Essa interação, segundo ele, caracteriza a atividade humana que ocorre pelo trabalho social e suas divisões, originando outras formas de comportamento e novos motivos sociais de comportamento. Ademais, também considera a linguagem um fator decisivo, pois é por meio dela que ocorre a referida atividade consciente do homem, o processo de apropriação de operações com palavras fixadas historicamente nas suas significações. Ela – a linguagem – se é imprescindível na formação da consciência por viabilizar a conversão de percepções do mundo externo em imagens internas, mentais, é também em abstrações e generalizações, para o desligamento da experiência direta da imaginação, o que é base da criatividade.

Ainda pelas citações de Bock (2002), Lúria aponta que a atividade consciente do homem não é nem pode ser determinada pelas percepções e/ou por contingências da experiência individual direta apenas, deve ser ressaltada a

capacidade de abstração dessas percepções e experiências acumuladas no processo da história cultural.

Por sua vez, A. N. Leontiev não concebe o homem de outro modo. Parte de uma perspectiva marxista na seqüência dos estudos de Vygotsky para a investigação do processo histórico de construção da cultura, pois é por essa construção que o gênero humano vai humanizando seu mundo e a si próprio, diferenciando-se da atividade animal e produzindo a historicidade do ser humano. Para ele, a atividade humana, que foi sempre coletiva, decorreu desse processo de construção cultural e de humanização do homem que, por sua vez, também deu origem à fala. Em outras palavras, foi pela utilização e manipulação de instrumentos na transformação da natureza pelo trabalho que a linguagem teve origem, iniciando a processo de objetivação da atividade física e mental do homem, a consciência do homem. (DUARTE, 2004).

Atividade, Consciência e Personalidade, de Aléxis N. Leontiev (1978), evidencia que a gênese da consciência está na atividade interna e externa do sujeito, mediada e regulada por percepções da realidade. Ele diz que

[...] o que o sujeito vê no mundo objetivo são motivos e objetivos, e as condições de sua atividade devem ser recebidas por ele de uma forma ou de outra, apresentadas, compreendidas, retidas e reproduzidas em sua memória; isto também se aplica aos processos de sua atividade e ao próprio sujeito – a sua condição, as suas características e idiossincrasias. A realidade psíquica que nos é revelada é o mundo subjetivo da consciência. (p. 9).

Afirma que o que dá sentido à atividade do indivíduo são as relações sociais existentes entre ele e outros indivíduos e o contexto nos quais estão inseridos. Entretanto, ao analisar o processo histórico do desenvolvimento da consciência humana no modo de produção capitalista, em que a ideologia promove uma ruptura da coerência entre atividade mental e física, entre o sentido e o significado dessas atividades, diz que há alienação, pois o homem não pode reconhecer-se como produtor e produto do trabalho, como um ser que age e transforma a natureza, como um ser ativo. Ao contrário, reconhece-se externo e estranho ao trabalho que realiza e a si próprio. (DUARTE, 2004).

Diante disso, assim como Vygotsky, Lúria e Leontiev, que investigaram além de um novo modo de conceber o indivíduo e as relações que ele estabelece, a combinação de signo e instrumento na atividade do homem gerando uma função psicológica superior, ultrapassando o organicamente demarcado, Bakhtin (2004) também realizou seus estudos referentes a esse tema. Segundo ele, o pensamento, do mesmo modo que os signos, é ideológico, contém o social, pertence ao sistema ideológico e social e ao sistema psíquico.

Para esse autor, o signo e a enunciação são de natureza social. A língua, um fato social, e a fala estão indissolivelmente ligadas às condições de comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais. A palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios. No entanto, os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior do mesmo sistema. Além de implicar conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, é utilizada pela classe dominante para reforçar seu poder.

Ademais, com os estudos do pensamento e da linguagem, demonstrou que o signo é, por natureza, vivo e móvel, plurivalente, está indissolivelmente ligado à situação social, e que é ideológico. Assim, considerando que a palavra é o signo ideológico por excelência em razão de ela registrar as menores variações das relações sociais, verificou que a ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Seria por isso, no entanto, que a classe dominante interessa-se em torná-lo monovalente. Diante disso, sendo a língua determinada pela ideologia, a consciência e o pensamento (a atividade mental), que são condicionados e/ou mediados pela linguagem, são, também, modelados pela ideologia. (BAKHTIN, 2004).

Entretanto, vale destacar, que, para Bakhtin (2004), só a dialética pode resolver a contradição entre a unicidade e a pluralidade da significação. Ele menciona que existe uma relação dialética entre psiquismo e ideologia e jamais afirma que a língua deva ser entendida como uma superestrutura, pois ela é a expressão das relações e lutas sociais, veiculando e sofrendo o efeito desta luta, servindo, ao mesmo tempo, de instrumento, de material.

O autor supracitado afirma que um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) e reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Segundo ele, tudo que é ideológico e por ser um signo, possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Um produto de consumo, por exemplo, pode ser transformado em signo ideológico. Entretanto, ressalta que não existirá

ideologia se não existirem signos, e estes, por sua vez, não existem apenas como parte de uma realidade, eles também refletem e refratam uma outra. Dessa maneira, o domínio ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes, pois ali onde o signo se encontra, encontra-se, também, a ideologia.

Nesse sentido, de acordo com Bakhtin (2004), a consciência humana só pode surgir e afirmar-se como realidade, mediante a incorporação material e ideológica dos signos.

Segundo Miotello (2005), a ideologia na perspectiva de Bakhtin é um sistema sempre atual de representação de sociedade e de mundo, construído a partir de referências constituídas nas interações e nas trocas simbólicas desenvolvidas por determinados grupos organizados. Deve ser compreendida a partir da relação constante entre a superestrutura e a infra-estrutura intermediada pelos signos, presentes em todas as relações sociais. Desse modo, as ideologias respondem a interesses diversos e contrastantes, podendo reproduzir a ordem social e manter como definitivos alguns dos sentidos das coisas ou podem discutir e subverter as relações sociais de produção da sociedade capitalista. Desta forma, neutralidade dos discursos e das idéias inexiste na perspectiva bakhtiniana (Miotello, 2005).

A partir de todas essas considerações relativas à perspectiva sócio-histórica que serviram de inspiração para esta pesquisa, principalmente em razão de ela oferecer uma nova maneira de compreensão de homem e de desenvolvimento humano, é que foi possível uma análise dos dados constatados nas entrevistas feitas com quatro coordenadores pedagógicos e utilizadas como um instrumento de pesquisa qualitativa. Porém, antes de nos conduzirmos ao capítulo da apresentação dessas análises na tentativa de responder essas perguntas e/ou possibilitando outras reflexões, é importante evidenciar algumas contribuições das teorias de desenvolvimento humano e da gerontologia para a compreensão do processo de envelhecimento e do indivíduo idoso.

3.3 Teorias do Desenvolvimento Humano e Gerontologia

Os estudos referentes ao desenvolvimento humano são constituintes das propostas de investigação em campos do conhecimento como a Educação, a Psicologia, Antropologia, Sociologia, História, Medicina, Gerontologia e outras. Não desprezando seus modos de investigação, vale ressaltar que, nesta pesquisa, sobretudo pelo referencial adotado, as considerações pertinentes ao desenvolvimento começam pela perspectiva da Psicologia de L.S. Vygotsky, que já foi abordada na seção anterior, mas por um viés antecessor às considerações que se seguem, pois ela enfatiza sua concepção de desenvolvimento humano.

Vygotsky (2003), através dos estudos e experimentos das funções psicológicas superiores apresentados na forma de psicologia comparada pelos estudos e experimentos com animais, especialmente os macacos antropóides e os chimpanzés, concluiu que o “desenvolvimento do pensamento é determinado pela linguagem, isto é, pelos instrumentos lingüísticos do pensamento e pela experiência sócio-cultural” (p.63), sempre de modo interacional e interrelacional, o desenvolvimento se transforma do biológico para o sócio-histórico. Verificou que as estruturas cerebrais e suas respectivas funções nos animais citados guardam semelhanças com as estruturas e funções fisiológicas dos humanos. Porém, somente estes últimos são capazes de utilizar instrumentos e signos sob a forma de mediadores nas relações com outros indivíduos e com a natureza, de modo a conhecê-los e transformá-los e de realizar produções (trabalho), via internalização do mundo externo, o que significa que ele constrói e reconstrói internamente as atividades e tudo o que ocorre externamente a ele. Ou seja, é a transformação de um processo interpessoal em intrapessoal, uma subjetivação da realidade objetiva assim como, num processo ativo e recíproco, é capaz de objetivar suas vivências e experiências internas nas condições materiais de existência. Além disso, afirma ainda que é a linguagem a função psicológica responsável pela expressão dessa condição subjetiva e de sujeito do homem, um ser de e das relações, sobretudo as afetivas; capaz de significar e ressignificar momentos, a história e sua própria vida, constantemente num processo dinâmico, histórico e dialético.

Verifica-se que o homem e o seu desenvolvimento são concebidos por Vygotsky como ativos, históricos, isto é, que se constituem nas relações sociais, no

manejo de instrumentos culturais e na apropriação da linguagem; como ser em processo, cujas características biológicas e psicológicas são forjadas pelo tempo, sociedade e relações. (BOCK, 1997).

A fim de articularmos essa inovadora perspectiva ao processo de envelhecimento – esse importante evento do desenvolvimento humano – e apontar uma outra possibilidade para compreendê-lo, é interessante mencionar, por exemplo, outras concepções de homem e de seu desenvolvimento presentes na psicologia. Dentre elas, salientam-se a concepção psicanalítica, a concepção da psicologia evolutiva, a concepção do behaviorismo, etc. Tais concepções, independente das divergências que apresentam entre si, todas compreendem o homem como naturalmente dotado de capacidades (biológicas e psicológicas) e potencialidades, como auto-determinante, que, diante de condições climáticas, ecológicas, sociais e culturais, apresenta e aperfeiçoa tais capacidades e potencialidades, quando essas mesmas condições não as impedem de manter esse curso ao longo da vida. De acordo com essa compreensão, “o homem torna-se o único responsável pelo seu próprio desenvolvimento (desde que as condições ambientais estejam dadas)”. (BOCK, 1997, p.01).

Rosa (1982), ao discorrer sobre o envelhecimento em *Psicologia da Vida Adulta*, toma como referência Erik Erickson, nascido na Alemanha e radicado nos EUA (1902-1994), que desenvolveu a teoria psicossocial do desenvolvimento. De acordo com esse autor, o desenvolvimento de uma pessoa é compreendido na forma de estágios, desde o nascimento até a morte, por influências sociais interagindo com o organismo que está amadurecendo física e psicologicamente. Estes estágios demonstram que um sujeito deve ajustar-se de tal modo que a identidade psicológica seja preservada, pois é ela que possibilitará ao homem adaptar-se às demandas do mundo externo e de todo o envelhecer. Por sua vez, o ajustamento será favorecido pelo amor e respeito ao mundo significativo para o sujeito.

É importante observar que, embora sejam consideradas as relações sociais mantidas pelo indivíduo, a referida concepção de homem e de desenvolvimento é semelhante (ou decorrente) àquela naturalista, pois o indivíduo tem que se adaptar ao meio para que suas potencialidades sejam estimuladas e desenvolvidas.

O envelhecimento, segundo essa perspectiva, é compreendido não como processo biológico e cultural, mas, sim, como uma fase. Fase esta caracterizada, predominantemente, por aspectos desagradáveis, como inatividade, sinônimo de doença em razão de haver alterações cognitivas referentes à memória e à criatividade; alterações biológicas como, por exemplo, a redução do vigor físico, seja estrutural e/ou funcional; alteração nos relacionamentos pela limitação de atividades e tarefas; e por reconhecer a finitude.

Contudo, Rosa (1982) aponta a necessidade de diferenciação de fatores pertinentes ao envelhecimento, que é a senescência e a senilidade: a primeira é marcada por um declínio gradual do organismo para o qual há compensações, enquanto a segunda representa a deterioração física e mental. Segundo ele, isso é essencial para o reconhecimento de ajustamentos necessários ao bom envelhecimento. Em outros termos, o autor (que toma como referência Erick Erikson) indica que o indivíduo deve ajustar-se à redução do rigor físico, à aposentadoria, aos deveres cívicos e sociais, às possíveis novas condições de moradia, ao estabelecimento de vínculos com indivíduos da mesma faixa etária, à família, inclusive às relações conjugais, comportamentos sexuais e viuvez, e, por fim, ajustar-se ao aspecto mais importante da velhice – a morte. O indivíduo deve preparar-se para enfrentá-la, assim como para o enfrentamento das condições em que ela ocorre e quem ela envolve, ele deve preparar-se para a própria morte.

Como se pode observar, esta abordagem do envelhecimento, mesmo que considere aspectos importantes deste processo, propõe que o indivíduo deve esforçar-se para garantir sua saúde através da busca da sua felicidade, deve adequar-se, adaptar-se às condições que o envolve e o cerca, apontando implicitamente (ou explicitamente), mais uma vez, para a concepção da condição natural, individualista e passiva do homem.

Diversos são os estudos referentes ao envelhecimento, porém, nenhum deles permite compreender este evento da condição humana específica e especialmente como fenômeno / fato atual da população brasileira, tendo em vista que, em sua maioria, foram desenvolvidos por europeus e estadunidenses, culturas significativamente distintas da latino-americana, especialmente da brasileira. Até bem recentemente, discutia-se, pelo menos no âmbito acadêmico da psicologia, o envelhecimento sob os parâmetros culturais das populações estrangeiras e não

sobre nossos próprios, o que resultou em ocultamento e desprezo em relação ao idoso e ao fenômeno do envelhecer, e em privilégio e exclusividade dados à juventude⁴. Desta forma, reforçou-se a filosofia liberal do capitalismo, ou seja, um homem jovem dotado de potencialidades a serem estimuladas e desenvolvidas, com alto índice de desempenho para a produção, em detrimento do velho: esgotado dessas capacidades, descontextualizado, improdutivo, fadado à exclusão e ao isolamento.

A partir dessas considerações, é importante retomar alguns dos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica devido à sua concepção de homem enquanto ser ativo, histórico, dinâmico, capaz de significar e ressignificar, transformar a si mesmo e a realidade na qual está inserido, constituir-se sujeito das e nas relações sociais. (BOCK, 2002).

No entanto, é sabido que Vygotsky contribuiu (e contribui) para a inovação da psicologia e também da educação quando apresentou um novo método para entendimento e compreensão do desenvolvimento humano e da constituição da subjetividade ao explorar suas análises acerca da construção e constituição do pensamento e apropriação da linguagem por parte da criança. Diante disso, de que maneira podemos lançar mão da teoria de Vygotsky para entendimento do processo de envelhecimento?

Bock (2002) menciona que na psicologia sócio-histórica o desenvolvimento de um indivíduo é uma trajetória construída socialmente no decorrer do desenvolvimento de atitudes humanas, que se consolidam em possibilidades para todos os homens. Estas atividades, de acordo com esta perspectiva, ocorrem desde o nascimento até o envelhecer ao longo da história de/da vida do sujeito. Vale destacar que, segundo a autora, as referidas possibilidades estão instaladas na cultura, com seus objetos e instrumentos, e na linguagem, e que, gradativamente, convertem-se em capacidades individuais, “sempre direcionando o desenvolvimento para um determinado fim” (p. 29).

⁴ Todavia, essas discussões têm tomado um novo rumo e focado a realidade social e cultural do Brasil no que se refere ao envelhecer, conforme algumas publicações de pesquisadores dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, principalmente a partir de 2004, e também com a entrada em vigor do Estatuto do Idoso. Dentre tais publicações podemos citar *Velhice Bem-Sucedida – Aspectos afetivos e cognitivos* de Anita Liberalesso e Mônica Yassuda, ambas de Campinas-SP, e *Tempo de Envelhecer – Percursos e dimensões psicossociais* de Lígia Py e orgs., do Rio de Janeiro.

No entanto, visto o desenvolvimento como processo que se constrói e se transforma subjetiva e objetivamente por meio das e nas interações/ relações sociais que constituem e envolvem o sujeito, o envelhecimento, certamente podemos inferir, é um evento deste processo. Para a perspectiva sócio-histórica, o homem pode e deve conceber tal evento conforme a realidade que o circunda, embora esta insista em “associar a velhice à ausência de sinais positivos ou à sua perda, como a saúde, a beleza e a força física e mental” (BARROS, 2004, p.48).

Ademais, esta perspectiva teórica considera ainda que, sejam quais forem as características da cultura (simples ou complexas), as relações entre sujeitos (homens ou mulheres, jovens ou idosos) são definidas pela cultura, inculcando às diferenças naturais a marca da sociedade, por meio da transmissão de valores e significados dos mais velhos aos mais novos no processo de socialização. (BARROS, 2004).

Outros aspectos referentes ao envelhecimento merecem ser destacados, a fim de o articularmos à teoria sócio-histórica para, assim, melhor compreendê-lo, pois as diferenças naturais entre cada momento da vida terão significados diferentes em razão de dependerem da cultura e seus respectivos contextos históricos.

Inicialmente, menciona-se o aspecto biológico, no qual podemos identificar alterações, por exemplo, do tipo endócrinas, cardio-respiratórias (devido a possibilidade de hipertensão ou histórico de tabagismo), neuromusculares, etc, ou, sem ocorrência de patologia, pelo simples declínio do vigor físico. (PAPALIA e OLDS, 2000).

Por seu curso, mudanças também podem ser observadas no funcionamento psíquico e cognitivo do indivíduo idoso. Muitas vezes, elas são constatadas principalmente em relação às emoções, à memória, à atenção, à criatividade e ao raciocínio. Entretanto, não podem ser precipitadamente entendidas como negativas ou positivas, porque na velhice este funcionamento é altamente variável, podendo-se constatar tanto déficits para alguns indivíduos como aperfeiçoamento para outros, o que demonstra a continuidade da plasticidade do organismo. (LIBERALESSO e YASSUDA, 2004).

Não raro, estas alterações se fundamentam na carência ou excesso de afeto tanto por parte do sujeito para com a família e pessoas mais próximas, quanto

destes últimos em relação ao sujeito; sem mencionarmos que danos, alterações da saúde física, com frequência regular, são os desencadeadores das alterações no psiquismo, na/ da subjetividade do indivíduo idoso como, por exemplo, a incidência da Aids na velhice, disfunções hormonais (hipo ou hipertireoidismo), diabetes, demenciação, déficit visual ou auditivo, dentre outros, por acarretar episódios depressivos bem como correlacioná-los à constatação da finitude. (LIBERALESSO e YASSUDA, 2004).

É importante ressaltar ainda que, atrelados aos aspectos biológicos e psíquicos, há os fatores sócio-político-culturais e a dimensão do tempo. Mais que atrelados aos aspectos já citados, parece mais adequado dizer que todos compõem a gama de instrumentos e signos para a constituição do sujeito – neste caso, especialmente, o idoso – que, na perspectiva sócio-histórica, é dialético, histórico e permanente. Dentre tais fatores, talvez possamos destacar o tempo, porque “o processo de envelhecimento do corpo é peculiar à individualidade de cada ser e acontece pela ação do tempo” (p. 110); envolve experiências de ganhos e perdas que marcam as vidas biológica e psíquica no meio social onde estão inseridos. O corpo, expressão ou representante do tempo é “proposta de ação sobre si mesmo e sobre o mundo” (p. 111), à medida que há ampliação e extensão das capacidades (PY, 2004).

[...]O ser humano tem um organismo que precisa de certas condições, que precisa sobreviver. [...]O meu corpo é a base de sustentação de meu mundo psicológico. Dependendo do que come este corpo, do que faz este corpo, teremos determinadas formas de se inserir e de se relacionar com o mundo. Se enxergo menos, se escuto menos, terei uma possibilidade ou outra nas relações sociais. Então, temos exigências orgânicas que estão inseridas num mundo cultural. Não existe instinto vital, ou seja, todas estas necessidades chamadas vitais estão, de uma forma ou de outra, culturalizadas. (BOCK, 2004, p. 3).

De acordo com Py (2004), o corpo é o instrumento mediador na linguagem do sujeito com o mundo, com outros sujeitos e com a natureza, no tempo e no espaço. O fator tempo (um dos signos que viabiliza a historicidade de cada um) remete à constatação dos diversos eventos que compõem o processo de

desenvolvimento, logo, do envelhecimento, sejam eles previsíveis e controláveis ou não, negativos ou positivos.

Fortes e Néri (2004), também discutindo sobre os eventos do curso da vida, apontam que os eventos influenciam e promovem a orientação da personalidade mediante as implicações biológicas, sociais e psicológicas da condição humana numa determinada realidade. É importante ressaltar que, segundo as autoras, o evento de vida deve ser concebido como de transição, como “período de mudanças, crescimento e desequilíbrio, que serve como uma espécie de ponte entre um ponto relativamente estável e um outro ponto na vida também relativamente estável” (p.52).

Especialmente em relação ao envelhecimento, alguns eventos sociais ou biologicamente determinados, como a aposentadoria e a menopausa, são esperados pelos indivíduos, mas cada um atribui seu significado pessoal, singular, a partir das experiências já vivenciadas e aquelas ainda em curso, bem como pelas relações estabelecidas no contexto em que esteja inserido. (FORTES e NERY, 2004).

Desta forma, pode-se inferir, num primeiro momento, que sendo os eventos previsíveis, não haveria razão para problemas. Isso não é verdadeiro, sobretudo por se tratar de uma sociedade (e psicologia) que concebe o homem como um ser passivo, que deve adaptar-se às condições e situações a ele oferecidas, sem mencionarmos, conforme já citado anteriormente, a exigência da filosofia liberal de um sujeito jovem, talentoso, constituído de potencialidades essenciais ao modo de produção capitalista. Conseqüentemente, o velho, nesta sociedade, está à margem.

E os outros eventos? Os não previsíveis? Os negativos? Isto é, eventos como a morte de um filho jovem, o aparecimento de doenças, um acidente, a morte do cônjuge, momentos não apenas pertinentes à velhice, mas à vida de um modo geral. Todos eles compõem a historicidade de cada um, localizam-se no tempo e no espaço por meio do corpo – com suas limitações e possibilidades – que expressa a subjetividade constituída na continuidade e dinamismo das relações, o registro e a significação que o sujeito fez e faz do mundo, demonstrando, obviamente, a atividade o homem. (BOCK, 2004).

De que tempo se trata ao longo da vida, no processo de envelhecimento? Certamente trata-se do tempo cronológico, visto que este é uma das convenções sociais, pode-se dizer. Porém, aqui, salienta-se, principalmente, o tempo psicológico, o tempo do âmbito subjetivo.

Tamer (1995), ao discutir a problemática do tempo humano, destaca que, enquanto se mantiver apenas a compreensão do tempo sob coordenadas espaciais (comprimento, altura, largura), será difícil compreender os complexos significados implícitos da sua dimensão total. Diz que o tempo marcado pelo relógio não é mais que um sistema de medida que permite a relação de dois momentos. Além disso, segundo a autora, no início do século XX, a discussão referente ao tempo adquiriu especial relevância e repercutiu não somente na vida cotidiana, como também na ciência, na filosofia e nas artes, alterando as formas e estruturas do espaço, concebendo-o como a quarta dimensão que incide significativamente sobre os sistemas espacial rígido e materialista. A partir daí, o homem começa a ter consciência do tempo e intui um mundo multidimensional, medindo-o por outros fenômenos que não os puramente mecânicos.

A título de exemplo dessa nova concepção de tempo, Tamer (1995) menciona autores como Virgínia Woolf e Aléxis Carrel, que assinalam, respectivamente, os complexos efeitos do tempo sobre a mente humana, o caráter específico das coisas capaz de promover variações da origem desse tempo a partir da constituição de cada objeto. Mais especificamente, dizem que uma hora, uma vez instalada na mente humana, pode abarcar de cinquenta a cem vezes seu tempo cronometrado, ou, ao contrário, pode corresponder a um segundo no tempo mental. O tempo físico se desliza a uma velocidade uniforme, enquanto que nosso ritmo vai se retardando progressivamente. Nesse sentido, para Carrel citado por Tamer (1995), o tempo interior ou fisiológico equivale à sucessão ininterrupta dos estados estruturais, fisiológicos, bioquímicos e mentais que constituem a personalidade; quanto ao psicológico, considera-o como um aspecto desconhecido.

Como se pôde observar, desconsiderando divergências de compreensões, o tempo é algo problemático, complexo e passível de várias interpretações e considerações. Ao se tratar do processo de envelhecimento, talvez a complexidade se acentue por ter como representante maior o corpo, instrumento, por sua vez, responsável pela expressão da subjetividade, afinal, é por ele que o

sujeito se apropria do mundo, se representa na própria história, construída por uma ação continuada, articuladora dos elos associativos dos fatos da vida que conferem sentido à existência. Essa história como um sistema de valores peculiar a um determinado sistema social, ao se referir ao envelhecer, segue seu curso por meio de corpos marcados por rugas, cabelos brancos, que continuam sua trajetória significando e ressignificando o social e as relações sociais, que lhes tocam de algum modo. (PY, 2004).

Numa sociedade capitalista, no entanto, fala-se do sujeito com um corpo envelhecido, isto é:

[...]estamos falando aqui do corpo de um ser humano idoso que, sentindo o afastamento progressivo do padrão jovem socialmente instituído, se vê ameaçado de exclusão [...]se reconhecemos as transformações desse corpo envelhecendo – corpo que é a própria presença de uma mulher ou de um homem no mundo –, podemos destituí-lo de conotações negativas e incluí-lo no registro da diferença. [...]Torna-se, assim, possível reintegrá-lo à vida, na dimensão da sua temporalidade, quando, incentivado a visitar o passado, alcança uma ressignificação no presente para relançar-se à aventura de projetos futuros. (Birman, 1995, citado por Py, 2004, 114).

É interessante observar no curso das (re)significações a importância de processos psicológicos básicos como a memória, o pensamento, a linguagem, funções, segundo Vygotsky (1998), fundamentais para o entendimento do desenvolvimento humano, especialmente devido a uma interrelação recíproca com o meio, quando o cultural é subjetivado, e o subjetivo é objetivado na cultura. Por meio dos referidos processos, é que o sujeito tem a dimensão do tempo, de seu tempo subjetivo, essencial em quaisquer eventos da vida, seja na infância, seja na velhice.

Entretanto, como declínio do vigor físico e do funcionamento global do organismo que inevitavelmente ocorre, o indivíduo idoso pode ter (e muitas vezes tem) afetados tais processos, principalmente a memória, que é a responsável pela assimilação, acomodação, decodificação de informações, situações, experiências de maneira geral. Embora não se saiba o que exatamente proporciona a perda ou a falha da memória nas pessoas mais velhas, constata-se alterações na percepção do

tempo, nos relacionamentos, no senso de autonomia e auto-estima. (GAZZANIGA e HEATHERTON, 2005).

Ademais, Py (2004), referindo-se a essas alterações, diz que elas não somente reforçam as formas de discriminação do velho e os estigmas da decadência, feiúra, doença e de finitude a ele atribuídos, assim como se fazem intercorrentes no percurso das identificações e papéis assumidos no processo de constituição da subjetividade, quando o sujeito se reconhece e reconhece o outro ao mesmo tempo em que também é reconhecido por ele.

Retomando Fortes e Néri (2004), quando discorrem a respeito dos eventos inesperados e negativos da vida do idoso, percebe-se também que as alterações cognitivas durante o envelhecimento interferem na atribuição de sentido/significado às vivências. Para elas, muitas vezes, em associação à conotação degenerativa dada pelo social ao processo do envelhecer, tal significação é feita de modo pessimista, levando o indivíduo idoso à depressão, a recolher-se, isolar-se e submeter-se ao lugar reservado pela sociedade: a marginalização. Todavia, destacam, por outro lado, que, se em concomitância ao citado evento, houver um fato positivo, o apoio e respeito da família e estrutura social favorável, importantes para a saúde emocional e psíquica do indivíduo, essa significação é garantia de atividade, autonomia e auto-estima elevada para que ele possa se implicar no próprio processo de transformação e no curso das transformações sócio-culturais, mesmo que estas ainda não assegurem a permanência das diversas formas de envelhecer nem permitam as elaborações psíquicas que só fazem sentido pela atividade, ação, emoção e o pensamento.

É interessante observar que as transformações sócio-culturais como nos valores da família, a coexistência dos valores tradicionais com os modernos, os diferentes papéis sociais assumidos, alterações institucionais, dissoluções ideológicas e políticas, entre outros, são impactantes no processo de envelhecimento como um todo. Sobretudo por integrarmos uma sociedade estruturalmente vulnerável no trato da população idosa, seja pela ausência de políticas públicas promotoras de bem-estar biopsicossocial de modo geral, seja em razão de ser o envelhecimento da população brasileira um fenômeno ou fato contemporâneo para o qual nem instituições nem a família estejam conscientes para uma ação efetiva, conseqüência de uma concepção institucionalizada do curso da

vida, pensada a partir da compreensão individualista da pessoa, de que cada evento da vida desta pessoa, ao ser sucedido, gera uma crise. Sendo que o processo de envelhecimento raras vezes é visto como saudável e como intrínseco ao ser humano, pois o envelhecer é um processo que permeia a existência humana desde o nascimento até a morte como evento biológico e, principalmente, cultural.

Resta considerar que a compreensão do processo de envelhecimento na perspectiva sócio-histórica deve partir da concepção de homem por ela adotada e do entendimento sobre como ocorre o processo de constituição da subjetividade. Em outras palavras, esse entendimento deve partir da percepção de que o sujeito é ativo e, como tal, age no mundo cultural e social pelas relações sociais estabelecidas via utilização da linguagem e de instrumentos que possibilitam posicionar-se, transformando a si mesmo e o mundo. Esse processo de transformação, sem medo de parecer redundante, é recorrente e envolve ressignificações. Ressignificações estas possibilitadas pelo tempo e pela história, já que estes, como sendo não lineares, contam do humano, das possibilidades do homem se constituir como humano. O envelhecimento é aqui um percurso pelo qual o sujeito “passa” e adquire, mais uma vez, a possibilidade de transformar, contar e fazer a própria história.

Em síntese, a fim de viabilizar essa compreensão, é importante que se rompa com o paradigma da concepção naturalista e individualista do homem (como faz a perspectiva sócio-histórica) para que o envelhecimento deixe de ser visto sob a óptica patológica e de crise, como inatividade, e que o conceito de saúde não mais seja concebido pela via curativa, e, sim, pró-bem-estar, educativo. Isto é, é importante que a saúde seja percebida e praticada num sentido amplo de condições adequadas de vida e de relações sociais de um determinado contexto sócio-cultural e promova uma ampliação da consciência que o indivíduo possui de si mesmo e sobre a realidade que o circunda, retirando-o do isolamento e da marginalização.

Dessa maneira, com o intuito de contribuir para essa nova concepção de envelhecimento, é essencial partir para uma articulação de todos os referenciais até aqui utilizados.

3.4 Uma Articulação Necessária

Para compreender a concepção da Escola a respeito do processo de envelhecimento e suas implicações, faz-se necessária uma articulação, um diálogo com estas perspectivas teóricas já apresentadas nas seções anteriores, que têm um aspecto em comum: compreender o homem e as relações que ele estabelece no contexto em que vive.

Na tentativa de descrever as relações que o indivíduo estabelece com e em seu meio, especialmente o indivíduo idoso em seu processo de desenvolvimento e envelhecimento, é importante retomar a concepção de homem da perspectiva sócio-histórica de Vygotsky, posto que tal concepção foi bastante significativa para a análise⁵ dos dados constatados nas entrevistas feitas com os sujeitos da pesquisa.

Sucintamente, ainda que repetitiva e sem comprometer sua essência e riqueza de conteúdo, salienta-se que a abordagem sócio-histórica de Vygotsky, inspirada no marxismo pela adoção do método histórico dialético, tem como objetivo suprimir as dicotomias indivíduo x sociedade, sujeito x objeto, subjetividade x objetividade, e atribuir à condição humana o caráter consciente, ativo, histórico, social e dialético. Para isso, seu fundador destaca as origens sociais do pensamento e da linguagem, através da apropriação que o homem faz da cultura. Apropriação esta que ocorre por meio de mediações, proporcionadas pela utilização e manipulação de símbolos e signos oriundos dos significados históricos e socialmente construídos por outros homens em suas interações com o meio. Desta forma, privilegia e concebe o desenvolvimento humano também como um processo decorrente da apropriação da linguagem pela cultura, pois, pelas relações sociais, o indivíduo se constitui sujeito, subjetivando a realidade e objetivando sua subjetividade, de modo recíproco e ativo. Isso fez com que a subjetividade se tornasse, portanto, o objeto de estudos da psicologia sócio-histórica. (VYGOTSKY, 2007).

De acordo com Gonzalez Rey (2002), embora haja uma problemática em sua conceitualização, a subjetividade tem se apresentado como um termo referente ao mundo interno do sujeito. Para ele, ainda assim, conceituar subjetividade significa entendê-la como produto da vida cultural humana, definindo-se a partir de um

⁵ Análise na pesquisa qualitativa não consiste em descrição de fatos, mas, sim, na interpretação de um fenômeno (GONZALEZ REY citado por OZELLA, 2003).

complexo processo de desenvolvimento no qual se inter-relacionam elementos sociais, biológicos, ecológicos e outros, apontando momentos fundamentais em sua constituição: o social e o individual, que atuam reciprocamente no decorrer deste desenvolvimento. Isto é, “um processo de constituição que integra de forma simultânea as subjetividades social e individual. O indivíduo é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, se constitui nela”. (p.37).

É interessante observar que este autor conceitua a subjetividade como um sistema dinâmico, processual, em constante desenvolvimento, possuidor de signos contraditórios entre si que não se anulam, sensíveis às características dos eventos atuais e configurativos por diferenciar qualitativamente os processos psíquicos singulares, promovendo o desenvolvimento do sujeito e a reconstituição da subjetividade individual e social. Individual em razão de sua constituição subjetiva representar a síntese subjetivada de sua história, fazendo-o, assim, um ser histórico. Social, por ela se desenvolver na sociedade onde produz novos sentidos e significações que, por sua vez, convertem-se subjetivamente em novos momentos do desenvolvimento subjetivo.

Salienta-se que o autor sugere para conceitualização de subjetividade a consideração, também, da composição da experiência, isto é, todo o conteúdo desta experiência, pois ele aparecerá subjetivado nas referidas configurações.

Molon (2003), ao discorrer sobre subjetividade e o processo de constituição do sujeito em Vygotsky, conceitua subjetividade (ou tenta) descrevendo o modo pelo qual se constitui. Para ela, em concordância com a psicologia sócio-cultural, “a subjetividade e o sujeito são compreendidos na realidade social e na vida social, vista como, primordialmente, histórica” (p.118). Por isso, conceituá-la é compreender que ela se constitui permanentemente nas relações e transformações sociais nas quais o indivíduo se envolve e está desde seu nascimento, no reconhecimento do outro e do próprio eu, na alteridade e na singularidade.

Como nos apresenta Bock (2003), a psicologia sócio-histórica tem como objeto de estudos a subjetividade ou a dimensão subjetiva do homem enquanto expressão ou objetivação daquilo que foi internalizado, significado e reconstruído do mundo externo, isto é, das relações sociais, da realidade social em que esteja, nas formas dele sentir, pensar e agir. Objetiva, também, construir uma ciência crítica, que se posicione efetivamente em benefício de melhores condições de vida, essenciais à saúde dos homens.

Ademais, Bock (2002) desperta reflexões relativas à subjetividade na contemporaneidade, ou seja, conduz a perguntarmos: (a) como o indivíduo se constitui sujeito num contexto em que há uma fragmentação do eu resultante, por exemplo, das alterações institucionais, das dissoluções sociais, políticas e ideológicas; de simulações, de desejos e sentimentos na maioria das vezes não reais? e (b) se o social atua como uma instância subjetiva que proporciona ao indivíduo a constituição de uma configuração subjetiva e de historicidade singular, como isso ocorrerá se as atuais concepções do envelhecimento e do indivíduo idoso se convergem em inatividade, em dependência, em improdutividade, em deterioração ou em uma luta contra o tempo para manter-se jovem conforme “sugerem” as dicas de beleza “ofertadas” pela mídia?

Diante dessas indagações, e com um relativo conhecimento sobre o desenvolvimento humano, pode-se inferir que mesmo inserido numa realidade social não favorável à constituição subjetiva, o homem é capaz de constituir-se sujeito de sua história, ativo e consciente. Em outros termos, considerando que o homem ao nascer dotado de necessidades elementares e vitais, bem como daquelas essencialmente expressas por sua atividade determinada por motivos, que o orienta e conduz às relações com o meio e com outros homens, ressalta-se que ele é capaz de descobrir um objeto potencialmente satisfatório ou não.

Martins (2004) afirma que se as necessidades do início do desenvolvimento tornarem-se condição para a atividade do homem, ficando cada vez mais complexas, o inverso pode acontecer de modo que elas se converterão em resultado por terem sido transformadas por seus objetos, reafirmando, com isso, a concepção marxista de que as necessidades se produzem. Logo, possuem natureza histórica e social, além de transformarem e serem transformadas e não possuem uma função operacional.

Desta maneira, a autora menciona que a dialética indivíduo-sociedade se encerra diante da constatação de que a atividade é uma atividade de um sujeito e um atributo das relações sociais e das manifestações das condições históricas objetivas. Isso, no entanto, implicará no fato de os produtos oriundos desta atividade não possuírem uma natureza psíquica direta, ou seja, são mediados por símbolos e signos, expressos na linguagem, nas relações e na realidade social, o que possibilita, posteriormente, por parte deste sujeito uma reflexão relativa às próprias ações e intervenções no meio onde se encontra. Em outras palavras, uma

consciência de sua atividade, caracterizada por sentidos e significados atribuídos ao mundo, a si mesmo e aos outros, via representação da experiência humana de um modo geral e, porque não, de ser velho.

Martins (2004) ao citar Leontiev (1978), porém, alerta para o momento em que possa ocorrer uma ruptura no referido processo. Isto é, frente às condições sociais contemporâneas nas quais há uma compreensão dos homens ditada pela mídia, em que eles não detêm mais a força de trabalho e/ou em que se reforça o desaprender a pensar, há uma ruptura do pensar, sentir e agir, logo, entre significados e sentidos determinantes de mudança na estrutura interna da consciência, na estrutura motivacional de sua configuração subjetiva, ressignificando-os numa forma de alienação ou não-consciência da realidade social, de si mesmo, de seu processo de envelhecimento.

Por seu curso, embora tais motivos não-conscientes só possam ser reconhecidos pelo indivíduo em sua relação com o mundo exterior – no entanto, da mesma forma que os conscientes –, essa situação leva a constatar as vivências inconscientes então resultantes: interpretação da realidade mistificada, ilusória e dependente (ideológica), com origem numa produção de vida material e suas decorrentes relações, atendendo somente a uma ordem social objetiva e prática, não à subjetiva, de significados e experiências pessoais. Eis, novamente, uma cisão objetividade-subjetividade. (GUIRADO, s/d).

De acordo com Ozella e Sanchez (2002), é importante destacar na abordagem sócio-histórica, cuja referência teórica é o marxismo e o método é o materialismo histórico e dialético, que a pesquisa elege como categorias de análise: (a)atividade, (b)consciência, (c)identidade, (d)representação social, (e)subjetividade, (f)sentido/significado, (g)emoção/afetividade, (h)mediação, (i)configuração subjetiva, (j)linguagem e (k)ideologia. Essas categorias podem e são identificadas por meio da utilização de recursos metodológicos, como entrevista, observação, análise de discurso, análise de conteúdo, questionários, documentação, análise categorial, análise temática, unidades ou núcleos de significação, desenho, história de vida e estudo de caso.

Os estudos de Vygotsky e de todos os autores que compartilham da perspectiva sócio-histórica mencionados (Luria, Leontiev, Bakhtim, Bock, Aguiar e outros) nos conduzem a utilizar três das categorias fundamentais dessa abordagem

para a pesquisa qualitativa em questão: (a)atividade, (b)consciência e (c)ideologia. Todas mediadas por signos e símbolos dados pela apropriação da linguagem e da cultura, conforme já mencionado anteriormente, e que nos ajudam a conceber tanto o indivíduo quanto seu processo de desenvolvimento diferentemente daquelas perspectivas com concepções naturalizantes e liberais.

No caso da opção que fiz pelas categorias de análise (a)ideologia, (b)atividade e (c)consciência, elas têm como objetivo explicitar, descrever e explicar um fenômeno estudado em sua totalidade. No caso desta pesquisa, o envelhecimento. Elas “[...]são construções ideais (no plano das idéias) que representam a realidade concreta e, como tais, carregam o movimento do fenômeno estudado, suas contradições e sua historicidade.” (AGUIAR, 2002, p. 95). Ademais, de acordo com essa autora, atividade e consciência possibilitam a nomeação da relação do homem com o mundo, permitem que seja identificado o processo de subjetivação e objetivação da realidade decorrente da construção de registros (psicológicos / mentais) feita pelo sujeito na sua relação com o mundo sócio-cultural, pois é a partir dessa relação que ele se constitui sujeito consciente, agindo e atuando neste mundo e sendo afetado por ele.

De acordo com Bock e Gonçalves (2003), a consciência se desenvolve num sujeito se ele é ativo e mantém-se nas relações sociais. É subjetiva embora não exista sem a realidade objetiva, no entanto, expressa uma unidade entre subjetividade e objetividade. Além disso, através da leitura que fazem de Sawaia (1987), as autoras expõem que é pela atividade que a consciência se processa. Em relação, atividade e consciência sugerem que o indivíduo seja situado socialmente, de maneira a identificar a gênese e a forma de manutenção de sua atividade num dado contexto. Vale ressaltar que essa relação é atravessada por mediações (ocorridas nas e pelas relações sociais e linguagem) que incluem a reflexão do indivíduo sobre sua própria ação, da maneira como ocorre ou como é possível ocorrer.

[...]a atividade de cada indivíduo é determinada pela forma como a sociedade se organiza para o trabalho, entendido aqui como a transformação da natureza para a produção da existência humana, algo que só é possível em sociedade. Nesse processo, o homem estabelece relações com a natureza e com outros homens, determinando-se mutuamente. [...] O homem, ao internalizar alguns aspectos da estrutura da atividade, internaliza não apenas uma atividade, mas uma atividade com significado,

com um processo social que, como tal, é mediatizado semioticamente ao ser internalizado. (AGUIAR, 2002, p. 98-99; 102).

A. Leontiev, citado por Duarte (2004), aponta que a consciência humana trabalha as relações entre significado e sentido de uma ação. Segundo ele, o sentido da ação é dado por aquilo que liga na consciência do sujeito, o objeto e o motivo da ação, o que a faz vir acompanhada de diferentes sentimentos e emoções dependendo de qual seja a atividade que dá sentido à ação. Conforme o autor menciona, a relação entre sentido e significados na ação humana tem implicações decisivas para a educação, porque o modo com um indivíduo se expressa e se constrói, inserido num contexto histórico e social, sendo capaz de conhecer e de se auto-(re) conhecer numa relação dialética com a realidade, é proveniente das relações interpessoais que o situam em sua historicidade.

Diante disso,

[...]as formas de pensar, sentir e agir expressam uma integração, muitas vezes contraditória, de experiências, conhecimentos, sem dúvida emocionados, de uma história social e pessoal (mediada pela ideologia, classe social, instituições, etc.). A consciência deve ser vista, assim, como integrada e multideterminada, marcada por uma processualidade constante, na qual é possível a reconstrução interna do mundo objetivo. A consciência, como tem sido evidenciado, é tencionada por produtos históricos e pela subjetividade dos sujeitos, é social e ideológica, intersubjetiva e particular. (AGUIAR, 2002, p.108).

Referente a categoria (c)ideologia, é importante discorrer um pouco mais sobre esse conceito, considerando inclusive o que já foi dito em seções anteriores (3.1, 3.2 e 3.3). Além disso, é fundamental destacar, embora essas categorias estejam didaticamente enumeradas em (a), (b) e (c) nesta pesquisa, que elas só podem ser compreendidas na dimensão toda de um discurso e se articuladas entre si, pois elas se dão na e pela apropriação da linguagem via produção e transformação histórico-cultural.

A ideologia da modernidade tem sua gênese na contradição fundamental e na compreensão dos aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos aí presentes, devendo ser buscada considerando-se o papel do conhecimento científico para o desenvolvimento do capitalismo. Esse período histórico tem como um dos seus fundamentos básicos a afirmação do sujeito - do trabalho e do

consumo - e, por decorrência, do direito e da política. Mas tem, também, como outra base importante, a afirmação da realidade como objeto natural, independente do homem e passível de transformação. (GONÇALVES, 2005).

A afirmação contraditória de sujeito e objeto levou a uma dicotomia epistemológica básica, entre subjetividade e objetividade. O indivíduo é também sujeito do conhecimento. A subjetividade do sujeito na modernidade fica reconhecida por sua racionalidade e é sintetizada na razão. Os métodos do conhecimento elaborados nesse período criaram instrumentos para orientar essa relação de forma a possibilitar a submissão do sujeito à objetividade e a submissão do objeto à subjetividade do indivíduo (GONÇALVES, 2005).

Por seu curso, na chamada “pós-modernidade”, ocorre a ampliação da noção de sujeito com a morte do sujeito racional, recuperando-se um sujeito intersubjetivo, emocional e integral. O sujeito é tão ampliado nas suas possibilidades, que corre o risco de desaparecer. O objeto é tão diverso, fragmentado, que corre o risco de ser relativizado. Aquilo que era atributo do sujeito - sua racionalidade, a capacidade de usar signos, a linguagem, o discurso - ganha autonomia e passa a ter vida própria. Com isso, o sujeito desaparece. (GONÇALVES, 2005).

Nessa perspectiva a-histórica, nega-se a realidade, já que a realidade é a criação do signo. Nega-se a subjetividade, ao menos aquela com poder de criar e modificar a realidade. O sujeito torna-se fluido, ele é, também, dominado pelo signo. Nessa linha recoloca-se a idéia de naturalização. O homem resultante desses processos é relativo, não ativo, e suas atividades são atreladas ao símbolo. A visão histórica, por outro lado, mantém a noção de que a condição “pós-moderna” é estrutural, reveladora do desenvolvimento da história e, particularmente, do capitalismo. Reconhece a importância dos conceitos gerais, das teorias sociais, recorrendo-se a eles e apontando o caráter ideológico da produção cultural.

Para Antunes (2005), deve-se compreender a história a partir de uma concepção eminentemente antropológica, como construção humana coletiva, pois o homem, seu protagonista principal, é fundamentalmente histórico e social. Assim, a história e, sobretudo, as idéias produzidas historicamente pelos homens, exigem a busca da compreensão das relações sociais que permeiam, determinam e são determinadas por suas ações. É necessário considerar as necessidades, demandas de sua realidade social, os fatores conjunturais e estruturais presentes, as relações

de força que se constituem naquele momento histórico e naquela situação específica, as ideologias que transitam na formação social em questão, os valores, representações e idéias que nela veiculam.

Segundo Álvaro Viera Pinto citado por Antunes (2005),

[...]Todo pensamento é histórico não pelo fato exterior de surgir em certa época, não porque transcorre no fluxo do tempo, mas porque decorre do fluxo do tempo, do passado existente no momento presente. [...]Devemos considerar de um lado a historicidade do progresso do mundo enquanto tal; e, de outro, o da consciência, em sua capacidade de captar a realidade e expressá-la em conceitos e proposições teóricas. (p.108-109).

Na compreensão do fenômeno ideológico, é necessário romper com o economicismo marxista. Segundo Antunes (2005), é necessário considerar as determinações econômicas, mas, para que se apreenda a dialeticidade do real, estas devem estar organicamente articuladas com outros fatores que, juntos, produzam sua dinâmica. Devem ser consideradas as ideologias circulantes, as múltiplas manifestações da cultura, das ciências, das tecnologias, das religiões, que permitem uma compreensão mais articulada de como as idéias são geradas, se desenvolvem e encontram substrato para sua permanência ou metamorfose ao longo do tempo.

Mediante a isso, e concebendo a história como produção humana coletiva que se processa objetiva e dinamicamente no tempo, cabem aos estudos históricos a compreensão e a explicitação dos movimentos e das relações travadas no interior da realidade que se pretende conhecer e compreender – a concepção que a Escola referente ao processo de envelhecimento e ao indivíduo idoso. Deve-se ainda reconhecer que essa atividade é também dinâmica, histórica e socialmente condicionada, o que a faz parcial e incompleta, gerando a necessidade constante de se fazer e refazer o conhecimento histórico. Porque, Segundo Gramsci, citado por Antunes (2005, p.109), “se as verdades científicas fossem definitivas, a ciência teria deixado de existir como tal, como investigação, como novas experiências, reduzindo-se a atividade científica à repetição do que já foi descoberto”.

Vygotsky, citado por Martins (2005), retoma uma passagem de Marx, a de que toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a

aparência e a essência das coisas, ao abordar questões sobre o método de investigação na psicologia sócio-histórica

[...]Se todos os objetos fossem fenotípica e genotipicamente equivalentes (isto é, se os verdadeiros princípios de sua construção e operação fossem expressos por suas manifestações externas), então, a experiência do dia-a-dia seria plenamente suficiente para substituir a análise científica. Tudo o que vimos teria sido sujeito do conhecimento científico. (p. 143)

Para Furtado (2002), a realidade é a expressão do campo de valores que a interpretam e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento concreto das forças produtivas. A realidade é um fenômeno multideterminado e inclui uma dinâmica objetiva (sua base econômica/concreta) e também uma subjetiva (o campo de valores). O indivíduo é o sujeito singular dessa dinâmica e, assim como recebe pronta a base material (dada pela sua inserção de classe) e de valores (o plano de socialização), também é agente ativo da transformação social e independente de ter ou não consciência do fato.

A realidade social se expressa para nós através do desenvolvimento do capitalismo (suas bases econômicas e a relação de classes) e a interpretação subjetiva dessa realidade através do contrato social. O Estado é o depositário da realidade tanto na sua expressão subjetiva como na objetiva. E questiona-se: como pode um cidadão livre escolher pelo voto o seu próprio algoz? A ficção do contrato social é o que leva o sujeito, no plano de sua individualidade, a considerar tal contrato como um valor natural. A naturalização do campo subjetivo coloca o Estado como avalista deste contrato e detentor de sua verdade. Verdade que serve a um senhor, a classe que detém o poder do Estado (FURTADO, 2002).

De acordo com Siqueira e Nuernberg (1998), o homem e sua condição humana são resultado do trabalho social e da linguagem. A linguagem, como resultado da necessidade de complexificação das formas de comunicação, contém suas propriedades de comunicação e significação. A linguagem é o veículo de constituição da consciência a partir das relações sociais. A linguagem exerce uma dupla função: (1) o papel de instrumento criado pelos homens para promover a comunicação entre eles e as gerações, permitindo o registro e a transmissão da

produção historicamente acumulada e (2) de mediação simbólica que permite ao homem desenvolver modelos peculiares de pensamento só a ele possíveis.

Vygotsky, citado por Siqueira e Nuernberg (2003), aponta que a diferença fundamental entre os homens e outros animais é a capacidade de criação e emprego dos símbolos. Segundo ele, é pela mediação simbólica que o homem domina e orienta suas condutas e suas operações psíquicas. Estes domínio e orientação são reciprocamente relacionados em razão de, pela transformação da natureza, o homem ser capaz de transformar a si mesmo (por isso ele é um ser ativo).

Com essas considerações acerca da linguagem com sua dupla função, identifico a importância de reconhecer o velho como depositário de conhecimentos e experiências acumulados, conforme foi indicada pelos sujeitos das entrevistas, através do relato da necessidade de conviver e de interagir.

Enquanto professor de história, trabalho com o passado e o presente memorizados e registrados, cujo aspecto essencial consiste, segundo Duby (1989), em justapor restos, fragmentos de lembranças, muitas vezes dificilmente identificáveis, em envolvê-los com o imaginário para tentar ligá-los, reconstituir uma imagem, mergulhando verticalmente até o fundo das idades. Por isso as sociedades tradicionais valorizam a oralidade na transmissão das lembranças coletivas, na construção de uma história não menos sólida do que aquela cujo conjunto nós aprimoramos, não menos viva, não menos necessária à organização das relações sociais. Nestas sociedades, ao envelhecer, as pessoas sentiam-se obrigadas a transmitir à sua descendência o que elas conservavam na memória, e essa herança de recordações deslizava, assim, de uma geração para outra, mas, também, involuntariamente, aos historiadores.

Para Bakhtin, não há uma realidade da língua que exista fora de sua expressão no diálogo, não sendo possível separar a ideologia da realidade material do signo, dissociar os signos das forças concretas de comunicação social, e dissociar a comunicação de sua base material. O signo, sempre ideológico, só encontra existência nas relações, nas quais se concretiza enquanto palavra, adquirindo sua significação de acordo com o contexto. A realidade da consciência é a linguagem, e esta é eminentemente ideológica. A consciência é formada pelo conjunto dos discursos interiorizados pelo sujeito ao longo de sua trajetória. O enunciador, o falante, ao construir seu discurso materializa valores, desejos,

justificativas, contradições, os conteúdos e os embates existentes em sua formação social. Reproduz as várias formações discursivas que circulam na estrutura social. A palavra é, pois, a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios, relações de dominação e de resistência. (SIQUEIRA E NUERNBERG,1998).

Marx (1989) afirma que o homem diferencia-se dos animais pela produção dos seus meios de existência. Ao produzir seus bens materiais de existência, produz idéias, representações e consciência, que estão, a princípio, direta e intimamente ligadas às atividades materiais e ao comércio material dos homens. A produção é a linguagem da vida real. É a partir de seu processo de vida real, que representamos, também, o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. São os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhes é própria, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas, sim, a vida que determina a consciência. A consciência é, portanto, de início, um produto social e o será enquanto existirem homens.

A classe social que dispõe dos meios de produção material detém os meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes. Eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante. Em outras palavras, são as idéias de sua dominação (MARX, 1989).

É a partir dessas premissas, que a análise de dados desta pesquisa foi feita. Mas penso ser necessário historicizar a ideologia enquanto categoria articulada à linguagem. Tal necessidade fundamenta-se nos indicadores constituintes das entrevistas, como beleza, vaidade e mídia, temas que não foram desenvolvidas no século XIX, no momento de concepção do pensamento marxista. Alguns desses indicadores citados começariam a ser desenvolvidos por outros pensadores marxistas no decorrer do século XX: Gramsci, o Instituto de Pesquisa Social dos anos de 1920, que constituiria a Escola de Frankfurt, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Jürgen Habermas e outros.

Esses e outros autores, formados principalmente no campo da filosofia, resgatam certas tradições do pensamento anglo-americano, como a filosofia da

linguagem, e lançam as bases para pesquisas interdisciplinares, de questões que tornam possíveis a reprodução e a transformação da sociedade, o significado da cultura e as relações entre o indivíduo, a sociedade e a natureza, de um materialismo que não negligenciasse a importância central da subjetividade humana, reconhecendo que o marxismo tornou-se uma ideologia repressiva em sua versão stalinista. (BOTTOMORE, 1988).

Para Löwy (1985), o conceito de ideologia não vem de Marx. Ele simplesmente o retomou. É difícil encontrar na ciência social um conceito tão complexo, tão cheio de significados, quanto o conceito de ideologia. O conceito foi criado em 1801, por Destutt de Tracy, um filósofo francês pouco conhecido que publicou um livro chamado "Elements D'Idéologie". Segundo Destutt de Tracy, ideologia é o estudo científico das idéias, e as idéias são o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente.

Para Napoleão, os ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem num mundo especulativo. Na obra *A Ideologia Alemã*, o conceito ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as idéias aparecem como motor da vida real. Mais tarde, Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real, ou melhor, a sociedade toma consciência da vida real. A partir de Lênin, o conceito ganha um outro sentido, a ideologia é tratada como qualquer concepção da realidade social ou política, vinculada aos interesses de certas classes sociais (LÖWY, 1985).

Ideologia, enquanto visão social de mundo, é produto social e tem que ser analisada em sua historicidade, no seu desenvolvimento histórico, na sua transformação histórica. Uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações da realidade têm que ser vistas na sua limitação histórica (LÖWY, 1985).

Uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra, necessariamente, que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõe. Em nenhuma sociedade existe consenso total, não há simplesmente uma ideologia dominante, e, sim, enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias (LÖWY, 1985).

Para Gramsci, segundo Löwy (1985), as ideologias importantes são as que ele chamava de historicamente orgânicas, que fazem parte organicamente de uma certa estrutura social, com uma origem histórico-prática e uma validade provisória. O processo de produção das ideologias não se faz ao nível dos indivíduos, mas das classes sociais.

O conceito de ideologia desenvolvido por Marx em oposição ao idealismo hegeliano tinha como objetivo criticar seu caráter contemplativo, pois, como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado encontra na filosofia suas armas espirituais. Segundo ele, a emancipação do homem dependia desse encontro. Contudo, detendo as idéias dominantes, o Estado em Marx é uma criação de homens divididos, confusos e alienados. “O ser humano é o verdadeiro princípio do Estado, mas é o ser humano não livre. O Estado, então, é a democracia da não liberdade, a consumação da alienação”. O Estado se considera universal, por isso não se dá conta do quanto está envolvido, comprometido com a propriedade privada (KONDER, 2002, p.31).

O fenômeno ideológico e sua constituição envolvem toda a sociedade. A crescente imposição de procedimentos quantificadores e de critérios quantitativos impede que as pessoas reconheçam a importância dos fenômenos qualitativos inelimináveis que permeiam a existência delas. “Coisas que em si e para si não são mercadorias, dentre elas, por exemplo, consciência, honra, podem ser vendidas por seus donos por dinheiro, e assim, através do preço, adquirem a forma da mercadoria”. (KONDER, 2002).

A consciência cotidiana não é ontologicamente degradada, e o desafio que ela nos oferece é decisivo para pensarmos com maior rigor a ação revolucionária, transformadora, criativa, e também os obstáculos ideológicos a essa ação, que estão ancorados na cotidianidade, tão marcada pela televisão e pelos entretenimentos da chamada indústria cultural, através de novos fenômenos de massa que não existiam na época de Marx, Engels ou Lênin, como já apontado. (KONDER, 2002).

O modo de produção capitalista no século XX mostrou-se ainda mais perverso, porém, muito mais capaz de se renovar e perdurar do que Marx poderia imaginar. E uma questão se impõe: de onde o capitalismo extraiu toda a sua surpreendente vitalidade? Segundo Konder (2002), a indústria cultural não só assegurou a sobrevivência do capitalismo como continua exercendo função

essencial em sua preservação, reprodução e renovação. A produção cultural em escala notavelmente ampliada investiu também na formação de um vasto público consumidor de comportamento passivo e, tanto quanto possível, desprovido de espírito crítico.

A ideologia, assim reduzida a um discurso vago e descompromissado, nem por isso se torna mais transparente e, tampouco, mais fraca. Justamente sua indefinição, a aversão quase científica a fixar-se em qualquer coisa que não deixe verificar, funciona como instrumento de dominação. A indústria cultural conferiu poderes avassaladores à capacidade que a ideologia dominante possui de induzir o pensamento, a atenção e mesmo o olhar, a percepção para os pontos por ela iluminados (KONDER, 2002).

Adorno, citado por Konder (2002), afirma que nas condições atuais desapareceu a velha distinção entre *episteme* e *doxa*, isto é, entre conhecimento e opinião. Para a ideologia dominante tudo é opinião. O poder de persuadir os indivíduos das opiniões corretas está ligado a capacidade da ideologia dominante de se apoiar em todo um vasto sistema educativo, em toda uma organização da formação cultural corrompida que é proporcionada ao amplo público consumidor.

Mais eficazmente do que o conjunto das escolas, a indústria cultural serve à multidão produtos culturais simplificados, vulgarizados, amontoados a-criticamente. Os professores se convencem de que estão ajudando os alunos a avançar pouco a pouco na assimilação da cultura. E os alunos, massificados, lisonjeados com a semi-cultura a que estão tendo acesso, satisfazem-se com o que lhes está sendo dado e são induzidos a preservar o que lhes parece ser o seu saber, o seu patrimônio cultural, reagindo contra quaisquer objeções dos eternos questionadores, sempre insatisfeitos, ou contra as investidas insensatas de uma crítica radical (KONDER, 2002).

A memória histórica pode aguçar nas pessoas uma capacidade de se insurgir contra a situação em que se encontram, pois vivem intensamente os perigos do presente. A rememoração nos liberta da finitude, diz Benjamin, citado por Konder (2002). Na rememoração, o que é rememorado é dito, isto é, se expressa na linguagem e dela depende, e a emancipação humana depende de uma intervenção política, de uma ação material. (KONDER, 2002).

Para Gramsci, citado por Konder (2002), a própria filosofia da práxis (o marxismo) não pode se pretender imune às vicissitudes das ideologias. O

materialismo histórico não permite que se acredite ingenuamente no poder das ideologias como tais para revolucionar a sociedade. As ideologias não são meras ilusões e aparências. São uma realidade objetiva e atuante. Só não são a mola da história. Segundo Konder (2002), Gramsci está permanentemente atento para a importância da criatividade do sujeito humano, para o poder inovador dos homens e de sua autonomia relativa, mas insuprimível, que se manifesta na criação cultural, nas opções ideológicas. Para ele, o sujeito humano existe intervindo no mundo, sendo constituído pelo movimento da história e, simultaneamente, constituindo esse movimento.

Por seu curso, Bakhtin, também citado por Konder (2002), concebe a linguagem e a ideologia como realidades interligadas, pois são marcadas pelo signo. O caminho por onde a investigação da ideologia pode avançar é o estudo de todos os fenômenos da fala. É no que os sujeitos falam (ou então nos silêncios sintomáticos, isto é, no que os sujeitos calam no interior que estão fazendo) que se processa a criação ininterrupta da ideologia. Os signos ideológicos são vivos, dinâmicos, existem se modificando e tanto podem refletir como refratar a realidade. A dialética interna do signo ideológico não é evidente, para poder funcionar ideologicamente, o signo evita que a aparência e a essência coincidam.

Konder (2002), ao citar Althusser, menciona ser na reprodução da formação da força de trabalho que se misturam conhecimentos técnicos, informações científicas, saberes práticos, além de normas adequadas à submissão e critérios destinados a promover uma adaptação à ordem vigente, promovendo-se a aceitação da ideologia dominante. As necessidades práticas da reprodução, nas condições das sociedades classistas, exigem que exista um aparelho repressivo, o Estado e uma pluralidade de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias, jornais e outros exercendo uma repressão secundária. São esses aparelhos que garantem o processo de reprodução das condições de produção.

Para Pino (2005), o homem é a única espécie de que se tem notícia que consegue transformar a natureza para criar seu próprio meio em função de objetivos previamente definidos por ele e que, ao fazê-lo, também se transforma, assumindo, assim, o controle da própria evolução. É a essa dupla transformação, da natureza e do homem, que chamamos de história. Um dos princípios gerais enunciados por Vygostky é o da origem social das funções mentais superiores ou culturais, que

implica no nascimento cultural do ser humano, um novo nascimento, uma vez que só o nascimento biológico não dá conta das funções definidoras do humano.

É o desenvolvimento cultural que permite a transformação do homem de um ser biológico para um ser cultural. O ato de nascer tem muito mais o caráter de um evento cultural do que um acontecimento biológico, não deixando de ser uma celebração da vida. Dizer que o desenvolvimento é cultural não significa, de forma alguma, ignorar a realidade biológica, já que realidades biológicas e realidades culturais, embora pertencendo a ordens diferentes, são interdependentes e não se excluem, constituem dimensões de uma mesma e única história humana. Nesse sentido, o envelhecer, o tornar-se idoso, é um processo biológico “natural”, mas as concepções e idéias construídas referentes ao envelhecer para dar sentido ou significados ao processo devem ser entendidas como um fenômeno cultural, pois estes são portadores de significação. (PINO, 2005).

Para Pino (2005), significar é, no entanto,

[...]encontrar para cada coisa o signo que a representa para si e para o outro. É passar do plano do perceptível ao do enunciável e do inteligível. É encontrar a razão que permite relacionar as coisas entre si e, dessa forma, conhecê-las. É dizer o que elas são. [...] É conferir-lhes outras formas de existência. Isso é obra, ao mesmo tempo, da palavra e da idéia. O que nos permite dizer que é a ordem simbólica que confere à atividade biológica do homem sua capacidade criadora. (p. 147).

Historicamente, a transformação da natureza pelos homens está ligada à criação de instrumentos e de símbolos. Para Vygotsky, dois meios de natureza tão diferentes têm em comum o fato de serem mediadores da ação humana sobre a natureza, no caso dos instrumentos, e sobre as pessoas, no caso do símbolo. Os dois são produtos da ação humana, e os que o definem como produto da ação humana é a concretização da idéia que dirige a ação. (PINO, 2005).

A teoria do trabalho social de Marx desenvolve a idéia de que se o produto do trabalho preexiste como idéia na mente dos trabalhadores, então ele é a materialização dessa idéia, a qual lhe confere significação. Dois componentes caracterizam as produções humanas: a materialidade e a significação. O produto é uma materialidade cuja forma revela a intenção que conduziu sua fabricação, sua

significação. A palavra, signo por excelência, é o meio básico de controlar o comportamento. (PINO, 2005).

Para Vygotsky (2000), a falha metodológica principal das investigações do pensamento e da linguagem está justamente naquela concepção das relações entre pensamento e palavra que considera esses dois processos como dois elementos autônomos, independentes e isolados. A palavra desprovida de significado não é palavra, é um som vazio. Logo, o significado é um traço constitutivo indispensável da palavra. O desenvolvimento da relação entre pensamento e palavra não é um processo de desenvolvimento etário e, sim, funcional. O pensamento não se exprime na palavra, mas nela se realiza. O ato de falar requer a transição do plano interior para o plano exterior, enquanto a compreensão pressupõe o movimento inverso do plano externo da linguagem para o plano interno. O pensamento não é só externamente mediado por signos como internamente mediado por significados.

Conforme a grande maioria dos autores deste referencial, Lane (1993) aponta que a linguagem, enquanto produto histórico, traz representações, significados e valores existentes e produzidos nas relações sociais de um grupo e, com tal função, é veículo da ideologia dessas relações, ao mesmo tempo que para o indivíduo é condição necessária para o desenvolvimento do pensamento. A partir disso, menciona que nem toda representação é representação ideológica, mas que esta se manifesta por meio daquelas representações que o indivíduo elabora sobre o homem, sobre a sociedade e sobre a realidade, ou seja,

[...]sobre aqueles aspectos da sua vida a que, explícita ou implicitamente, são atribuídos valores, de certo-errado, de bom-mau, de verdadeiro-falso. No plano superestrutural a ideologia é articulada pelas instituições que respondem pelas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas; no plano individual, elas sempre se reproduzem em função da história de vida e da inserção específica de cada indivíduo. (LANE, 1993, p. 41).

Lane (1993) destaca a ideologia no nível individual, de sentido e significado bastante interessante para a análise de dados desta pesquisa. Destaca o indivíduo como um ser histórico, ativo e social em razão de ele se constituir sujeito nas e pelas relações sociais, nas e pelas quais ele se insere e se define através da aquisição da linguagem (condição para comunicar-se e relacionar-se), desempenhando atividades transformadoras tanto destas relações, quanto do contexto que o circunda. Segundo a autora, no entanto, é por essa via e nesse

contexto que se deve analisar a ideologia, que está vinculada às atividades superestruturais da sociedade, reproduzindo-se a nível individual.

Diante disso, a autora supracitada sugere que a análise da ideologia abarque os discursos nos quais são articulados os sentidos e significados e as atividades desenvolvidas pelo indivíduo, o que a faz imprescindível para a compreensão dos indivíduos nos contextos e nas relações em que estão envolvidos.

Nesse sentido, segundo Mészáros (2005), a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital, tampouco ela é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. O papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. Na concepção marxista, a “efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho” (p.65) é caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional.

Isso traz em evidência a importância do marxismo com seu método materialista histórico dialético para uma outra possível compreensão do homem e de desenvolvimento humano. Especificamente aqui, para se compreender como a Escola concebe o processo de envelhecimento de um indivíduo ativo, histórico e social, que se constitui sujeito continuamente nas e pelas relações sociais que estabelece num contexto em que esteja inserido, como, por exemplo, o do ambiente escolar. Uma articulação, portanto, necessária para passarmos à apresentação e análise dos dados desta pesquisa.

4 A CHEGADA

“Tenho a idade da lua. Omito a idade porque o Brasil é preconceituoso com os mais velhos. Aqui é um país subdesenvolvido onde um prédio antigo, extraordinariamente interessante, é derrubado para levantar um novo em folha. É a marca do Terceiro Mundo. Aqui há uma vontade de degradar os objetos e pessoas mais velhas. Preconceito de país colonizado. Não posso cortar os pulsos por causa da minha idade. Exigem que o escritor escreva bem, seja jovem, charmoso, inteligente. É muita coisa”. Lygia Fagundes Telles ao responder sobre sua idade em entrevista ao Jornal da Tarde, 23/11/91

Conforme antecipado na introdução, este estudo objetivou compreender: (a) o discurso e idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento; e (b) como a Escola enquanto organismo dinâmico concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira.

A interpretação das respostas dadas às perguntas da entrevista foi consolidada em dois quadros (ANEXOS 3), de acordo com cada categoria, com o objetivo de facilitar a visualização e compreensão do leitor. O Quadro apresenta os sentidos (registros subjetivos da realidade, histórico e socialmente construídos).

As três categorias aqui utilizadas foram retiradas do referencial teórico que norteou a pesquisa, a partir da identificação de indicadores nas respostas dadas pelos sujeitos. Essas categorias, (a) ideologia, (b) atividade e (c) consciência foram fundamentais para a compreensão que objetivei alcançar.

As entrevistas, fechadas e estruturadas, junto com a utilização de fotografias como prancha indutora (ANEXO 2), gravadas em áudio e vídeo com a devida autorização e consentimento para a divulgação de identidades e locais de trabalho, foram realizadas com quatro coordenadores pedagógicos de escolas da rede privada da cidade. Eles são: (1) Rinaldi, do Colégio Academia de Comércio, (2) João Luiz, do Colégio Jesuítas, (3) Sílvia, do Colégio Granbery, e (4) Cida, do Colégio Santos Anjos.

Desta forma, este capítulo está composto de três seções. A primeira refere-se ao que foi averiguado acerca da categoria ideologia. A segunda, ao que foi verificado referente às categorias atividade e consciência. Vale ressaltar, segundo o referencial teórico apresentado no capítulo anterior, que as categorias eleitas estão enumeradas apenas didaticamente, pois, em razão de serem possíveis e mediadas pela apropriação da linguagem e da cultura, todas exigem uma compreensão articulada entre si e, ao mesmo tempo, unificada. A terceira, ampliando caminhos,

constituiu-se por constatações e considerações às quais se chegou de modo mais amplo, já que numa pesquisa qualitativa, o caráter informal da comunicação que permeia a entrevista enquanto recurso metodológico fornece tanto informações sobre o tema pesquisado, quanto outras relevantes para uma produção teórica e/ou para nortear intervenções num dado contexto profissional. (GONZALEZ REY, 2002).

4.1 Ideologia

Sabendo que o indivíduo se constitui sujeito nas e pelas relações sociais via apropriação e manipulação da linguagem e da cultura, tornando-se um ser ativo, histórico e social, é importante salientar nesse processo de constituição subjetiva do sujeito que a linguagem é um instrumento e um elemento formador de consciência, em razão de constituir signos e símbolos cuja função mediadora possibilita a atribuição de sentidos e significados feitas pelo sujeito a si mesmo e ao contexto que o circunda. (MOLON, 2003).

Diante disso, considerando que um signo é, por excelência, ideológico, e que só encontra existência em relações nas quais se concretiza enquanto palavra, adquirindo sua significação de acordo com o contexto, a categoria ideologia, também eleita para a análise de dados dessa pesquisa, deve ser compreendida nesta perspectiva. Em outras palavras, através utilização e apropriação da linguagem pelo sujeito, a ideologia deve ser concebida como produto e produtora de discursos interiorizados ao longo de sua história, logo, constituinte de sua consciência e de sua atividade. Este sujeito, enquanto enunciador, constrói seu discurso e materializa valores, desejos, justificativas, contradições, conteúdos e os embates existentes em sua formação social. Ele reproduz as diversas formações discursivas que circulam na estrutura social através da mediação dos signos. (SIQUEIRA E NUERNBERG, 1998).

Uma análise dialética da ideologia ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são antagônicas, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias na sociedade, correspondendo, em última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõe. Em nenhuma sociedade existe consenso total, não existindo simplesmente uma

ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias (Löwy, 1985).

Nesse sentido, a análise de dados com a utilização da ideologia como categoria de análise foi feita a partir da verificação dos significados e sentidos que são produzidos e reproduzidos no ambiente Escolar e atribuídos pelos sujeitos dessa pesquisa ao processo de envelhecimento e ao indivíduo idoso, como pode ser visualizado no quadro 1 (ANEXO 3).

Com esse quadro e também com todo o conteúdo dos discursos nas entrevistas, pude constatar ainda o uso recorrente da palavra “experiência” e o reconhecimento das limitações físicas da pessoa idosa, mas não o potencial político-revolucionário da atividade mental e memorialística do velho.

Konder (2002) afirma que a memória histórica pode aguçar nas pessoas uma capacidade de se insurgir contra a situação em que se encontram, em razão de viverem intensamente os perigos do presente. Além disso, ao citar Benjamin, menciona que a rememoração nos liberta da finitude, pois, através dela, o que é lembrado é dito, se expressa na linguagem e dela depende.

Foi percebida a apologia ao “saber envelhecer” ou o estar “preparado”, que repousam em parâmetros diferentes: o social e a cultura. Verifica-se, portanto, uma contradição imanente ao discurso: enquanto a causalidade identificadora pelo saber biológico é biológica, ligada ao individual, a superação dos obstáculos a uma velhice feliz vai buscar no social suas razões de ser. É interessante que um dos entrevistados, João, pediu-me para discorrer sobre o envelhecimento de seu lugar, enquanto biólogo.

O discurso do “biólogo” se aproxima das idéias da geriatria e da gerontologia, até porque pertencem à mesma área de atuação e formação, a saúde, onde o velho é visto e tratado à semelhança de coisa, descaracterizado, fragmentado, visto independentemente das suas condições objetivas de existência. A ideologia do discurso competente sobre velhice reflete as idéias da classe dominante, não passando, portanto, de expressão ideal das relações materiais dominantes, são reflexos das relações, processos e estruturas do capitalismo. “O ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem”, segundo Marx. (HADDAD, 1986).

Segundo Mészáros (2006), amparado no modo de pensar capitalista o indivíduo não se dá conta de que jovens e idosos são vítimas das mesmas teias

intricadas, urdidas pela sociedade capitalista. A organização capitalista, ensina Marx, transforma os homens em mercadorias, submetendo-os à lei da oferta e da procura, tanto quanto a de qualquer mercadoria, e o “trabalhador como capital vivo” é uma espécie de mercadoria que tem a infelicidade de ser “um capital com necessidade”.

O entrevistado coloca que “[..]ainda não tem uma medicina ainda especializada pro idoso”.

A gerontologia é a ciência que estuda o envelhecimento. A geriatria é a ciência médica que cuida das pessoas idosas. A primeira noção é médica e social, a segunda é unicamente médica e se aplica ao domínio da patologia. As duas constituíram-se como especialidades na área médica recentemente, nas décadas de 1970 e 1980, quando profissionais da área de saúde enfatizaram a necessidade de intervenção da ciência para enfrentar a terceira idade, uma vez que o Brasil vinha apresentando uma população crescente de idosos. Os velhos tornam-se, ao mesmo tempo, objetos de saber e objeto de intervenção. Aí entra o solicitado serviço da universidade em prol do desenvolvimento e aceleração de uma política voltada para o idoso. Entretanto, a universidade, como a ciência, não é neutra. (HADDAD,1986).

Segundo Tragtenberg (1982), a universidade não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe, onde as contradições de classe aparecem, e, para obscurecer esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e um mito do saber objetivo, acima das contradições sociais, formando nas escolas de medicina aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema.

Segundo Rosa (2004), no estudo do envelhecimento e do curso da vida, freqüentemente os aspectos corporais do envelhecimento são reduzidos ao envelhecimento fisiológico, ao terreno da *Biologia*, como algo passível de estudo de modo independente de parâmetros culturais e sociais, os quais modelam a velhice de diferentes modos em diferentes sociedades. Nem a juventude e nem a velhice são concepções absolutas, mas interpretações sobre o curso da existência, podendo, desse modo, ser consideradas conceitos historicamente construídos, inserindo-se ativamente na dinâmica dos valores e das culturas das quais se originam. A velhice exprime um ciclo que se aproxima metaforicamente do fim, sendo empregado para assinalar a decadência de uma civilização, um povo ou uma cultura, cabendo ao termo “jovem” o pólo positivo desta dicotomia.

É interessante notar que dos quatro sujeitos entrevistados, três falaram sobre suas mães e sobre limites e perdas. A Rinaldi, falando sobre a morte da mãe aos 92 anos, o João, que citou os limites de sua mãe aos 74 anos, e a Cida, que fala da perda precoce dos pais. Não pretendo fazer uma análise envolvendo gênero, mas não posso deixar de fazer algumas considerações sobre o fato.

Antes, porém, volto às considerações da Rinaldi sobre o homem que é muito voltado para o trabalho. De seu lugar de coordenadora, sem nada poder fazer, está vivenciando dolorosamente um processo de reestruturação da instituição em que trabalha, envolvendo demissões, aumento das cobranças e das funções, precarização das condições de vida e de trabalho, de pessoas próximas e parentes.

Nesse sentido, remeto-me à Duarte (1999), que afirma que a contradição que perpassa toda a sociedade capitalista contemporânea e que se faz presente no campo da educação é a contradição entre o desenvolvimento cada vez mais socializado das forças produtivas e a apropriação privada tanto dos meios de produção como dos produtos dessa produção. Essa contradição atingiu, na atualidade, uma forma particularmente aguda: por um lado, nunca a produção e a reprodução das condições materiais de existência social exigiram tanto a participação do conhecimento e desenvolvimento intelectual daqueles que atuam no processo produtivo, mas, por outro lado, a automação diminuiu o número de trabalhadores necessários à produção material, gerando uma massa cada vez maior de excluídos e a possibilidade de exploração maior dos que estão nos postos de trabalho sob a permanente ameaça de desemprego.

Segundo Sawaia (2004), é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidades do indivíduo que sofre. Esse sofrimento não tem a gênese nele, e, sim, em intersubjetividades delineadas socialmente.

Como a história já mostrou, o capitalismo não pode manter-se apenas lançando mão da repressão. Existe uma forma incessante de formas de disseminação da ideologia dominante e de disseminação de todo tipo de preconceitos e mistificações em relação a qualquer projeto político e social que conteste o capitalismo e defenda outras formas de organização societária. As classes dominantes precisam manter parte da população presa à idéia de que não existe outro caminho para a humanidade a não ser o da total adaptação às regras impostas pelo mercado globalizado (DUARTE, 1999).

O capitalismo, de acordo com Duarte (1999), não generaliza o tempo de lazer, mas, sim, o desemprego. Por sua vez, o lazer torna-se cada vez mais um espaço privilegiado para as mais profundas formas de alienação das consciências, isto é, para as mais aviltantes formas de manipulação da subjetividade dos indivíduos, transformando-os em seres interiormente vazios, que só conseguem pensar, sentir e agir dentro dos estereótipos ditados pela última moda. A mesma sociedade, que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores, opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento.

A ideologia das classes dominantes, mesmo quando se apresenta como um conhecimento objetivo, neutro, não ideológico, científico, está comprometida com a mistificação da realidade, com a não objetividade do conhecimento, com o escamoteamento da verdade (DUARTE, 1999).

Segundo Mészáros (2002), o poder da ideologia dominante é imenso, não ocorrendo simplesmente em função da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Tal poder ideológico só pode prevalecer graças à vantagem da mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as conseqüências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar “consensualmente” valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrárias a seus interesses vitais.

Nesse sentido, propor que a educação seja uma alternativa para o envelhecimento é ocultar a realidade histórico-social onde ela foi e está sendo concebida. É tomar como verdadeira a idéia de que a pedagogia da velhice encerra em si mesma uma saída para a “questão da velhice”. A velhice é considerada como independente das condições materiais de existência de seus protagonistas, possuindo, portanto, suas representações e discursos com um caráter de pseudoconcreticidade: o conhecimento acriticamente reflexivo de que seus produtores são portadores coloca em relação causal as idéias fixadas sobre a velhice e as condições igualmente fixadas para sanar seus males.

Mediante o exposto e o inicialmente mencionado acerca da linguagem, enquanto produto histórico e eminentemente ideológico, já que a ideologia é produto e produtora de discursos através da mediação de signos cuja função é a construção de significados, é importante seguir com a análise de dados passando às categorias de análise atividade e consciência, pois estas são também mediadas pelos signos

ideológicos, pela linguagem apropriada nas e pelas relações sociais que o indivíduo estabelece no contexto onde está inserido.

4.2 Atividade e Consciência

[...]As categorias metodológicas da dialética, numa perspectiva materialista permitem o movimento da aparência para a essência; do empírico e abstrato para o concreto; do singular para o universal a fim de alcançar o particular; permitem tomar as totalidades como contraditórias. Aliadas à noção de que o sujeito ativo, em relação com o objeto, é histórico, tais categorias respondem à necessidade de conhecimento do diverso, das particularidades, do movimento, sem cair no relativismo e sem perder o sujeito, que, assim entendido, é necessariamente integral, pleno. Permitem, ao mesmo tempo explicar e compreender. (GONÇALVES, 2002, p. 124).

Falar em categorias de análise, especificamente atividade e consciência, na pesquisa de abordagem sócio-histórica, significa falar de um indivíduo que se constitui sujeito ao se colocar e agir num contexto em que esteja inserido. Essa é categoria da psique humana denominada atividade. Um sujeito lida no e com o mundo através de sua atividade, a qual é mediadora do seu processo de constituição subjetiva, e é com esta mediação que ele objetiva suas relações e a realidade, atribui sentidos e significados a si mesmo e ao mundo. No entanto, é pela ação num determinado contexto, pela participação em grupo social num dado momento histórico, que este sujeito torna-se também consciente. É pela atividade que a consciência se processa. (BOCK, 2004).

Ademais, interessa evidenciar a relação entre atividade e consciência e, sobretudo, que essa relação não é mecânica. Ao contrário, essa relação é atravessada por mediações que, somente pela linguagem com seus símbolos e signos culturais, viabilizam a reflexão do indivíduo sobre suas próprias ações e sentimentos, possibilitando que ele transforme sua consciência, ressignifique a si mesmo e o mundo que o circunda, promovendo a síntese objetividade-subjetividade. É nesse sentido, pois, que a perspectiva sócio-história concebe o homem como um ser ativo, histórico e social. (BOCK e GONÇALVES, 2003).

Freitas (2003), ao expor impressões sobre a *Pesquisa na Perspectiva Sócio-Histórica: um diálogo entre paradigmas*, especificamente no item *Um diálogo*

com os paradigmas da pesquisa educacional, citando Bakhtim (1999), menciona que “[...]na perspectiva sócio-histórica o sujeito apesar de singular é sempre social e a compreensão se dá na inter-relação pesquisador/ pesquisado”.

Nesse sentido, compreendendo que os sentidos são construídos a partir dessa relação que ocorre numa situação específica, no caso desta pesquisa, as entrevistas realizadas com quatro coordenadores pedagógicos, pude constatar que as concepções da Escola referentes ao processo de envelhecimento e ao indivíduo idoso decorrem de uma concepção liberal de homem. Concepção esta que compreende o indivíduo e seu desenvolvimento como sendo natural e que ele – o indivíduo – deve assim aceitá-lo, preparar-se para ele por ser uma fase inevitável. Em outras palavras, é uma concepção em que o indivíduo deve adequar-se a realidade que o circunda em cada fase de seu desenvolvimento em razão de ser dotado da capacidade de se autodeterminar e também de potencialidades que lhe sejam naturais, pois esse indivíduo é concebido e pensado a partir “[...]da idéia da existência da natureza humana, que caracterizaria todos os seres da espécie”. (BOCK, 1997, p. 01).

No que concerne a referida concepção que a Escola possui sobre envelhecimento e o indivíduo idoso, ouviu-se predominantemente entre os sujeitos que a velhice é uma fase inevitável, caracterizada pela passividade, dependência, improdutividade e decrepitude do sujeito idoso, em detrimento de uma concepção de que seja um evento constituinte do processo de desenvolvimento de um sujeito histórica e permanentemente constituinte pelas, nas e das relações sociais que estabelece e mantém. O indivíduo ativo e produtivo, como pôde ser visto, é o jovem adulto que trabalha. Isso pode ser confirmado no quadro (ANEXO 3), onde são evidenciadas as concepções de envelhecimento e de indivíduo idoso.

Diante do exposto, e considerando a relação atividade-consciência, pude visualizar, assim como explicitou Aguiar (2002), que os pensamentos, sentimentos e ações desses sujeitos expressam uma integração antagônica de experiências e conhecimentos, certamente emocionados, de uma história social e pessoal mediada pela ideologia, classe social e instituições. Uma contradição que, no contexto das entrevistas, não se revelou no sentido dialético, no qual é produzida uma síntese acerca do envelhecimento, isto é, uma concepção em que o indivíduo idoso seja um sujeito ativo, histórico e social em seu processo de desenvolvimento, e que as dicotomias subjetividade-objetividade, indivíduo-sociedade não sejam suprimidas.

É importante salientar também que essa concepção naturalizante e liberal do envelhecimento e do indivíduo idoso constatada nos discursos produzidos e reproduzidos no ambiente escolar, que reflete a subjetivação da realidade cultural e ideologicamente difundida e compartilhada, expressa não apenas medo e negação do processo de envelhecimento, mas, também, um desinteresse e/ou pouca informação relativa ao tema. Sobre o Estatuto do Idoso, os entrevistados disseram: (1)Rinaldi: “[...]nunca vi”; (2)João Luiz: “[...]Já ouvi falar, mas ler, nunca tive acesso”; (3)Sílvia: “[...]Conheço, conheço, já olhei por conta da Prefeitura [...]eu trabalho na educação de jovens e adultos [...]a gente tem os alunos, aqui no Granbery a gente tá iniciando com o projeto de educação de jovens e adultos”; e (4)Cida: “[...]Olha, eu já dei uma lida, já chegou às minhas mãos, até naquela época, teve uma professora de Português que fez um trabalho, na época da Campanha da Fraternidade, teve uma professora que fez um trabalho com o Estatuto do Idoso [...]eu conheço alguma coisa, acompanho a minha família, essa coisa dos direitos que a gente até há pessoas que desconhecem e que aos poucos os idosos vão conquistando, né”.

Isso revelou que o referido Estatuto não é conhecido nem implementado no âmbito escolar, o que dificulta e, ao mesmo tempo, explicita a necessidade da construção de um conhecimento que seja crítico e alternativo à tradição metodológica positivista presente no campo da Educação. Um conhecimento crítico cuja finalidade seja a transformação, que parta da realidade e objetive a mudança pela intervenção, como é o método histórico e dialético da perspectiva sócio-histórica inaugurada por Lev Vygotsky. (FREITAS, 2003).

4.3 Ampliando Caminhos

Nesta seção, apresento mais algumas considerações relativas às constatações decorrentes daquelas apresentadas na análise por categorias. Essas constatações referem-se a algumas colocações dos entrevistados a respeito da interferência da mídia no processo envelhecimento e em relação à feminilidade, o que possibilitou outras inferências por parte do pesquisador, embora não se relacionassem diretamente aos objetivos da pesquisa.

As referidas colocações apontaram indicadores maternos e femininos explicitados nas entrevistas, ressaltando um fenômeno: a feminização do

envelhecimento. De acordo com Néri (2001), no sentido sóciodemográfico, está associado aos seguintes aspectos: maior presença relativa de mulheres na população idosa, maior longevidade das mulheres em comparação com os homens, crescimento relativo do número de mulheres que fazem parte da população economicamente ativa, crescimento relativo no número de mulheres que são chefes de família. Do ponto de vista médico-social, a feminização da velhice significa mais risco do que vantagem, uma vez que as mulheres são física e socialmente mais frágeis do que os homens. Os idosos de modo geral e as idosas em particular são objeto de um discurso ambíguo das instituições sociais e do Estado brasileiro, que ora os protege, ora os aponta como causadores dos males que afligem os sistemas públicos de saúde e de Previdência. A presença desse discurso contribui para a deterioração das condições de vida das idosas, que, em comparação com os idosos, tendem a ser mais pobres, mais doentes e mais solitárias.

Vale enfatizar, novamente, alguns indicadores das entrevistas relacionados à beleza, a ditadura da beleza, à necessidade de parecer mais jovem e o papel da publicidade e da mídia em geral, assim como ressaltar a historicização deste processo.

Foi no contexto das décadas de 1930 e 1940, quando o Brasil iniciou a transição de uma sociedade agrária e rural para uma sociedade urbana e industrial, que a indústria de produtos de beleza e de cosméticos começou a se expandir no país, acompanhada da crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida política brasileira, transformando-se em “ator político” ou, numa colocação lingüisticamente correta, uma “atriz política”. Para isto, recorro a Paulo Freire. Em uma entrevista concedida à revista Nova Escola, em novembro de 1993, ele conta um episódio ocorrido em uma palestra ministrada por ele em um auditório onde havia 1500 mulheres e, de repente, vendo um homem, ele disse: “*todos vocês*”, para referir-se aos ouvintes. Paulo Freire discorre sobre este acontecimento para afirmar que isso não era gramaticalmente correto, era ideologia, pois ele tinha que dizer “*todas vocês*”.

Nessa entrevista, Paulo Freire discorre sobre a linguagem, considerando-a produção social, com uma presença individual nessa produção social e tratando-a como corpo ideológico, afirmando que não é possível pensar em linguagem sem ideologia e sem poder, e que a própria gramática nasce historicamente como uma regulamentação do poderoso, de quem tem o poder.

No contexto da II guerra mundial, a mulher ocidental viveria nas palavras de Norberto Bobbio citado por Telles (1997) a mais importante revolução do século XX. Os homens partiram para as trincheiras. Ficaram as mulheres na retaguarda e dispostas a exercerem o ofício desses homens nas fábricas, escritórios, universidades ou atividades paralelas à guerra. Desafios que assumiram, responsabilidades até então exigidas somente dos homens. Já nos anos 1950 e 1960, sob a influência dos movimentos pelos direitos civis dos Estados Unidos e da Europa, da introdução da pílula anticoncepcional, entre outros, as mulheres passam a lutar por maior inserção no mercado de trabalho e direitos iguais, respeito às diferenças sexuais, de gênero e de opção e o direito à ressignificação da sua existência ao pretender discutir o uso e o destino do seu corpo, sem a obrigação de ser mãe, do direito ao prazer e ao orgasmo sem culpa, de consumir produtos específicos do mercado feminino em expansão.

A mulher se constitui como “atriz-política”, e um novo mercado se forma, sob a influência dos meios de comunicação de massa, revistas, jornais e, mais tarde, a televisão. Neste contexto, a mulher começa a ser exposta a imagens contínuas de padrões de beleza estampados nas revistas, jornais e televisão que idealizavam um modelo a ser seguido. Tão logo se reconhecem no espelho, as pessoas passam a perseguir um ideal de beleza física, procurando a imagem de seus pares para serem aceitas no grupo social em que vivem.

Segundo Wolf (1992), uma solução direta para os perigos representados pelo movimento das mulheres e pela sua liberdade econômica e reprodutiva é a sua crescente inserção e submissão ao mercado da beleza, pois, sob a influência do mito da beleza, tudo que as mulheres comem é uma questão pública, e os pratos pouco fartos para não engordar refletem que a mulher não pode ocupar uma posição igual ao homem na comunidade, já que o alimento na esfera pública é status e honraria. O alimento é um dos símbolos básicos de valor social, sendo que a sociedade alimenta bem aqueles que valoriza. O mito da beleza despolitiza as conquistas políticas, sociais e econômicas das mulheres, mantendo a todo vapor a economia. Ser mantida em um estado de ódio de si mesma, de fracasso constante, de fome e insegurança sexual, vivendo como aspirantes à beleza, faz as mulheres comprarem mais, preservando e reproduzindo o sistema. E alienando-se.

Alienação, no sentido que é dado por Marx, deve ser entendida como ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma

sociedade se torna (ou permanece) alheio, estranho, enfim, alienado aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou à natureza na qual vivem e/ou a outros seres humanos e também, a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, alienação é sempre alienação de si próprio ou auto-alienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade). E a alienação de si mesmo não é apenas uma entre outras formas de alienação, mas sua própria essência e estrutura básica. (BOTTOMORE, 1988).

A existência de um ideal de beleza não é exclusiva de nosso tempo, já existindo na cultura greco-romana da antiguidade ocidental. Até o final do século XV, predominava o ideal medieval de beleza aristocrática, ficando restrito aos círculos aristocráticos. A partir do século XVIII, com a revolução industrial e a consolidação do capitalismo no século seguinte, novas tecnologias possibilitaram a divulgação e reprodução de imagens de como deveria ser a aparência em figurinos, gravuras e fotografias na nova sociedade liberal-burguesa. A indústria passa a garantir lucros exorbitantes com o consumo de produtos que refletem essa nova realidade (MUNIZ, 2004).

Segundo Wolf (1992), na sociedade midiática marcada pela exagerada exposição visual, as pessoas passam a ter pouca privacidade, as mulheres expostas em sua realidade física são observadas e julgadas.

Para Priore (2004), a pele tonificada e limpa passou a ser vista como uma forma de vestimenta, que não enruga nem “amassa” jamais. O prestígio excessivo da juventude tornou a velhice vergonhosa.

De acordo com Kehl (1998), ao apagar os sinais do rosto apaga-se a idade, o poder e a história da mulher, desvaloriza-se a experiência e esvazia-se o sentido da vida. A experiência, assim como a memória, produz consistência subjetiva - uma mulher é aquilo que ela viveu - e descartando-se o passado, em nome de uma eterna juventude, produz-se um vazio existencial.

A juventude perdeu a conexão com um grupo etário específico, deixando de ser um estágio de vida para se transformar em valor, um bem a ser conquistado em qualquer idade pela adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas - “[...]só usa roupa da Bora Bora, ele não parece que tem 80 anos”, afirmou uma das entrevistadas, Sílvia, sobre o comportamento do sogro.

O estereótipo do idoso decrépito, doente e senil, cedeu lugar a outro estereótipo, impensável há algumas décadas, representado pelo idoso ativo, aquele que, ou continua a trabalhar e a ser produtivo mesmo após a aposentadoria, ou viaja e se diverte normalmente, desfrutando a vida. O objetivo passa a ser o envelhecimento saudável (ROSA, 2004).

O apagamento das idades como - “[...]elas não tão vivendo muito dentro da realidade da idade delas”, “[...]da ditadura da beleza, de você ter que parecer mais novo do que você é” – marcador importante das experiências vividas representa a transformação da velhice em um mecanismo privilegiado na criação de atores políticos e definição de novos mercados de consumo (Debert, 1996).

Vivemos a utopia da sociedade de corpos perfeitos e o enaltecimento das emoções. O fantástico avanço da engenharia genética e da neurociência decretou o fim da velhice e da tristeza, mas, em lugar de potencializar o corpo e os afetos, instrumentalizou-os. Saúde e felicidade são mercadorias compradas nas prateleiras de farmácias, com ou sem receita médica. A tristeza, eliminada pelo ombro amigo é substituída pela angústia biológica, curada na solidão do indivíduo com ele mesmo. Estamos ficando cada vez mais “viciados” em livros de auto-ajuda, esoterismo e malhação. Expomos livremente nossa intimidade a desconhecidos, valorizamos o tocar, a relação íntima, a exposição do corpo e de nossa “alma”, mas esse corpo e esse “espírito” estão desvinculados e insensíveis ao outro.

No processo de educação e formação do filho pelo pai, é relativamente fácil para um pai ensinar o seu filho a tornar-se homem, porque isso coloca em ação apenas seus respectivos egos e corpos. O que uma mãe ensina a sua filha é que seu corpo inteiro está profundamente engajado na reprodução da espécie. Está engajado num campo que beira o sagrado e que não conseguimos laicizar por completo, não conseguimos coisificar. O investimento da mulher no nascimento humano é tão grande que ele ainda é sagrado, e, com ele, é sagrada a mãe. Apesar do capitalismo, dos aspectos sócio-culturais, o ato de conceber e a maternidade guardam seus mistérios e sua sacralidade.

Apesar das atitudes incorporadas em seu *Habitus*, da dependência do olhar do outro e da idade indefinida pelas exigências sócio-culturais, a história da mulher é pontuada pela resistência e luta. Penso que o processo de envelhecimento e seu caráter, essencialmente feminino, estarão marcados por incômodos, rebeliões e o desejo de mudanças. O que reforça em mim este pensamento é a presença

constante e crescente das mulheres em seminários e congressos onde são discutidas as condições de vida, as condições materiais de existência dos homens e mulheres idosos. Novas demandas e preocupações, inclusive pelo direito natural defendido por Paul Lafargue, o genro de Marx, no século XIX, “o direito à preguiça”, de não produzir e não consumir, não cedendo aos imperativos do mercado.

Não foi objetivo desta pesquisa desenvolver um ensaio sobre a “história das mulheres”, até porque, segundo Scott (1991), esta só apareceu como campo definível nas duas últimas décadas, buscando-se incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história, atendendo uma demanda dos movimentos feministas, trazendo à luz da história questões de domínio e de objetividade, as condições de vida e a realidade política, econômica e social na qual as mulheres estavam inseridas. Penso que alguns indicadores das entrevistas sobre diferenças de gênero no processo de envelhecimento e a maior perversidade deste para a mulher, referências às exigências de beleza e vaidade, além da citação das mães, tornaram necessária essa exposição. Exposição que, penso, não compromete o trabalho, enriquece-o.

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno predominantemente feminino como já foi colocado, e as transformações demográficas, sociais e culturais parecem apontar na mesma direção: assim como o capitalismo foi capaz de incorporar aquilo que lhe era contraditório nas reivindicações feministas, e que poderia gerar sua crise, o mesmo pode estar se confirmando com o envelhecimento. Aquilo que deveria ser fator de sua crise: redução da oferta de mão-de-obra, comprometimento do sistema previdenciário e outros efeitos nefastos, está sendo resolvido pela constituição de um novo mercado, o do envelhecimento. Esta preocupação é referendada por Mészáros (2002), ao tratar o capitalismo como “sistema de sociometabolismo do capital”, como totalidade reguladora sistêmica incorrigível que se reproduz e expande-se a partir da sua própria crise.

Para Mészáros (2005), a aprendizagem está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e incontrolável do capital. A educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital, tampouco ele é capaz de, por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos

seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. E as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital.

Entendendo a escola como uma comunidade semiótica, isto é, uma comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação e de local de embates de ideologias que refletem ou refratam a realidade, de conflitos de interesses de classes. Percebo sua inserção neste processo, expresso nas necessidades de contemplar em seus projetos uma nova realidade que se constitui, impondo sua urgência: o envelhecimento da população brasileira, que em menor ou maior grau atinge todos os segmentos institucionais da sociedade. Como diz Bobbio (2005), a velhice transformou-se num grande problema social não resolvido e de difícil resolução, não apenas porque o número de velhos cresceu, mas, também, porque aumentou a longevidade dos velhos.

Entretanto, conforme já mencionado, percebeu-se que a maioria dos entrevistados não conhece o Estatuto do Idoso. E mesmo aquele sujeito que afirma conhecê-lo e expõe a dificuldade da escola “sair de seu projeto conteudista”, não relaciona o Estatuto do Idoso aquilo que ele já estabelece: a necessidade de inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, *conteúdos* voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto. O alento é a elaboração de projetos que estão em processo de gestação, e das escolas confessionais católicas, que, a partir da Campanha da Fraternidade de 2003, com o tema *Fraternidade e pessoas idosas*, iniciou uma série de debates e reflexões sobre o tema, da qual participei. A esperança é restrita pelo temor de que projetos e iniciativas não tenham continuidade, como quase tudo neste país, sendo interrompidos pela sucessão de diretores e coordenadores, que podem ou não se envolver com o tema-problema.

Constata-se nas entrevistas as dificuldades e medos relativos a perdas, a valorização da “experiência” e da necessidade do “conviver”. Segundo Paulo Freire, citado por Sá (2004), “existir ultrapassa o viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele” de acordo com Paulo Freire. O idoso quer *ser*, ser importante, mas quer também *estar com*, num sentido de comunhão, cooperação, compaixão, correspondência, coexistência, comissão, compreensão e comunhão. Não é casual o prefixo *co +*; *co (n) +*; ou *co (m) +*. São atividades de conjunto, de troca, de reciprocidade, de possibilidades crescentes, de ação inteligente e amorosa.

De acordo com Sá (2004), a experiência de vida acumulada pelo idoso lhe permite encontrar respostas mais adequadas aos problemas, e a isso se chama sabedoria, entendida como um sistema altamente desenvolvido de conhecimento, capaz de lidar com a pragmática fundamental da vida e com assuntos controvertidos, pois, para Néri (2001), existe crescente evidência de que os idosos podem ser superiores em algumas tarefas de raciocínio cognitivo associado a questões de inteligência social e prática e à integração entre o afeto e a cognição.

Foram pontuais nas entrevistas afirmações relativas às dificuldades do processo, de sua aceitação, de convivência, de dependência e uma constatação essencial: “a gente precisa do outro”. Vale ressaltar que tais colocações são feitas de maneira dicotômica, enfatizando-se somente os aspectos negativos.

Na literatura gerontológica, de acordo com Néri (2001), a dependência é definida como a incapacidade de a pessoa funcionar satisfatoriamente sem ajuda, quer devido a limitações físico-funcionais, quer devido a limitações cognitivas, podendo estar ligada a vários elementos: incapacidade funcional, efeitos da maior exposição a ocorrências inesperadas no dia-a-dia, desestruturação do ambiente físico devido à pobreza, ao abandono ou à negligência; práticas sociais discriminatórias, desestruturação do ambiente social e tratamentos médicos inadequados.

A dependência e dificuldades relacionadas à necessidade de convivência e da experiência deveriam ser vistas como possibilidade de comunhão, de encontro e de interação. Ao enumerar os pontos de encontro entre Vygotsky e Bakhtin, Freitas (2002) afirma que a linguagem é uma questão central de seus sistemas, que o sentido das coisas é dado ao homem pela linguagem. Na linguagem, no diálogo e na *interação* estão o tempo todo o sujeito e o outro. O ser humano é o resultado de duas ordens diferentes, segundo Pino (2005), a ordem da natureza na qual o homem está inserido enquanto espécie, *homo sapiens*, e a ordem da cultura, aquela cuja existência é obra do homem, o qual, por sua vez, é obra dela. É o produto de uma ordem filogenética e de uma outra, ontogenética. O biológico e o social, que não estão dissociados. Nesta perspectiva, o homem constitui-se como tal através de suas interações sociais.

O desenvolvimento humano, neste sentido, deve ser compreendido não como decorrência de fatores isolados que amadurecem, nem tampouco de fatores ambientais que agem sobre o organismo controlando seu comportamento, mas, sim,

através de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda a vida, entre indivíduo e meio, cada aspecto agindo, dialeticamente, sobre o outro. Por isso, a relevância do sócio-interacionismo (Rego, 2003).

Para Pino (2005), apesar da fundamental importância das funções biológicas para adquirir o modo de ser humano, no mundo dos homens o ato de nascer tem muito mais o caráter de um evento cultural do que de um acontecimento biológico, embora não deixe de ser uma celebração da vida. A produção da vida, mesmo não sendo desejada, é um fato cultural. Coloco uma questão para reflexão: mesmo indesejado e difícil, o envelhecimento como fenômeno biológico não deveria ser tratado como evento cultural? Mais do que um processo “natural” é um fenômeno cultural. Penso que o reconhecimento deste fato exigiria uma “Pedagogia da Idade” ou uma Pedagogia do sujeito que envelhece.

Ao questionar a existência ou não de uma “pedagogia dos opressores”, Coelho (2005) afirma que esta vai sempre na direção desumanizadora e, citando Paulo Freire, diz que “ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade”, é estar aberto para entrar no mundo daquele que se opõe às nossas idéias. Penso que, conscientemente ou não, o velho é colocado nesta posição, muitas vezes oprimido, explorado, excluído e condenado à solidão. De acordo com Coelho (2005), é um processo que ocorre em decorrência da quebra das relações dialógicas e da ética de uma sociedade que se tornou intolerante e afastou de si o que ela mesmo gerou.

Para Elias (2001), o conceito de solidão inclui também uma pessoa em meio a muitas outras para as quais não tem significado, para as quais não faz diferença sua existência, e que romperam qualquer laço de sentimentos com ela. É difícil para as pessoas jovens ou de meia-idade entender a situação e a experiência dos velhos. É, para mim, enquanto professor e educador, extremamente interessante o fato dos meus entrevistados serem da meia-idade e terem expressado tantas vezes suas dificuldades e medos em relação ao presente e ao futuro.

O que preocupa em relação ao envelhecimento e à educação é uma série de fatos apontados por Elias (2001), que não é incomum que a geração mais jovem, ao chegar ao comando, trate mal a mais velha, às vezes até com crueldade, a ruptura de laços afetivos na vida comunitária, e, por fim, um fenômeno da

modernidade: nunca as pessoas morreram tão silenciosa e higienicamente como hoje nessas sociedades e nunca em condições tão propícias à solidão.

Segundo Sawaia (1999), o medo exagerado das transformações é justamente produto da insegurança gerada pela quebra de significações hegemônicas e do desempenho monolítico, sustentadores da hierarquização dos benefícios e do poder.

Para Bobbio (1981), o velho tende a manter-se fiel ao sistema de princípios ou de valores adquiridos e interiorizados na idade que se situa entre a juventude e a maturidade, ou simplesmente a manter-se fiel a seus hábitos que, uma vez estabelecidos, são difíceis de mudar. E numa sociedade marcada pela rapidez e pela efemeridade, que está em processo de transição, da jovialidade para o envelhecimento, fica extremamente delicado o processo de convivência com a diferença.

Ao discorrer sobre a conseqüência do menosprezo dos saberes populares e a exclusão, Guareschi (1999) nos adverte afirmando que a expansão européia no início da modernidade não causou somente um genocídio dos povos conquistados, mas um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de cultura de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio, porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam constituir uma ameaça à expansão capitalista.

Para Vygotsky (2005), o caráter da educação do homem é totalmente determinado pelo meio social em que ele cresce e se desenvolve de forma indireta, através da sua ideologia, tomada como estímulos sociais que se estabelecem no processo de desenvolvimento histórico e se consolidaram na forma de normas jurídicas, regras morais, gostos estéticos, etc. Normas que são perpassadas pela estrutura de classe da sociedade que as gerou e servem à organização de classe da produção. Ao desenvolver a noção de classe social, Vygotsky afirma que a educação sempre se orienta por uma linha de classe, e critica o capitalismo que promove o crescente desenvolvimento distorcido do potencial humano - alienação - baseado na exploração de enormes massas da população, pregando sua substituição por uma nova ordem assentada na ausência da exploração do homem pelo homem. Assim, percebe-se que Vygotsky não era somente um fervoroso marxista comprometido

com a criação de uma “Nova Psicologia”, mas um militante intelectual e político na construção de uma sociedade mais justa.

O RE-COMEÇAR

“Uma noite levantei a perna cruzada sobre a outra, o chinelo se desprende e um sobosso me apertou o peito. (...) Aquele pedaço de corpo velho era mesmo meu – meu pé de velho. Triste, triste, estendo as pernas, emparelho os dois pés, inspeciono-os agora como médico. A pele desvívada, a turgência feia, a macilência de mau presságio, o desenho chinês das veiazinhas varicosas e eu baixo-os para não sofrer a tentação de ler em mim, como faço nos outros – os termos que me permitem o cálculo do seu restante. (...) Dolorosamente encaro o velho que tomou conta de mim e vejo que ele foi configurado à custa de uma espécie de desbarrancamento, avalanche, desmonte-queda dos traços e das partes moles deslizando sobre o esqueleto permanente. Erosão”. Pedro Nava (1903-84), em Galo das trevas, Memórias 5.

Normalmente, nas dissertações a que tive acesso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, percebi o caráter mais pessoal na parte final dos trabalhos, na conclusão, com o uso limitado de referências bibliográficas. Acho que, por insegurança, resolvi seguir um caminho mais acolhedor e que me desse a ancoragem necessária para um balanço geral e algumas reflexões. Os professores-doutores que constituem a minha banca sabem da minha aversão ao computador, os alunos do Ensino Médio e do Superior conhecem minha difícil relação com telefones móveis, os celulares. Em relação ao primeiro, faço companhia a Bobbio (2005), que dizia que essa máquina o intimidava, que ele não havia conseguido ter com ela a intimidade necessária para utilizá-la com a mesma desenvoltura com que utilizava a máquina de escrever. Além disso, a complexidade do tema e seu caráter multi e interdisciplinar tornam necessárias as referências e, por fim, por coerência, sempre coloquei para meus alunos que eu era produto dos meus livros, do que li, vi e ouvi, de minhas relações.

Depois de referenciar meu medo e resistências, passo ao balanço geral dos trabalhos de estudo e pesquisas.

Referente ao objetivo (b), compreender como a Escola enquanto organismo dinâmico concebe o Estatuto do Idoso, sua aplicação e o processo de envelhecimento da população brasileira, percebi que nas escolas pesquisadas não existem projetos que contemplem o tema envelhecimento, que estimulem estudos e pesquisas sobre o idoso e o envelhecer, exceto no Instituto Granbery da Igreja Metodista, que reconhece a necessidade de implementação de projetos e, a partir de 2006, começou a desenvolver “um projeto de iniciação científica”, onde temas são propostos, existindo um dentre tantos que aborda o tema. Entretanto, como nas

demais escolas, não existe um programa, um projeto sistematizado e continuado de estudos e pesquisas sobre o envelhecimento, exigência do Estatuto do Idoso.

Percebe-se que o Estatuto do Idoso é desconhecido por parte dos entrevistados. Um deles disse com toda a sinceridade que não o conhecia e nunca o tinha visto. Outro afirmou que já tinha ouvido falar, mas que não lera e nunca teve acesso ao documento. O terceiro sujeito da entrevista respondeu positivamente, dizendo que conhecia o Estatuto, justificando-se a partir de seu envolvimento no Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos da prefeitura do município, pois é também funcionária pública, lembrando que muitos funcionários das próprias instituições em que trabalha são analfabetos. O Estatuto do Idoso estabelece a educação continuada e permanente da população idosa. A última entrevistada teve acesso ao Estatuto, lendo-o “na época da Campanha da Fraternidade” de 2003.

As escolas não estão desenvolvendo projetos, não estão estimulando estudos e pesquisas sobre o envelhecimento, dentre muitos outros fatores, por não conhecerem o Estatuto do Idoso, que, como já foi colocado, estabelece a inserção nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento.

Mesmo não sendo objeto desta pesquisa, procurei a Secretária de Educação para atualizar dados relativos aos projetos desenvolvidos pelo poder público, articulados à AMAC, Associação Municipal de Apoio Comunitário, onde funciona o Pró-Idoso e a Coordenadoria Executiva de Atendimento à Terceira Idade, sob a coordenação de Maria José Sinhoroto, que me permitiu o acesso a uma série de dados: o projeto de alfabetização de jovens e adultos, de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental, em parceria com o SESC, Serviço Social do Comércio, e outras instituições privadas, inclusive faculdades particulares, O CES, Centro de Ensino Superior, o Instituto Granbery da Igreja Metodista, através da faculdade, e a Suprema, com o curso de Enfermagem. Vale ressaltar que estes projetos não contam com o apoio dos governos estadual e federal, nem de suas instituições.

É no mínimo preocupante o envolvimento de instituições privadas com o poder público, que pode tornar o Estado refém dos grandes atores privados nas palavras de Belluzzo (2007), para quem o avanço das instituições privadas de ensino sobre os órgãos públicos e a captura dos reguladores pelos que deveriam ser “regulados” transformou-se num clássico da administração pública brasileira.

O SESC é uma instituição criada e mantida pelo empresariado comercial brasileiro e a participação das instituições privadas de ensino nos projetos da prefeitura está ancorada na necessidade de envolvimento no “problema social dos idosos”, apontando a “educação” como meio preventivo da “marginalização social dos idosos”, buscando-se através do trabalho educativo garantir um lugar na teia de relações sociais que envolvem a população idosa. Oculta-se as relações sociais enquanto relações historicamente determinadas, e não considerar o modo de produção correspondente é mergulhar nas águas da pseudoconcreticidade, onde as relações de classe e a exploração a que é submetido o trabalhador são escamoteadas. O fato de que o modo de produção capitalista é o responsável pelas condições de vida do homem é encoberto (HADDAD, 1986).

Em relação ao objetivo (a), compreender o discurso e idéias produzidos e reproduzidos no ambiente escolar sobre o idoso e o envelhecimento, percebe-se que a escola reproduz idéias, valores e um discurso correspondente ao mercado e aos interesses da classe dominante, na qual ela está inserida. A elaboração do discurso que se faz sobre a velhice, segundo Haddad (1986), desconsidera a realidade histórica das sociedades de classe, cujos conflitos exprimem as contradições do próprio social. Oculta que é na divisão social do trabalho que se encontra a compreensão para o drama da velhice na classe trabalhadora e que o Estado é o instrumento utilizado pela classe dominante para continuar sendo dominante, oculta que as leis, longe de beneficiarem a classe trabalhadora, controlam as relações sociais em benefício da classe política e economicamente dominante, possibilitando que o estado apareça como Estado de Direito.

Para Mézàros (2006), nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema próprio de educação. Apontar somente os mecanismos de produção e troca para explicar o real funcionamento da sociedade capitalista seria bastante inadequado. As sociedades existem pelos atos dos indivíduos particulares que buscam realizar seus próprios fins. Assim, a questão crucial, para qualquer sociedade estabelecida, é a reprodução bem-sucedida de tais indivíduos, cujos fins próprios não negam as potencialidades do sistema de produção dominante. Aqui está a verdadeira dimensão do problema da educação: a educação formal não é mais do que um pequeno segmento dele.

Como Gramsci (1967) ressaltou, não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser

separado do *Homo sapiens*. O complexo sistema educacional da sociedade é também responsável pela produção e reprodução da estrutura de valores no interior da qual os indivíduos definem seus próprios objetivos e fins específicos. As relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo não se perpetuam *automaticamente*. Elas só o fazem porque os indivíduos particulares *interiorizam* as pressões externas, adotando as perspectivas gerais da sociedade de mercadorias como os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações.

Essa “interiorização” só pode ocorrer a partir da combinação de várias formas de “falsa consciência”, que representam as relações sociais de produção de mercadorias como a expressão direta e “natural” dos objetivos e desejos dos indivíduos. Normalmente quando a produção de mercadorias se processa tranqüilamente, apoiada por uma demanda individual em expansão (no mercado do envelhecimento), a ideologia do consumidor reflete a estrutura material necessária da sociedade, predominando na forma de criação do “consenso” necessário. E um dos papéis do sistema educacional é produzir esse “consenso” (MÉSZÁROS, 2006).

A necessidade de reajustar os mecanismos de interiorização é grande e está em expansão. O sistema de educação formal da sociedade não pode funcionar se não estiver de acordo com a estrutura educacional geral, com o sistema específico de interiorização. Nesse sentido, a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia e a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político. Os interesses econômicos imediatos sempre predominam no capitalismo, e a racionalização final do capitalismo, operando com base nos interesses gerais do capital, transcendendo completamente os interesses particulares dos capitalistas individuais (MÉSZÁROS, 2006).

Por isso, até mesmo o lazer ou tempo livre dos aposentados e pensionistas pode ser transformado em instrumento de maior expansão econômica do sistema e surto de prosperidade, pois, de acordo com Sá (2004), se comparado aos jovens, os idosos estão em melhores condições de vida, com rendimentos mais elevados, sendo em maior proporção proprietários de casa própria, recebendo volumes superiores de transferências das esferas governamentais. Isso resulta nas transferências intergeracionais diretas de renda.

Como já foi colocado no início deste estudo, a Igreja Católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, desenvolveu o tema *Fraternidade*

e *Pessoas Idosas - Vida, Dignidade e Esperança*. Das Escolas pesquisadas, três são confessionais católicas, com exceção do Instituto Granbery da Igreja Metodista, a quarta pesquisada. Faço esta breve explanação lembrando-me da Igreja Católica dos anos 1960 e 1970, quando sob a influência do Concílio do Vaticano II⁶, da Teologia da Libertação⁷ e do próprio contexto do Regime Militar instalado pelo golpe de 1964, assumiu posturas progressistas na luta contra a ditadura, passou a tratar explicitamente dos problemas do mundo subdesenvolvido depois da encíclica *Mater et Magistra* do Papa João XXIII, de 1961, estimulando um catolicismo mais renovador e progressista, embora não radical. A CNBB não pôs em dúvida a legitimidade do novo governo Goulart ou sua orientação política e insistiu na validade das propostas de reformas sociais para enfrentar os problemas brutais da miséria e da mortalidade prematura das massas populares (Fausto, 1995).

A recente eleição do Cardeal Joseph Ratzinger, Papa Bento XVI, é uma ameaça de retrocesso aos avanços da Igreja Católica das últimas décadas. Faço esta colocação preocupado, sinceramente, com a própria instituição, seus fiéis e as escolas sob a administração da mesma, pois, segundo o Padre Guanair (Julho de 2007), a Igreja Católica é uma instituição, que inserida na realidade temática deste trabalho, sente os efeitos do rápido processo de envelhecimento, agravado pela não renovação de seus quadros e pela necessidade de dar abrigo aos padres e bispos idosos. A Igreja Católica possui diversas pastorais - da criança, da juventude, da terra, carcerária - articuladas às Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e,

⁶ Concílio do Vaticano II foi o grande concílio do século XX, que contou com a presença de mais de 500 bispos, convocado pelo Papa João XXIII e encerrado pelo Papa Paulo VI, entre 1962 e 1965. Representou uma das mais importantes etapas da Igreja Católica, discutindo diversos temas e publicando 16 documentos, reconhecendo e respeitando religiões não-cristãs (hinduísmo, budismo, islamismo e o judaísmo), a celebração de missas nas línguas nacionais e não mais em latim, fortalecendo os trabalhos das igrejas e comunidades locais, dentre outras importantes medidas. Fonte: Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos, de Antônio Carlos do Amaral Azevedo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

⁷ Termo empregado com maior frequência ao movimento teológico desenvolvido na América Latina, na década de 1960. Unindo pressupostos teológicos e sociopolíticos, os teólogos desta linha como Gustavo Gutiérrez ressaltam o tema bíblico da libertação, interpretado como a vitória sobre a pobreza e a opressão. A teologia da libertação encontrou expressão entre os representantes de grupos marginalizados na América Latina, entre eles mulheres, negros, índios e outros. No Brasil, encontramos figuras com Leonardo Boff, D. Paulo Evaristo Arns, Frei Betto, Ricardo Resende, o Bispo catalão D. Pedro Casaldaglia e outros, que defendiam a idéia de que a Igreja Católica deveria fazer uma opção preferencial pelos pobres. É interessante ressaltar que esta linha de pensamento e ação foi combatida Pela Sagrada Congregação para a Defesa da Doutrina da Fé, nos anos 1980, pelo seu Prefeito Cardeal Joseph Ratzinger. Fonte: Dicionário de Teologia, de Stabley J. Grenz, David Guretzki e Cherith Fee Nordling. 2ª ed., ed. São Paulo: Vida, 2000.

estranhamente, ainda não tem uma pastoral da terceira idade ou do envelhecimento e nenhum trabalho sendo desenvolvido junto às suas instituições de ensino da cidade e da região sobre o fenômeno do envelhecimento e a implementação das exigências do Estatuto do Idoso.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora existe o Pólo Interdisciplinar de Envelhecimento da Faculdade de Serviço Social. Pólo que está sob a coordenação da Professora Maria Carolina Ribeiro Portela, e que vem desenvolvendo trabalhos nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, contando com o envolvimento de diversos cursos da Universidade, como Educação Física, Letras, Medicina, Psicologia, Direito, Economia, Farmácia e Bioquímica e a Educação, que disponibiliza professores para aulas e palestras no Pólo. Está em curso no Pólo o projeto *Enriquecimento Cultural e Processo de Envelhecimento*, reunindo estagiários, professores e pesquisadores. Cursos como a Educação Física e a Psicologia enviaram recentemente trabalhos de pesquisa para o Pólo.

Vale ressaltar que os trabalhos desenvolvidos pelo Pólo Interdisciplinar de Envelhecimento, sob a coordenação da Faculdade de Serviço Social e com o apoio da Universidade, não são articulados a iniciativas públicas da Prefeitura, como o Pró-idoso, e com o governo estadual. Volto a citar um dos grandes desafios citados por Alexandre Kalache no início deste trabalho: a existência de milhares de associações da terceira idade, algumas com mais de 200.000 associados, mas que não dialogam e não desenvolvem trabalhos articulados. Penso que é um grande desafio para a Educação e a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora estimular estudos, trabalhos de pesquisa e extensão relativos ao tema. Mas trabalhos articulados, continuados e em permanente diálogo, repensando seu papel e suas práticas.

Tal proposta encontra respaldo nas posturas políticas e educacionais de Paulo Freire (1993), para quem a educação não é neutra. O processo educativo é um ato político, cabendo ao educador e aqueles que estão compreendendo a apatia das massas - e às vezes apatia alienada de si mesmos - a luta pela esperança, para não cair no imobilismo. Além da crença e da esperança, reconhecer a relevância da subjetividade que os marxistas mecanicistas negavam até os anos 1970, acusando-o de idealismo.

Para Paulo Freire, se você tem um sonho, uma utopia estratégica, tem que ter táticas para não cair nos exageros do discurso - idealista e voluntarista -

recriando todo dia as suas táticas para superar o exclusivismo de uma compreensão cultural estreita. A compreensão de responsabilidade associada à educação dá ênfase a uma questão, a opção política do responsável pela responsabilidade pedagógica, pois uma pedagogia libertadora deve ser profundamente responsável. Para Paulo Freire, a briga por uma pedagogia da esperança e libertadora é ontológica, porque o ser humano é finito e inacabado.

Faço tais colocações a partir de falas angustiadas das entrevistas, que reconhecem e sentem a necessidade de contemplar o tema, desenvolver projetos, estudos, e, o mais relevante, o reconhecimento da experiência do idoso e a necessidade de convivência com pessoas idosas, apesar de todas as dificuldades.

Penso que tais colocações explicitam preocupações incipientes, um certo conhecimento da transição de uma sociedade marcada por valores e ideais de jovialidade, mas que está envelhecendo, e incomodada com a ordem que ainda predomina, pois, segundo Boudon e Bourricaud (1993), quando as condições externas a que está exposto um sistema organizacional mudam de maneira brutal, os ajustes podem ser difíceis, com a ocorrência de choques e conflitos, pois os antigos valores, ideais e papéis podem mostrar-se obsoletos sem que os novos possam estar suficientemente articulados para a redefinição precisa de valores e papéis. É o momento de crise, das tensões, onde novos desafios e exigências se apresentam.

Penso, baseado em Minois (1987), que a tendência predominante da sociedade brasileira nas próximas décadas ainda é viver e sobreviver exaltando o vigor e a fecundidade da juventude e, como efeito, verificando-se uma impressão geral de pessimismo e de hostilidade que se impõe acerca da velhice. Para o pensamento ocidental, a velhice é um mal, uma doença, um período triste que deixa adivinhar a morte, que é muitas vezes encarada com mais simpatia do que a decrepitude, porque é um sinal de libertação e descanso. O pensamento cristão sempre se esforçou em conciliar e familiarizar os fiéis com a morte, que é uma passagem para a vida eterna.

Cada sociedade, cada cultura define seu modelo de velho e julga os velhos a partir de seus paradigmas. Estudar os próprios velhos e adaptar à sociedade às suas necessidades, e não o contrário, é um desafio que se impõe. Permitir sua plena satisfação, em vez de decretar que um velho é um sábio e querer

obrigá-lo a ser num processo de idealização da velhice, representada na maioria das vezes pela imagem do idoso cheio de vigor, bondade e sabedoria (MINOIS, 1987).

O desejo de adiar a velhice é um anseio legítimo, compreensível do ser humano, e faz parte da luta do homem para tentar vencer a doença, a dor, a infelicidade e a morte. Freud (1856-1939), na obra *O Mal-Estar da Civilização*, diz que o sofrimento nos ameaça a partir de três direções: (1)do nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; (2)do mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas e (3)dos nossos relacionamentos com os outros homens. Assim, os sinais de envelhecimento percebidos em nosso corpo nos lembram a todo instante da nossa dolorosa finitude. (MASCARO, 1997).

Para Edgar Morin, “onde fosse possível vencer uma vez a velhice, seria possível vencê-la segunda, terceira e assim sucessivamente. Em última análise, não envelhecer é não morrer”. (MASCARO, 1997, p. 23).

É interessante notar que na sociedade de transição que já foi colocada, uma nova imagem dos idosos parece estar se constituindo segundo Mascaro (1997), pois, chamar aquele que envelhece de velho pode expressar desprestígio ou desrespeito. A expressão velho, que nos leva a pensar em algo antiquado, desgastado ou obsoleto, vem sendo substituída por idoso, significando a passagem do tempo e aquele que tem uma idade avançada. Ou ainda terceira idade ou maturidade. Nos manuais de jornalismo, já existem recomendações aos jornalistas para o cuidado com a carga de preconceito que a expressão velho encerra.

Para Néri (1991), velhice bem sucedida com boa qualidade de vida depende das chances do indivíduo de usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o seu curso de vida e, também, do delicado equilíbrio entre as limitações e as potencialidades do indivíduo, o qual lhe possibilitará lidar, com diferentes graus de eficácia, com as perdas inevitáveis do envelhecimento.

Coloquei neste trabalho o idoso na posição de oprimido a partir da retomada das leituras de Paulo Freire, resgatando a concepção freiriana de Coelho (2005), para quem a relação amorosa implica um permanente diálogo que se tem com as pessoas, sendo o amor gerador e, ao mesmo tempo, fundamento do diálogo. Alguns mecanismos conduzem à opressão: o não respeito à cultura do outro, a

intolerância e a negação do outro. Neste sentido, penso que um dos grandes desafios da educação seja o estímulo constante, crescente e renovado de convivência com as diferenças, de ver o velho como diferente sim, mas nunca inferiorizá-lo.

Edgar Morin (2000), em uma de suas obras, *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*, coloca que alguns problemas fundamentais da educação ainda permanecem totalmente ignorados ou esquecidos e que são necessários para se ensinar no século que estava anunciando-se. Dentre eles, vale destacar: (a) ensinar a condição humana que deveria ser o objeto essencial de todo o ensino, ensinando esta unidade complexa da natureza humana física, biológica, psíquica, cultural, social e histórica; (b) enfrentar as incertezas, inclusive das ciências; (c) ensinar a compreensão, como meio e fim da comunicação humana para sair do estado bárbaro em que nos encontramos; (d) a ética do gênero humano, “antropo-ética”, de um indivíduo como parte da sociedade, parte da espécie, concebendo a humanidade como humanidade planetária, terra-pátria.

Mészáros (2005) recorre a Gramsci para colocar que educar é colocar fim à separação entre *Homo faber* e *Homo sapiens*, é resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho, as suas possibilidades criativas e emancipatórias. A educação deve ser sempre continuada e permanente, ou não é educação. Educar não é mera transferência de conhecimento, mas, sim, conscientização e testemunho de vida, é construir, libertar o ser humano das cadeias do determinismo neoliberal, reconhecendo que a história é um campo aberto de possibilidades.

No capitalismo, segundo Mészáros (2006), o papel da educação é fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes. O sistema requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho e, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. Na sociedade do capital, educação e trabalho se subordinam nesta dinâmica. Em tempos neoliberais a educação pública está fragilizada com o crescimento e fortalecimento do sistema privado.

A educação significa o processo de interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzir as

peças à sua aceitação passiva. Vivemos o que alguns chamam de “novo analfabetismo”, típico dos discursos econômicos (MÉSZÁROS, 2006).

No final da dissertação, foram introduzidas a título de exemplificação (ANEXO 4) chamadas, capas e denúncias em reportagens que explicitam as recentes preocupações com o velho e o envelhecimento. Preocupações da ciência/academia, da imprensa, das religiões e do mercado, confirmando a dimensão multidimensional e social do fenômeno, a feminização do processo, suas tragédias e a constituição de um novo mercado.

Ao finalizar este trabalho, não posso deixar de colocar as grandes dificuldades que marcaram a trajetória de elaboração desta dissertação. Dificuldades relativas às necessidades de conciliar trabalho, estudo e pesquisa, incluindo, aqui, atividades domésticas na inútil tentativa de preservar uma certa independência, principalmente em relação ao sexo oposto. Independência comprometida pela dependência digital e informática, relacionada ao pavor de uma máquina, o computador, e uma dependência maior, a intelectual e a afetiva.

Aprendi que pouco sei e do quanto necessito. Necessidades de continuar estudando e pesquisando, fazendo talvez o doutorado na Educação ou Psicologia Social, ou até outro mestrado em Economia, Geografia ou História. O que sei, no momento, é que preciso parar e pensar, refletir minha existência, repensar humildemente meu trabalho e atividades. Fazer um curso de informática e digitação para atenuar as já citadas relações de dependência, já que suprimi-las é impossível por razões óbvias.

Encerro esperando que esta pesquisa possa ter contribuído para as reflexões necessárias a respeito do tema envelhecimento, dos grandes desafios do presente e do futuro que estarão envolvendo toda a sociedade e suas instituições, inclusive a Escola. Que os discursos da Escola, seu papel e suas práticas possam ser repensados em função deste novo fenômeno e dos que estão por vir. Praticar o que exige o Estatuto do Idoso, desenvolver estudos e pesquisas sobre um processo histórico-cultural e suas implicações. Desenvolver uma Pedagogia da Idade, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar, pessoas que estão envelhecendo, e envelhecendo não só como efeito biológico, mas envelhecendo como evento cultural e histórico, em um processo que permeia a nossa existência no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método Histórico-social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A pesquisa em Psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Consciência e Atividade: categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia da Educação: em busca de uma leitura crítica e de uma atuação compromissada. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

ANTUNES, Mitzuko Aparecida M. Materialismo histórico-dialético: fundamentos para pesquisa em história da psicologia. In: ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método Histórico-social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAKHTIN, Mikhail (V. N. Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BALBI, Juan. **Terapia Cognitiva Posracionalista – Conversaciones con Vittorio Guidano**. Buenos Aires: Biblos, 1994.

BARROS, Myriam Moraes. L. Envelhecimento, Cultura e Transformações Sociais. In: Py, L.; Pacheco, J.L.; Sá, J.L.M de.; Goldman, S.N. (orgs.). **Tempo de Envelhecer – Percursos e Dimensões Psicossociais**. Col. Ensino de Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Reféns**. In: **Revista Carta Capital**, nº 454, ano XIII, 25 jul 2007, p. 35.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria N. (Orgs.). **A Bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis: EdUFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

BOBBIO, Norberto. **O final da longa estrada, considerações sobre a moral e as virtudes**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

_____. Direito de Resposta – Psicologia Sócio-Histórica. In: **Boletim Clínico**, nº 17, maio/2004. Disponível em: <http://pucsp.br/clinica/boletim17.htm> Acesso em: fev. 2006.

_____. Quem é o Homem na Psicologia? In: **Revista Interfaces**, nº1, vol.I, jul-dez 1997. Disponível em: <http://www.ufba.br/instituicoes/ufba/faculdades/psicologia/homem.html> Acesso em: fev. 2006.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1989.

CHOMSKY, Noam. **A Minoria próspera e a multidão inquieta**. Brasília-DF: EdUnb, 1996. (Entrevistas à David Barsamian).

COELHO, Edgar Pereira. **Cartas de Paulo Freire – O Diálogo como Caminho e Pedagogia**. São Paulo, FEUSP. Tese de Doutorado em Educação da Faculdade de Educação, do Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

COLE, Michael; SCRIBNER, Sylvia. Introdução. In: Vygotsky, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1996.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. Sobre o Marxismo Contemporâneo. In: ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira

(Orgs.). **Método Histórico-social na Psicologia Social**. Petrópolis RJ: Vozes, 2005.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”** - Crítica às Apropriações Neoliberais e Pós-Modernas da Teoria Vigotskiana. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 1999. Duarte, tese de livre docência.

_____. **Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação**: o ser humano na Psicologia de A. N. Leontiev. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, nº 62, p. 44-63, abril 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: fev 2006.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens, Do Amor e Outros Ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. EDUSP. São Paulo, 1995

FORTES, Andréa Cristina G.; NERI, Anita Liberalesso. Eventos de Vida e Envelhecimento Humano. In: NERI, Anita Liberalesso; YASSUDA, Mônica (Orgs.). **Velhice Bem-Sucedida** – Aspectos afetivos e cognitivos. Coleção Vivaldade. Campinas-SP: Papirus, 2004.

FREIRE, Paulo. Entrevista. In: **Revista Nova Escola**. Nov 1993, p. 8-13.

FREITAS, Elizabete Viana de. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L.; PACHECO, J.L.; SÁ, J.L.M de.; GOLDMAN, S.N. (Orgs.). **Tempo de Envelhecer** – Percursos e Dimensões Psicossociais. Col. Ensino de Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin** - Psicologia e Educação. 4 ed. São Paulo: EDUFJF/Ática, 2002.

_____. A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas. In: **26ª Reunião Anual da Anped**, 2003, Poços de Caldas. 26ª Reunião Anual da Anped. Novo Governo. Novas Políticas? : CD-ROM, 2003. v. 1. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/ppgedu/geppe/artigo4.htm> Acesso em: 22 set de 2006.

FREITAS, M. T. A; SOUZA, S.J.; KRAMER, S. **Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikail Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIDMAN, Luiz Carlos. **Vertigens Pós-Modernas** – Configurações Institucionais Contemporâneas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

FURTADO, Odair; GONZALEZ REY, Fernando (Orgs.). **Por uma Epistemologia da Subjetividade**: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

FURTADO, Odair. O psiquismo e a subjetividade social. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica** – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia. 2ed. São Paulo: Cortez. 2002.

GAZZANIGA, Michael S.; HEATHERTON, Todd F. **Ciência Psicológica** – Mente, Cérebro e Comportamento. Porto Alegre-RS: Artmed, 2005.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi M.. **Saúde, Trabalho e Envelhecimento**. In: Cadernos de Saúde Pública. Vol. XIX, nº 3. Rio de Janeiro, maio/ jun. 2003. p. 759-773.

GOMES JÚNIOR, Edmundo de Paula. **Marxismo e Neo-marxismo**. Minicurso ministrado na II Semana de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. Juiz de Fora, maio, 2004.

_____. O papel da Mulher na sociedade atual e suas conquistas. Palestra proferida no Centro de Formação do Professor da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, mar. 2007.

GONÇALVES, Maria da Graça M. O método de pesquisa materialista histórico e dialético. In: ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método Histórico-social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GONÇALVES, Maria da Graça M. Fundamentos Metodológicos da Psicologia Sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica** – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia. 2ed. São Paulo: Cortez. 2002.

GONZÁLEZ REY, F.L.. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia** – Caminhos e Desafios. Trad. Marcel Aristides F. Silva. São Paulo: Thonson Pioneira, 2002.

GRENZ, Stabley J.; GURETZKI, David; NORDLING, Cherith Fee. **Dicionário de Teologia**. 2 ed.. São Paulo: Vida, 2000.

GUARESCHI, Pedrinho. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader B. (Org.) Et al. **As artimanhas da exclusão**. Petrópolis RJ: Vozes, 1999.

GUIRADO, M. **Psicologia Institucional**. São Paulo: Edusp, [s.d.]. (Col. Temas Básicos em Psicologia).

GUIMARÃES, B.M.A.B. **Sexualidade na terceira idade**. Relato de Pesquisa na UNIT/UFRGS, apresentado no XV Congresso de Análise Transacional. Salvador-BA, 1995. (MIMEO).

HADDAD, Eneida Gonçalves de M. **A Ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O Direito à Velhice: os aposentados e a Previdência Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

KALACHE, Alexandre. Dvd Roda Viva – Jornalismo/ Entrevistas. 80min. NTSC full screen. Cultura Marcas, 2006.

KHEL, Maria Rita. **Entrevista**. In: Jornal Folha de São Paulo, Caderno Mais! Domingo, 20 set. 1998. p. 3.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LANE, Sílvia M. T. Consciência/ alienação: a ideologia no nível individual. In: LANE, Sílvia; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social – o homem em movimento**. 11ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEONTIEV, Alexei N. **Atividade, Consciência e Personalidade**. 1978. Trad. Para o português: Maria Silvia Cintra Martins. In: The Marxist Internet Archive. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2309> Acesso em: fev. 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero – a moda e seu destino nas sociedades modernas**. 2ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.

LOUREIRO, Altair Macedo L. **A Velhice, o Tempo e a Morte**. Brasília: Editora Unb, 2000.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma Análise Marxista**. 4ª ed. São Paulo: Cortez editora, 1985.

MARTINS, João Batista. **Vygotsky & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MARTINS, Ligia. M. (2004). **A Natureza Histórico-Social da Personalidade**. In: Cadernos Cedes, vol. 24, nº 62, pp. 82-99, abril 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: jan. 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MASCARO, Sonia de Amorim. **O que é velhice**. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Col. Primeiros Passos).

- MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. **A Educação Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- _____. **Marx: a teoria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MIOTELLO, Beth Brait (Org.). **BAKHTIN Conceitos-Chave**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MINOIS, Georges. **História da Velhice no Ocidente**. Lisboa-Portugal: Teorema, 1987.
- MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.
- MONTEIRO, Luiz Gonzaga. Objetividade x Subjetividade: da crítica à psicologia à psicologia crítica. In: LANE, Silvia T.M; SAWAIA, Bader B. (Orgs.). **Novas Veredas em Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. 2 ed. São Paulo: Cortez/ Brasília: Unesco, 2000.
- MOTA, Márcia Maria P. E. da. **Psicologia: interfaces com a educação e a saúde**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.
- MUNIZ, Alessandra Soares. **Busca pela beleza é motivo de frustração entre as mulheres**. In: Jornal Mulier, Juiz de Fora, set. 2004, nº 8.
- _____. **Meios de comunicação influenciam na imagem que a mulher tem de si mesma**. In: Jornal Mulier, Juiz de Fora, fev. 2007, nº 37.
- NÉRI, Anita Liberalesso, YASSUDA, Mônica. (Orgs.). **Velhice Bem-Sucedida – Aspectos afetivos e cognitivos**. Coleção Vivaldade. Campinas-SP: Papyrus, 2004. (Coleção Vivacidade).
- NÉRI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas-SP: Alínea, 2001.
- OZELLA, Sérgio. Pesquisar ou construir conhecimento – o ensino da pesquisa na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **A Perspectiva Sócio-Histórica na Formação em Psicologia**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.
- OZELLA, Sérgio; SANCHEZ, Sandra G. Breve Histórico do desenvolvimento da pesquisa na perspectiva sócio-histórica na PUC-SP. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica – Uma Perspectiva Crítica em Psicologia**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally W. (Orgs.). **Desenvolvimento Humano**. 7ed. Porto Alegre-RS: Artmed, 2000.

PINO, Angel. **As Marcas do Humano** – Às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski. São Paulo: Cortez, 2005.

PRIORE, Mary Del. A doce Ilusão da Liberdade. In: **Jornal do Brasil**, Caderno H3-Especial. Domingo, 07 mar 2004. p. 4.

PY, Ligia. Envelhecimento e Subjetividade. In: PY, L.; PACHECO, J.L.; SÁ, J.L.M de.; GOLDMAN, S.N. (Orgs.). **Tempo de Envelhecer** – Percursos e Dimensões Psicossociais. Col. Ensino de Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-cultural da Educação**. 15ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

ROSA, Ana Lucia Cardozo de Santa. O envelhecimento na Pós-Modernidade. In: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; ZABAGLIA, Rosângela Alcântara (Orgs.). **A Arte de Envelhecer, Saúde, Trabalho, Afetividade e Estatuto do Idoso**. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

ROSA, Merval. Psicologia da Vida Adulta. Col. **Psicologia Evolutiva**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1982.

SÁ, Jeanete Liasch M. de. Educação e Envelhecimento. In: PY, L.; PACHECO, J.L.; SÁ, J.L.M de.; GOLDMAN, S.N. (Orgs.). **Tempo de Envelhecer** – Percursos e Dimensões Psicossociais. Col. Ensino de Psicologia. Rio de Janeiro: Nau, 2004.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SAWAIA, Bader. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As Artimanhas da Exclusão** – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. (Org.). **As artimanhas da exclusão**. 4ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

SCHIRRMACHER, Frank. A ditadura dos jovens. In: **Rev. Veja**, [s. n], p. 11-13, 18 ago. 2004.

_____. **A Revolução dos Idosos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História** - Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1991.

SILVA, Luis Fernando. Sobre o marxismo no capitalismo contemporâneo. In: ABRANTES, Ângelo Antonio; SILVA, Nilma Renildes da; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira (Orgs.). **Método Histórico-social na Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SIQUEIRA, Maria Juracy T; NUERNBERG, Adriano Henrique. Linguagem. In: JACQUES, M.G.C; STREY, M.N; BERNARDES, N.M.G; GUARESCHI, P. A; CARLOS, S. A; FONSECA, T.M.G. **Psicologia Social Contemporânea**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

STEPANSKY, Daizy. Velhice, Imaginário e Cidadania. In: VILLAÇA, Nízia; GÓES, Fred; KOSOVSKI, Éster (Orgs.). **Que corpo é esse?: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TAMER, N.. **El Envejecimiento Humano – Sus Derivaciones Pedagógicas**. Colección Interamer, ISSN 1021-4666, nº 51, Serie Educativa. OEA. (Organización de los Estados Americanos), 1995.

TELLES, Lygia Fagundes. Mulher, mulheres. In: PRIORE, M. D. P. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP/ Contexto, 1997.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre educação política e sindicalismo**. São Paulo: Cortez, 1982, v. I.

VASCONCELOS, Eduardo M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **A Formação Social da Mente**. 7ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **A construção do Pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza** – Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice, aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

1. O tema do envelhecimento é contemplado nos programas do ensino médio?
2. Qual o seu conhecimento a respeito do processo de transformação demográfica no Brasil? Do processo de envelhecimento da população brasileira?
3. Você conhece o Estatuto do Idoso?
4. O que você pensa do processo e envelhecimento e do indivíduo idoso?

ANEXO 2
PRANCHA INDUTORA 1



PRANCHA INDUTORA 2



ANEXO 3

Quadro 1

Ideologia e Envelhecimento

SUJEITOS	SENTIDO DE ENVELHECIMENTO
Rinaldi	<p>[...] a velhice é sempre como destruição.</p> <p>[...] eu acho, como tudo na vida, é uma questão de perda de conquista. A gente perde a juventude, a gente perde esse padrão de beleza, a gente ganha é a serenidade, a gente não vê tanta urgência nas coisas, a gente ganha com a proximidade da morte.</p> <p>[...] Eu acho que é um paradoxo, ao mesmo tempo que eu acho, é, difícil a convivência com a idade para o homem por esse aspecto porque ele é muito voltado para o trabalho, né. Então, quando ele fica sem o trabalho, quê que ele é? Eu acho que é uma grande preocupação. Para a mulher, de outro lado, existe uma cobrança em relação à beleza, que é muito maior do que o homem. Então, é um aspecto mais perverso, né. O homem tá grisalho, está com a barriga um pouco saliente, ele não deixa de ser atraente. A mulher a gente ainda, é, falta ..., existe essa cobrança implícita, né, que eu acho até veiculada muito pela publicidade. O ideal de mulher, e aí também de homem, é quem? É o jovem, que trabalha, bonito, saudável, né, sarado.</p>
João Luiz	<p>[...] E, uma coisa que eu noto é o despreparo do próprio idoso para a idade que ele chegou.</p> <p>[...] é um processo natural que vai ocorrendo, biologicamente falando, mas é, é um processo que hoje esse envelhecimento ele vem sendo pouco estudado na parte da medicina, na parte da biologia, se estuda muito pouco.</p> <p>[...] ainda não tem uma medicina ainda especializada pro idoso.</p> <p>[...] ela não consegue aceitar que hoje ela tem uma defic..., uma, não é deficiência o termo correto, não é deficiência, mas ela tem uma limitação física que não permite a ela fazer determinadas coisas.</p> <p>[...] no aspecto biológico, a gente sabe que há uma limitação, não tem jeito.</p>
Sílvia	<p>[...] as pessoas do nosso poder aquisitivo ou acima do nosso poder aquisitivo, o quê que elas fazem? Tão fazendo tudo pra viver aparentando ser mais novo, ser mais jovem.</p> <p>[...] Então essa questão da ditadura da beleza, de você ter que parecer mais novo do que você é, a própria mídia, então, além da vaidade, é difícil, eu vejo a gente fica revoltado</p>

Cida	<p>[...] a perda física eu acho que pesa muito, né, é uma coisa que a gente tem que trabalhar muito pra aceitar</p> <p>[...] minha mãe, com a minha idade, ela já era idosa, e hoje eu não sou tratada como idosa e também, assim, tenho cuidado mais da minha saúde, tenho mais vaidade, até, justamente por causa do contexto em que a gente vive</p> <p>[...] uma pessoa assim com mais baixa renda, de classe mais desfavorecida, a gente repara o aspecto físico da pessoa, há uma diferença muito grande entre uma mulher na mesma idade de uma classe média, de uma classe alta. A gente percebe essa diferença.</p>
-------------	---

Quadro 2
Concepções de envelhecimento e do indivíduo idoso

SUJEITOS	ENVELHECIMENTO FASES/ NATURAL	ENVELHECIMENTO PROCESSO	ATIVO/ PRODUTIVO	PASSIVO/ DEPENDENTE/ IMPRODUTIVO/ DECREPITUDE
Rinaldi	[...] eu acho, como tudo na vida, é uma questão de perda de conquista. A gente perde a juventude, a gente perde esse padrão de beleza, a gente ganha é a serenidade, a gente não vê tanta urgência nas coisas, a gente ganha com a proximidade da morte.		[...] é o jovem que trabalha, bonito, saudável, né, sarado	<p>[...] na Europa aquilo passou a ser um problema e as pessoas começam a tem um outro olhar. Primeiro, por causa do peso, sempre fala na questão que o velho seria uma pessoa improdutivo</p> <p>[...] a velhice é sempre como destruição.</p> <p>[...] é difícil a convivência com a idade para homem por esse aspecto, porque ele é muito voltado para o trabalho, né. Então, quando ele fica sem trabalho, quê que ele é?</p> <p>[...] a gente observa que não há lugar pro velho na nossa sociedade, ce vê, nas empresas, a pessoa fica mais idosa, normalmente ela já adquiriu alguns, algumas gratificações por quinquênio, e tal, a aí ela já passa a ser uma pessoa</p>

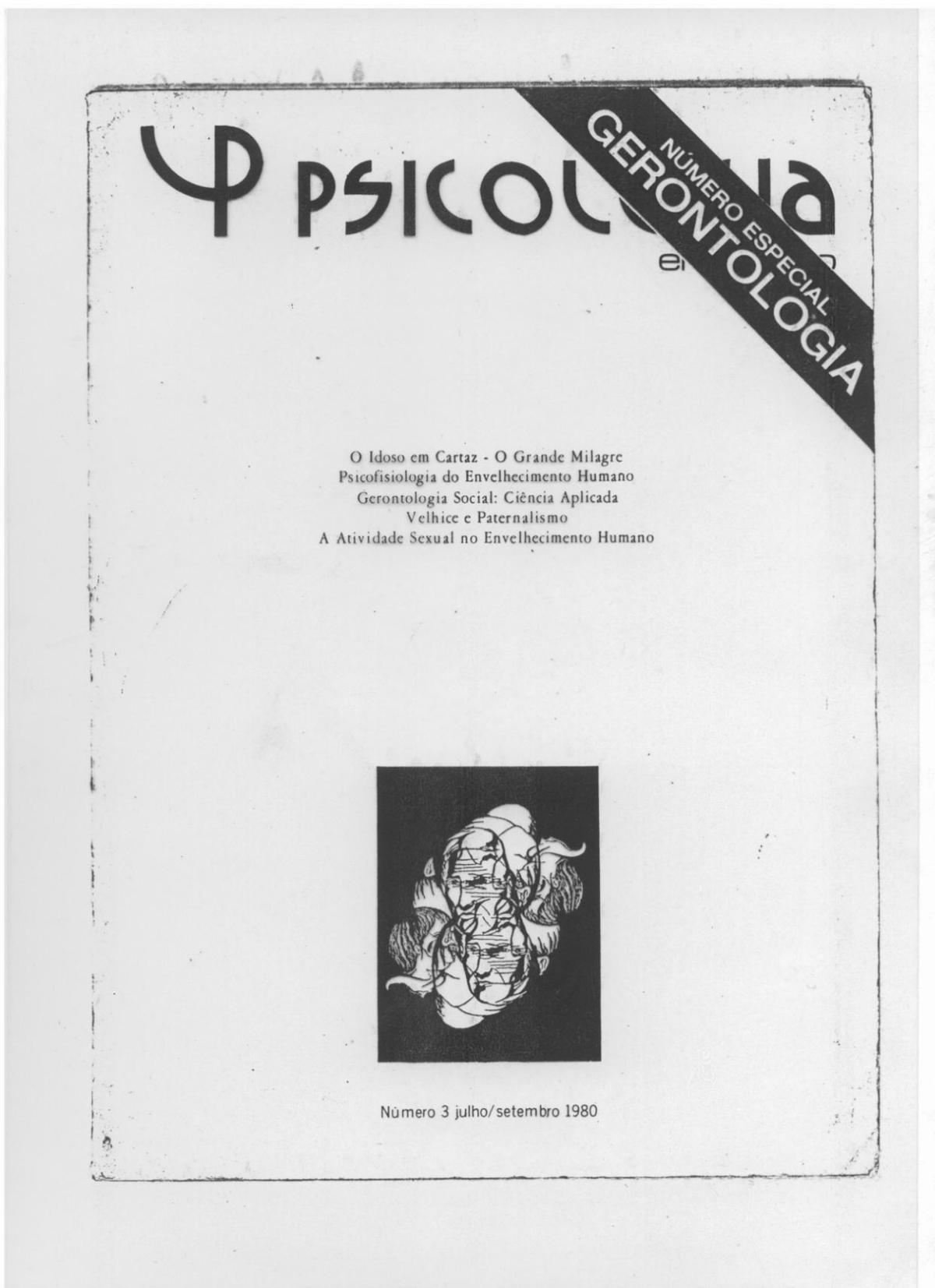
				que não é muito bem-vinda nesse aspecto.
João Luiz	[...] é um processo natural que vai ocorrendo, biologicamente falando, mas é, é um processo que hoje esse envelhecimento ele vem sendo pouco estudado na parte da medicina, na parte da biologia, se estuda muito pouco.			<p>[...] agora impressiona é o seguinte: quanto mais velho, a regressão. Porque às vezes as pessoas brincam e falam que o velho vira criança, vira.</p> <p>[...] ele quer fazer coisas que a cabeça acompanha, mas o corpo não acompanha.</p> <p>[...] Eu tenho uma mãe com setenta e poucos anos, fez 74 anos, e ela quer ter atitudes físicas que ela não pode mais, só que mentalmente ela acha que pode[...] ela não consegue aceitar que hoje ela tem uma defic... uma, não é deficiência o termo correto, não é deficiência, mas ela tem uma limitação física que não permite ela fazer determinadas coisas</p> <p>[...] no aspecto biológico, a gente sabe que há uma limitação, não tem jeito.</p>
Sílvia	[...] Eu vejo o			[...] eu vejo no

	<p>envelhecimento como uma fase difícil e tento enxergar otimisticamente que, que é um amadurecimento, você se torna mais experiente, né. Dizem aí que é a melhor idade. Não sei se é, mas eu não vejo como sendo uma coisa fácil não.</p> <p>[...] cada fase a seu tempo. É lógico que se ficar com cabelo branco muito cedo, aí vai ter que... né.</p> <p>[...] E é de repente, né, que a gente envelhece, né. A verdade é essa. É de repente. Quando você acorda, "poxa não vi esse tempo passar".</p>			<p>envelhecimento um desafio, mas a gente tem que preparar pro envelhecimento, né. E depois que você faz 40, aí você começa a sentir e começa a valorizar mesmo que é a saúde. É natural, aí sente o joelho, não tem mais aquele pique, só que é difícil aceitar isso. Eu vejo que as pessoas aceitam com naturalidade, uns são mais relaxados, outros querem esconder a idade que têm.</p> <p>[...] meu sogro ta com 80 anos e tem uma dificuldade, ele ta sofrendo tanto com o envelhecimento dele porque ele não, ele não aceita as limitações que o tempo tão trazendo pra ele, ele não aceita, ele esqueceu uma coisa, ele não aceita ele não ouvir direito, de ter que ficar repetindo, aí não quer ir ao médico, quer dizer, uma resistência ao envelhecer [...]eu fico vendo como sofre, sofre mais do que outras pessoas que aceitam isso como sendo parte da vida,</p>
--	---	--	--	--

				uma fase natural.
Cida				<p>[...] eu acho que o que pesa mais é o aspecto físico, porque, na verdade, você perde energia, isso aí, é, eu vejo o corpo humano comparado a uma máquina. Toda máquina que a gente tem fatalmente um dia ela vai começar a dar defeito, né, vai até deixar de funcionar.</p> <p>[...] a perda física eu acho que pesa muito, né, é uma coisa que a gente tem que trabalhar muito pra aceitar.</p> <p>[...] A velhice me assusta. Me assusta. Medo, eu tenho um pouco da velhice, pela fragilidade física, pela perda da saúde, que, assim, a maioria dos casos perde, isso é fato. Olha ninguém vai me dizer: "ah, é lindo, é lindo!", mas há perda, e quanto mais se envelhece, perde-se nessa, nessa questão aí, de, de saúde...</p> <p>[...] A dependência, isso me assusta</p> <p>[...] a</p>

				<p>dependência pra mim é meio séria, assim, trabalhar essa questão de depender do outro, né, e também de viver só[...]não sei se amanhã eu vou ficar só, né, perder um companheiro eu acho que é uma coisa também muito séria [...] a gente já mais velho, mais fragilizado, sente as perdas com muito maior intensidade das pessoas queridas.</p>
--	--	--	--	--

ANEXO 4



**Apoio da Lei Federal
de Incentivo à Cultura**

Leitura

Juiz de Fora, 25 de maio de 1997 - Ano II - Nº 21

Encarte TRIBUNA DE MINAS

Velhice

André Otávio Carneiro

**BRASIL: UM PAÍS DE JOVENS.
DE JOVENS?**

*Lucienne Costa F. França
German Mendonça França*

"Ouvimos sempre essa frase sobre a juventude de nosso povo mas, em nossas ruas começamos a ver cada vez mais ancidãos. A verdade é que o Brasil já não é tanto de jovens e o será cada vez menos. Os números nos mostram: até o ano 2020 teremos 32 milhões de pessoas maiores de 60 anos, segundo dados da OMS"

3

**UM NOVO PERFIL
DEMOGRÁFICO**

*Márcia de O. Guerra Deotti
Verônica Ramalho Borba*

"O envelhecimento populacional tornou-se uma realidade de-



**SEXO, SEXUALIDADE E
TERCEIRA IDADE**

Martiza da Costa R. Vaz

"Evolutivamente, os humanos adquiriram certa independência hormonal e fazem da sexualidade um exercício de puro prazer. Por que então, geralmente, os idosos se privam do prazer? Por pressão sócio-cultural de um sistema que diz que o lugar desse prazer é entre os jovens, belos, fortes que produzem lucros para esse mesmo sistema"

6

**VIOLÊNCIA CONTRA
IDOSOS: UMA EMERGENTE
QUESTÃO SOCIAL**

Zally Pinho V. de Queiroz

"A existência de violência doméstica contra mulheres e

ISSN 1415-4765

TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 950

**FAMÍLIAS COM IDOSOS:
NINHOS VAZIOS?**

**Ana Amélia Camarano
Solange Kanso El Ghaouri**

Rio de Janeiro, abril de 2003

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

CSP **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**
REPORTS IN PUBLIC HEALTH

VOLUME 19, NÚMERO 3
MAIO / JUNHO, 2003
ISSN 0102-311X



**SAÚDE PÚBLICA
E ENVELHECIMENTO**

AGING AND PUBLIC HEALTH

16 • O PAÍS

O GLOBO

2ª edição • Domingo, 27 de fevereiro de 2005

Crise econômica leva idosas à prostituição

Em São Paulo, pastoral estima que 20% das mulheres na atividade têm mais de 50 anos. Programas custam até R\$ 2

Flávio Freire

• SÃO PAULO. A crise econômica empurra cada vez mais mulheres idosas para a prostituição e o tráfico em São Paulo. Casadas ou separadas, com ou sem filhos, senhoras de até 70 anos de idade têm dividido espaço em ruas, praças e parques com jovens prostitutas e se transferem em alguns locais para traficantes que buscam mulheres menos visadas pela polícia.

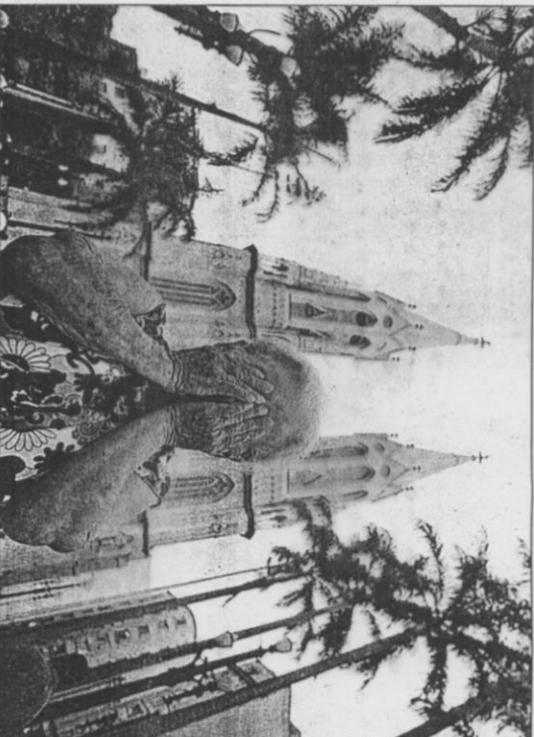
Em pelo menos três pontos centrais da cidade (Praça da Sé, Parque da Luz e o bairro do Brás) prostitutas sessentonas agora estão nas calçadas e vielas, os chamados paredões.

Segundo a Pastoral da Mulher Marginalizada, ligada à Arquidiocese de São Paulo, pelo menos 20% das prostitutas paulistas têm mais de 50 anos. São mulheres que, diante da pouca oferta de trabalho, submetem-se a programas que podem chegar a R\$ 30, mas que também têm lance inicial de R\$ 2.

Opção de trabalho após criar filhos e netos

Sem aposentadoria ou com o marido desempregado, muitas optaram em ir para a rua depois de criar filhos e netos.

— Sou casada e meu marido sabe que faço programa. O que importa é que ganho mais do que ele — diz Margaret, 57 anos, arrendada de ter conta do aos filhos. — Virei relembrar. Sempre que tem uma briga, jogam na minha cara que sou prostituta. Estuecem que só



DONA ROSINHA em frente à Catedral da Sé: início na prostituição aos 55 anos para comprar remédios



X., PROSTITUTA da Praça da Sé que tornou-se avó há quatro anos

'Muitas querem deixar essa vida'

Ex-metalúrgica trabalha hoje em ONG de ressocialização

• SÃO PAULO. Desde que nasceu o primeiro neto, há quatro anos, X. passa as noites em claro pensando em abandonar a prostituição. A vontade de deixar a rua, no entanto, perde força no fim de cada mês, quando recebe uma mesada de clientes fixos que a acompanharam desde 1979, quando uma cantada na rua se transformou em programa para que durasse.

São Bernardo do Campo. Por anos, deu expediente no ABC e na Sé. Demitida num corte que eliminou 30% dos funcionários da empresa, decidiu fazer da prostituição o único ganha-pão. Atualmente, circula pela região não apenas para atrair clientes, mas para panfletar. Integrante do Movimento Mulher-Vida, X. faz um levantamento da situação

'Tem garotão que quer transar com uma senhora'

Programa ajuda a pagar remédios

• SÃO PAULO. Em 1996, dona Rosinha, então com 55 anos, decidiu ceder aos apelos de uma amiga prostituta para enfrentar o paredão da Praça da Sé. Viva e sem dinheiro para comprar remédios para labirintite, ela lembra o primeiro programa, num hotelzinho de R\$ 6 a diária. Diante de um senhor com "uns 75 anos", desobsei no banheiro, rezou e deu-lhe. Mas

Rio de Janeiro - domingo, 25 de março de 2001

JORNAL DO BRASIL

Não pode ser vendido separadamente

VIDA

vida@jb.com.br

O relógio biológico é mais cruel com as mulheres. Porém, entender o processo de envelhecimento é conviver bem com o passar do tempo

Layout de André Barroso sobre foto de André Lobo



Tribuna de Minas

Cidade

JUIZ DE FORA DOMINGO 10 DE OUTUBRO DE 1999

E-mail: cidade@tribunademinas.com.br

Caderno

CAMPANHA É ESTENDIDA ATÉ O FINAL DO ANO

Em função da participação da sociedade na campanha Olhe para mim, a Tribuna decidiu estender as ações até o final do ano. As entidades já estão contabilizando doações, como o Lar Fabiano de Cristo que recebeu dois frezets.

Página 3

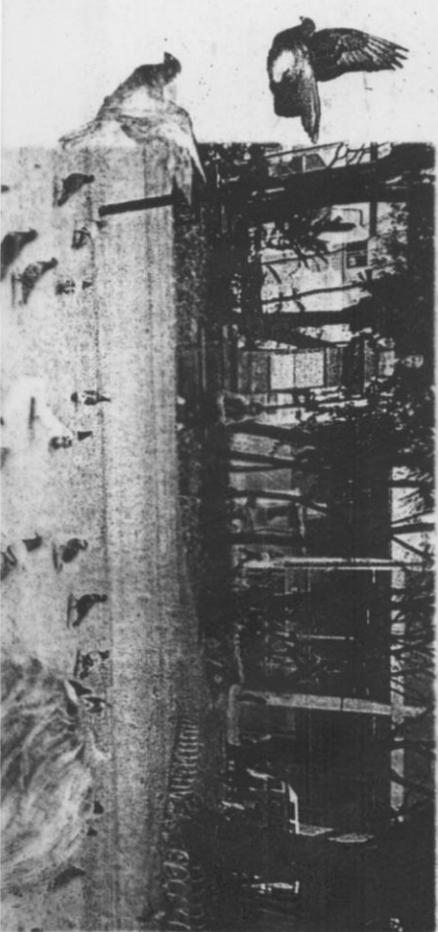


Rebem Fria/06-09-99

Terceira idade esquecida

Envelhecimento acelerado impõe desafios

População idosa do município cresceu, proporcionalmente, 31 vezes mais que a faixa etária de zero a 9 anos entre 1991 e 1995



Rebem Fria/06-09-99

DANIELA ABBEX

REPORTER

Chega um tempo em que as feições do rosto mudam.

A pele cobre as manchas dos anos e os olhos, o acúmulo de experiência.

A capacidade funcional do corpo diminui e, aos 60 anos, o homem deixa de ser adulto para ganhar a condição de "velho". O rótulo determina que é hora de esquecer os sonhos e esperar o fim. Determina.

Hoje o contingente de idosos não pode mais ser ignorar-



acima da média nacional, tendo crescido, proporcionalmente, 31 vezes mais que a faixa etária de zero a 9 anos entre 1991 a 1995.

Nos últimos 20 anos, a incidência de idosos no país dobrou e deverá triplicar até 2025, quando haverá 31 milhões de pessoas velhas, transformando o Brasil na sexta população mais idosa do mundo. Com o aumento da expectativa de vida, o desafio é resgatar a dignidade de quem se prepara para passar, de maneira prudente, quase a metade da existência na velhice.

Estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS)

Violência na terceira idade

Juiz de Fora terá rede de proteção aos idosos

Objetivo é reduzir índice, considerado alarmante, de ocorrências de abandono, maus-tratos físicos e psicológicos e evitar violação dos direitos humanos

RENATA BRUNA

REFRATOS
Eles são vítimas de maus-tratos físicos e psicológicos, abusos financeiros e sexuais, negligência e abandono e, muitas vezes, não sabem onde registrar queixas ou procurar ajuda, já que não existe, na cidade, uma delegacia especializada de proteção aos idosos. Levantamento realizado pela Amac (juntamente com Secretaria de Saúde, Conselho Municipal do Idoso, Centro de Convivência e Câmara Municipal, mostra que de setembro de 2003 a novembro de 2005 foram notificados, no município, 140 denúncias, sendo 32 de maus-tratos contra a terceira idade, média que ultrapassa 16 casos por mês. Os números são considerados alarmantes pelas autoridades e pelos órgãos envolvidos com a população idosa e revelam a falta de uma estrutura para dar apoio e evitar a violação dos direitos de quem já passou dos 60 anos, uma população de 55 mil pessoas em Juiz de Fora. Para tentar reduzir este índice, será lançada uma rede unificada de atendimento. O local de referência será o prédio da Amac, no quinto andar, que já está passando por reformas. O setor funcionará nos moldes da rede de combate à exploração sexual de crianças, com atendimento psicológico, jurídico e de assistência social, além de contar com um número de telefone para

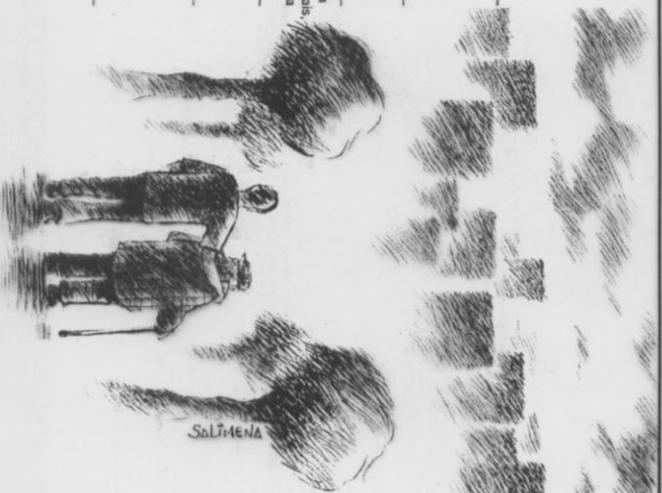
OS TIPOS DE ABUSO

- **Abuso físico, maus-tratos físicos:** uso da força física para levar os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocá-los dor, incapacidade ou morte
- **Violência psicológica ou maus-tratos psicológicos:** correspondem a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social
- **Abuso sexual, violência sexual:** ato ou práticas eróticas por meio de alijamento, violência física ou ameaças
- **Abandono:** forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessita de proteção
- **Negligência:** refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos por parte dos responsáveis familiares ou institucionais
- **Abuso financeiro e econômico:** consiste na exploração impropria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar
- **Auto-negligência:** diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança para recusa de prover cuidados necessários a si mesma

FONTE: Ministério da Saúde

Índices de violência

➤ **Denúncias no Disque-Idoso**
março de 2003 a dezembro de 2005



Os números são crescentes e apontam para a gravidade do problema. A população idosa de Juiz de Fora representa 11% da população total do município, o que está acima da média nacional, que é de 9%.

Vanessa Lagesa, superintendente da Amac, às vezes damos o andamento ao atendimento e quando chega a hora de registrar ocorrência,

SOCIEDADE DO FUTURO

Podre antes de amadurecer

Em países como o Brasil, envelhece-se mais rápido sem a estrutura das economias centrais

SEM DEIXAR DE ATRIBUIR À FRAGILIDADE de nossa política econômica a parcela de responsabilidade que lhe cabe, é preciso reconhecer que a recessão que estamos atravessando deve-se em parte à crise financeira internacional deflagrada pelos colapsos cambiais do Sudeste Asiático, da Coreia do Sul e da Rússia e que a causa imediata das crises destes países foram as dificuldades inesperadamente crescentes para a colocação de seus produtos no mercado externo e que isto se deveu, em grande parte, à estagnação da economia japonesa. Apesar dos esforços desesperados do Fed para bombear mais demanda no mercado consumidor norte-americano, cada vez mais a depressão asiática transforma a estagnação japonesa em franca recessão e a tormenta é realimentada. A economia global continua minando água e nós, passageiros da terceira classe, já a temos pelo pescoço.

Se quisermos avaliar nossas chances de sobrevivência, convém tentar entender o que se passa no olho do furacão, isto é, no Japão. Numa série de artigos recentes, Paul Krugman¹ procura desvendar os mistérios da crise japonesa e vê três explicações para a crise:

1. O problema é financeiro, resulta de endividamento excessivo e mau gerenciamento do risco; as empresas, superendividadas, já não conseguiriam financiar seus investimentos, mesmo se os bancos tivessem condições para financiá-las. A solução seria uma dura reforma do setor financeiro. Mas, diz Krugman, o Japão continua investindo uma porcenta-

¹Ver, por exemplo *Setting Sun - Japan: What Went Wrong?* em <http://web.mit.edu/krugman/www/japan.html>; e *What is Wrong With Japan?* em <http://web.mit.edu/krugman/www/nikkei.html>

gem do PIB maior que qualquer outro país desenvolvido e os bancos continuam emprestando: o problema é que mesmo essas altas taxas de investimento não absorvem as enormes somas que os consumidores querem poupar.

2. O problema é psicológico, resulta da persistência do pessimismo gerado pela implosão da bolha especulativa dos anos 80 e precisa ser enfrentado por meio de um programa de reativação da demanda mediante redução de impostos e aumento dos gastos públicos. Até recentemente, confessa Krugman, ele mesmo acreditava nessa hipótese, mas está sendo tão difícil tentar fazer "pegar" o motor da economia japonesa que agora duvida de que a questão seja simplesmente que não se pisou no acelerador com força suficiente ou pelo tempo suficiente.

3. O problema resulta de uma interação entre demografia e ideologia. Devido à queda da natalidade e da mortalidade (os japoneses têm a mais alta expectativa de vida do mundo, cerca de 80 anos), combinada com uma imigração pouco significativa, a sociedade japonesa está envelhecendo, o que resulta na redução progressiva da participação dos econo-

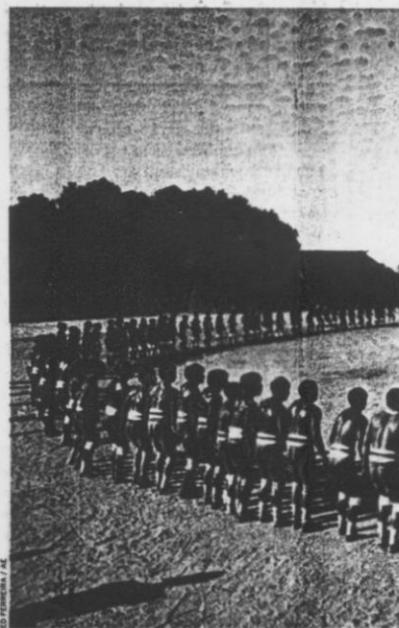
micamente ativos na população total. Além disso, o Japão não tem previdência social. Assim, seus cidadãos *precisam* poupar muito para o futuro. Até crianças pouparam 30% ou mais de suas mesadas. Porém, as oportunidades de investimento no Japão são limitadas e as empresas não conseguem investir toda essa poupança, mesmo com uma taxa de juros de praticamente zero. Ora, segundo um teorema fundamental para o keynesianismo, quando a vontade de poupar excede a vontade de investir, o resultado é uma recessão permanente. A solução seria uma política

deliberadamente inflacionária: nesse caso, a taxa de juros real poderia ser negativa - isto diminuiria a propensão a poupar e aumentaria a propensão a investir, reequilibrando a economia.

Paradoxo da parcimônia. O problema, para Krugman, é a ideologia segundo a qual a prioridade zero dos bancos centrais deve ser garantir a estabilidade dos preços. Esta crença entranhou-se tanto que, mesmo com o banco central japonês imprimindo montanhas e montanhas de ienes, o mercado poderia simplesmente não acreditar na perspectiva de inflação, continuando com sua prática de entesouramento (que outro nome dar a uma poupança que rende 0,25% ao ano?). Assim, não bastaria uma leve correção de rota: o banco central precisaria *convencer* o mercado de que a inflação voltou e voltou para ficar.

O que a tese de Krugman volta a colocar na ordem do dia é o chamado *paradoxo da parcimônia*. Se o montante que os agentes econômicos querem poupar supera a capacidade da economia de investir, a produção como um todo cai e a poupança real total acaba diminuindo, em vez de aumentar. Na verdade, isso não é assim tão paradoxal: imagine uma ilha

O paradoxo da parcimônia no Japão só se romperia com uma inflação que viesse para ficar



ED. FERREIRA / A.E.

Idoso é sinônimo de pobre na América Latina

Estudo da Cepal mostra que só duas em cada cinco pessoas de idade têm renda nas áreas urbanas da região

Martha Beck

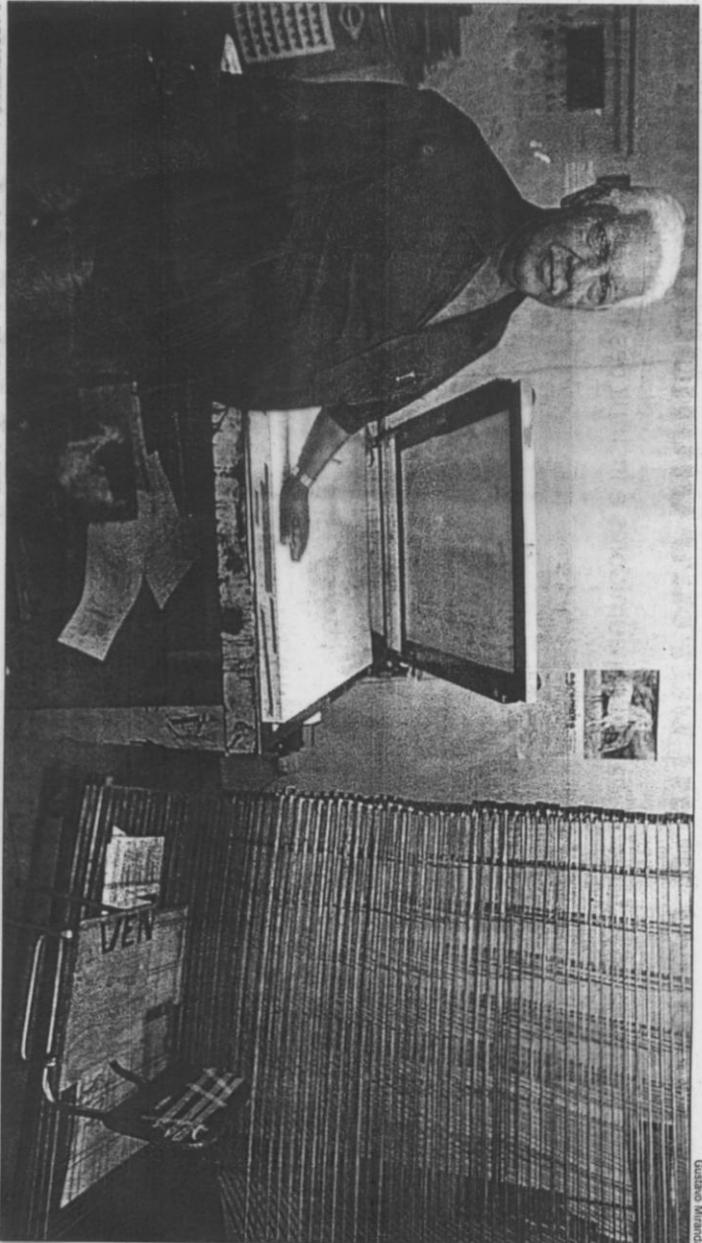
• BRASÍLIA. Ser idoso na América Latina pode ser considerado sinônimo de ser pobre. A avaliação está em estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) que conclui que apenas dois de cada cinco idosos da região tem renda do sistema de seguridade social ou de trabalho nas áreas urbanas. Na zona rural, essa proporção é de apenas um em cada cinco.

O documento revela ainda que os idosos acabam sendo obrigados a buscar empregos informais e de baixa qualidade para complementar sua renda, mas recebem menos do que as pessoas na faixa etária de 50 a 59 anos pelo mesmo trabalho.

Segundo a Cepal, a população idosa é de pouco mais de 41 milhões na América Latina, mas este número deve chegar a 184 milhões em 2050, quando o número de pessoas acima de 60 anos na região será maior que o de crianças. Segundo o estudo, "a velhice na América Latina se dá num contexto de muita pobreza, persistente desigualdade social e baixa cobertura da seguridade social".

Necessidade crescente de complementar a renda

Segundo o organizador do trabalho da Cepal, José Guzmán, a pior situação para os idosos está na Venezuela, na Colômbia e na República Dominicana, onde 60% desta população nas áreas urbanas não



O APOSENTADO Joaquim Correa Serra, recebe R\$ 376 por mês do INSS e faz biscoitos para ganhar outros R\$ 100 e garantir o pagamento de suas contas: "Ganho um pouco aqui e ali"

Edição de Arte

Conheça os números do estudo

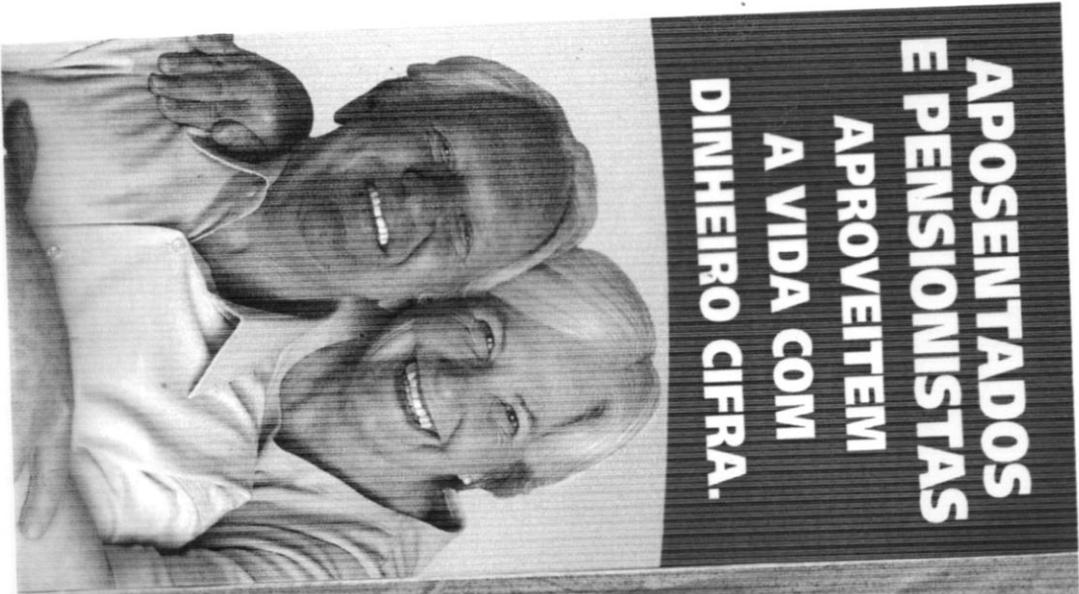
DADOS DA CEPAL

República Dominicana

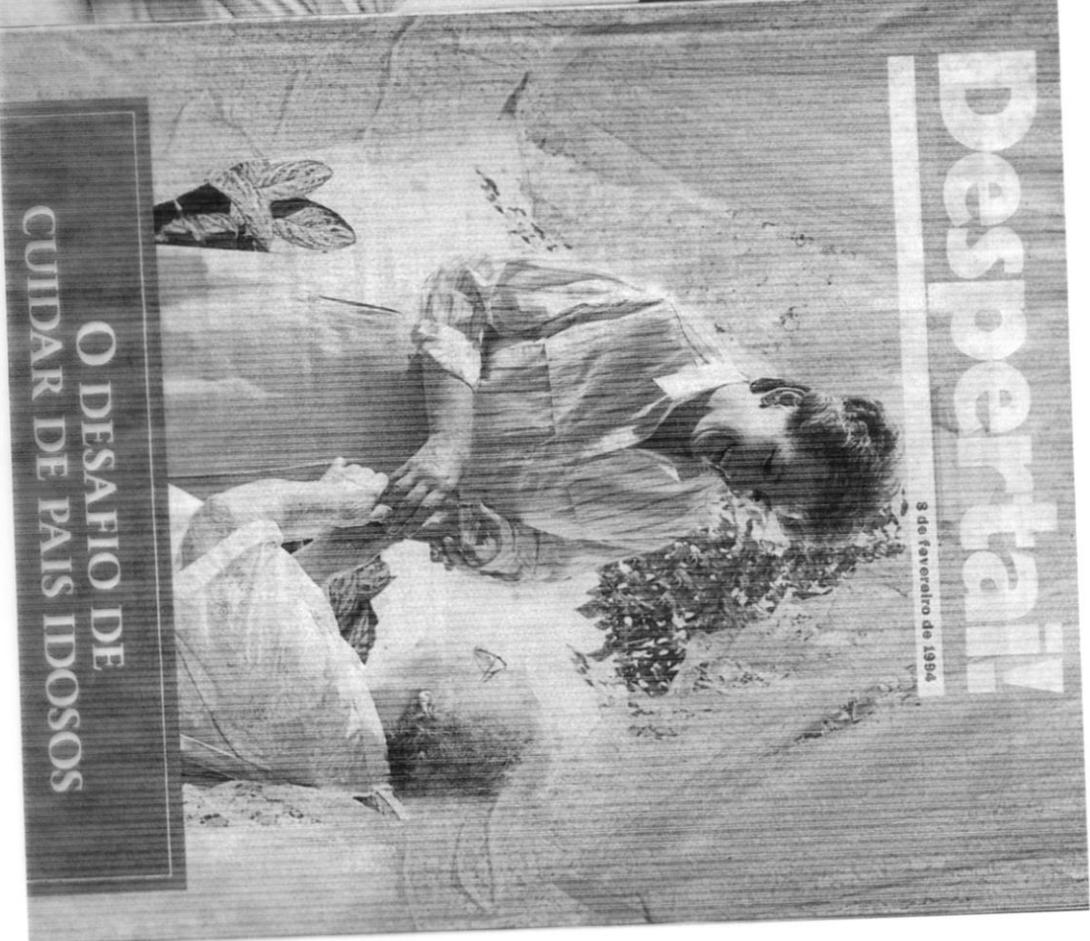
A pior situação está na Venezuela, na Colômbia e na República Dominicana

DADOS DO GOVERNO BRASILEIRO

No Brasil, 28% da população urbana de idade não tem qualquer



**APOSENTADOS
E PENSIONISTAS
APROVEITEM
A VIDA COM
DINHEIRO CEFRA.**



Despertar
3 de fevereiro de 1994

**O DESAFIO DE
CUIDAR DE PAIS IDOSOS**

R e v i s t a d a
ESPM

REVISTA DA ESPM - VOLUME 12 - ANO 11 - EDIÇÃO N.º 3 - MAIO/JUNHO 2005 - PREÇO R\$ 26,00



CASE-STUDY
BANCO REAL
"TALENTOS DA
MATURIDADE"

O novo mundo da maturidade

LUÍZ EDMUNDO PRESTES ROSA

Sonhos e lembranças

FRANCISCO GRACIOSO

Velho, este desconhecido

MARIA AUGUSTA BLECHER

**Velho: o novo hit da sociedade do
conhecimento**

RICARDO GUIMARÃES

O último dia

ALEXANDRE MATHIAS E MARCO DALPOZZO

**Criando real valor para clientes
Três modelos de valor comprovados**

NEIL RACKHAM E JOHN DEVINCENTIS

Anúncios honestos

J. ROBERTO WHITAKER PENTEADO/BEATRIZ PENTEADO

MESA REDONDA
LONGEVIDADE:
AS DUAS FACES DA MOEDA

VELHOS?

ENTREVISTA
**ELES JÁ
PASSARAM
DOS 80**

O GLOBO

Revista

ANO 1 Nº44 29 DE MAIO DE 2005

Os riscos do empréstimo para idosos

Especialistas alertam sobre os cuidados na hora de pedir dinheiro aos bancos



Domingo, 30 de janeiro de 2005

O GLOBO

Cabelos grisalhos e experiência maior ganham força no mercado de trabalho

Rede de 'fast-food' e escritório de advocacia abrem vagas para terceira idade

Vagner Ricardo

• Todo as tardes, Jair Mattos, de 62 anos, dá boas-vindas aos clientes, confere se estão satisfeitos e, por fim, agradece à preferência. Seu desempenho como anfitrião de loja pôs fim ao paradigma de que loja de *fast-food* é lugar apenas para jovens. Tanto que a direção do Bob's já decidiu: até o fim do ano vai dobrar o número de pessoas de cabelos grisalhos na linha de frente das lojas. Hoje são 34, a maioria com mais de 55 anos.

O escritório Dannemann, Siemsen, especializado em propriedade industrial, também apostou as fichas no engenheiro aposentado Manoel Pinto, de 69 anos, e em outros quatro idosos, em 2003. Resultado: o registro de patentes no INPI tornou-se mais rápido, e a empresa prepara-se para aumentar a equipe este ano. Paga salário de R\$ 1,9 mil aos revisores de patentes, oferece benefícios indiretos e jornada de cinco horas. Exigência: ser aposentado ou quase. ■



Fábio Rossi

JAIR MATTOS voltou ao mercado formal com emprego na rede Bob's

Maioria está nos setores público e de serviços

Ipea: trabalho reduz empobrecimento da população idosa

• A abertura de vagas para idosos é bem-vinda, mas não muda a realidade de que o mercado de trabalho é muito restrito para idosos, opina Paula Montagner, coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo ela, 66% dos idosos ocupados estão na administração pública e o restante, em atividades ligadas à prestação de serviços, com ou sem vínculo. Em 2003, os empregos formais ocupados por pessoas de 60 a 64 anos, por exemplo, representavam apenas 1,46% (431.864 postos) do total, segundo a Rais de 2003, documento encaminhado anualmente pelas empresas ao Ministério do Trabalho. Naquele ano, as empresas formais abri-

AR-CONDICIONADO POR APENAS **R\$ 759,00** A VISTA

SEM ENTRADA

0-18 NO CARIÓTIPO **R\$ 59,00**

LOJAS ABERTAS HOJE! APROVEITE.

Plugado na terceira idade

Com crédito farto no país, 40% dos mais idosos já têm celular e computador

Bruno Rosa

A terceira idade mostra que a tecnologia não é mais exclusividade dos jovens. O crédito farto na economia e a queda nos preços de celulares e computadores nos últimos anos estão impulsionando as vendas dos produtos eletroeletrônicos entre as pessoas acima de 56 anos. Sem medo de encetar a modernidade, cerca de 40% dos mais idosos no país já têm um aparelho móvel. E o número dos que possuem computador e navegam na internet em banda larga chega a 41%. É o que revela pesquisa inédita feita pela consultoria TNSInterScience.

O levantamento mostra o potencial de consumo entre as pessoas mais velhas. Quase metade dos idosos que ainda não têm celular e computadores pretende adentrar as tecnologias nos próximos meses. O interesse é visível nos itens que compõem o Índice de Inflação entre os Idosos (IPICI, da Fundação Getúlio Vargas). No orçamento desses consumidores, o peso do celular passou de 0,20%, em 2004, para 0,68% neste ano. No mesmo período, gastos com computador subiram de 0,09% para 0,71%.

Operadoras de telefonia móvel e grandes redes varejistas confirmam a importância do público da terceira idade nas vendas. Em alguns casos, o grupo já é responsável por 25% dos negócios. Com isso, fabricantes de celulares investem em modelos mais simples, e

operadoras de telefonia criam sistemas especiais



Marcos Falcato

O GLOBO

3 Obrigações tributárias: Calendário para pagamento de impostos • 2

BOA CHANCE

DOMINGO, 24 DE ABRIL DE 2005

\$ Setor de petróleo: Obras criam 800 vagas na área técnica • 3

A idade que dá lucro

Envelhecimento da população cria um mercado de serviços e produtos cada vez maior

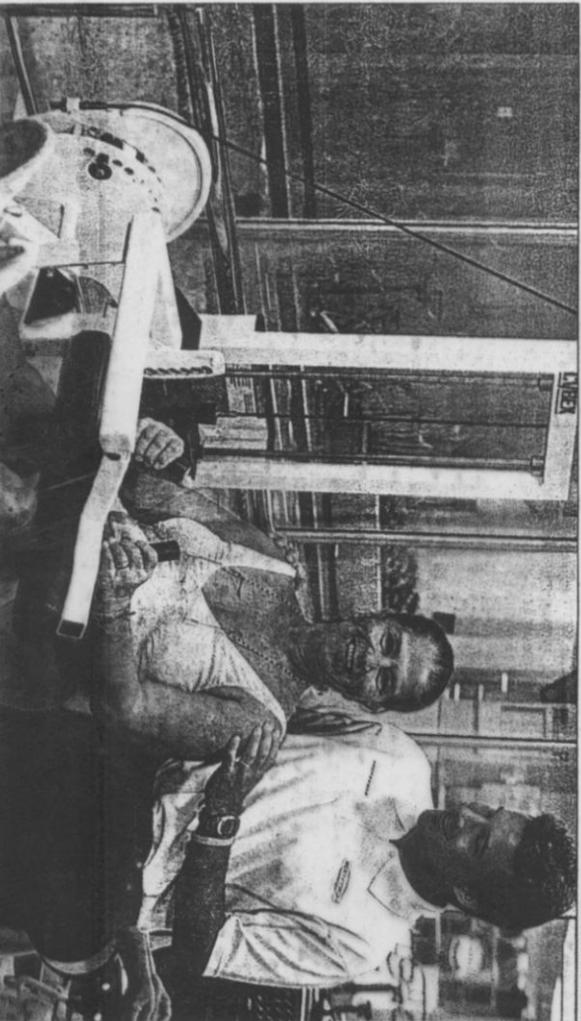


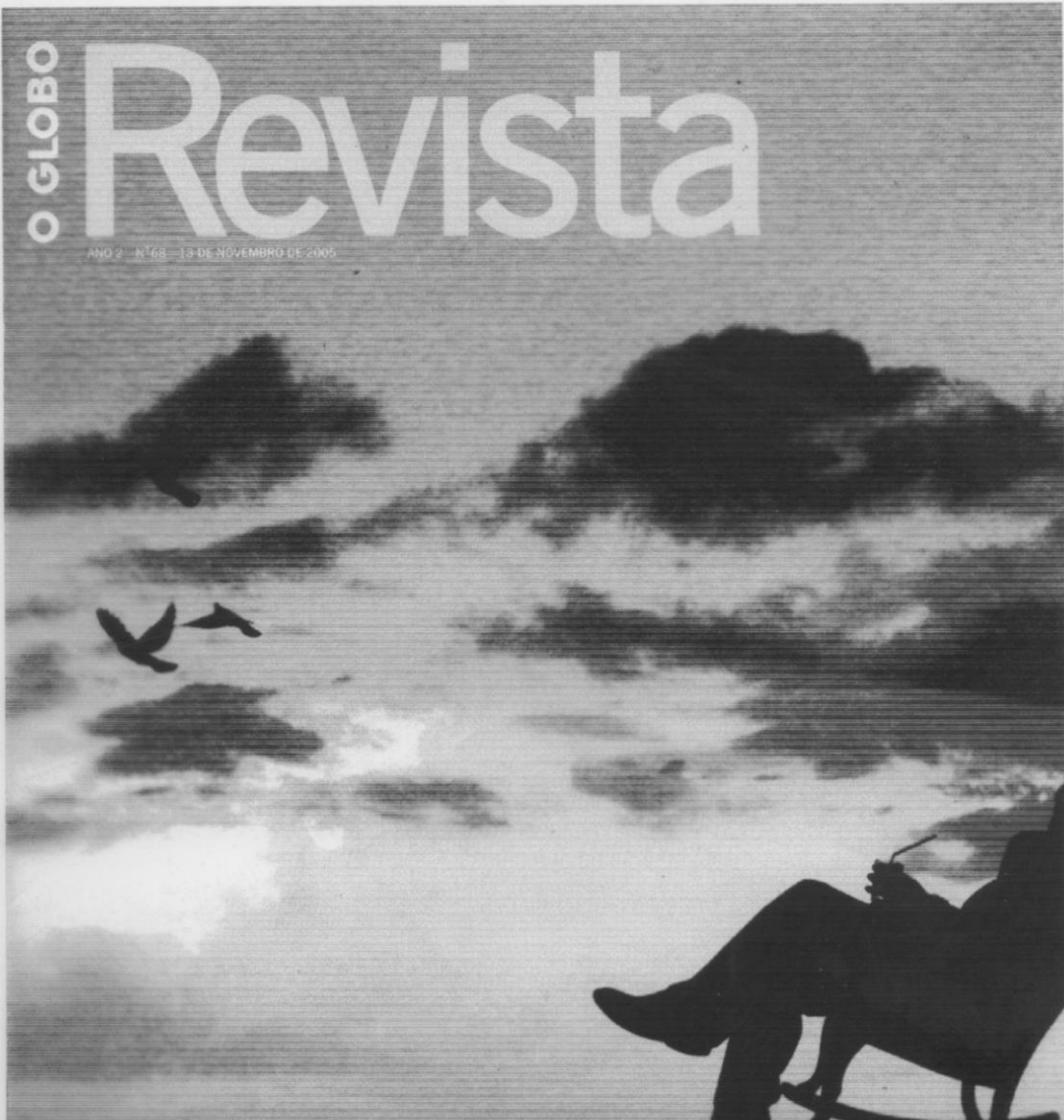
Foto de Simone Marinho

NA SALA MASTER de musculação, entra apenas a clientela com mais de 60 anos: o programa visa a facilitar atividades do dia-a-dia

O GLOBO

Revista

ANO 2 - Nº 68 - 13 DE NOVEMBRO DE 2005



Como conquistar a aposentadoria feliz

*Pesquisa revela o que os executivos brasileiros
sonham fazer com seu tempo livre e mostra o
que faz diferença na hora de planejar o futuro*